



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

TIAGO NILSON DA SILVA

**ENSINAR HISTÓRIA COM O PATRIMÔNIO CULTURAL:  
UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL  
PARA GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

FLORIANÓPOLIS

2024

TIAGO NILSON DA SILVA

**ENSINAR HISTÓRIA COM O PATRIMÔNIO CULTURAL:  
UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL  
PARA GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória - da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Martins da Silva

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em diferentes espaços de memória.

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Tiago Nilson da  
Ensinar História com o Patrimônio Cultural: Uma  
Proposta de Educação Patrimonial para Governador Celso  
Ramos/SC / Tiago Nilson da Silva ; orientadora, Mônica  
Martins da Silva, 2024.  
160 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal  
de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História,  
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ensino de História. 2. Educação Patrimonial. 3.  
Patrimônio Cultural local. 4. Governador Celso Ramos/SC.  
5. Caderno de Atividades. I. Silva, Mônica Martins da. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Ensino de História. III. Título.

Tiago Nilson da Silva

**ENSINAR HISTÓRIA COM O PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA PROPOSTA DE  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

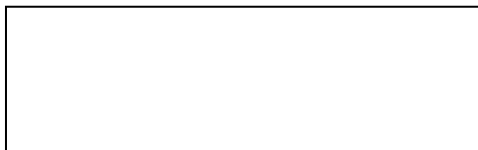
O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 28 de agosto de 2024,  
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Mônica Martins da Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa Dra. Janice Gonçalves  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Elison Antonio Paim  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi  
julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.



Prof. Dr. Sandor Fernando Bringmann  
Coordenador do ProfHistória/UFSC



Profa. Dra. Mônica Martins da Silva  
Orientadora

Florianópolis, 2024

Dedico este trabalho aos profissionais da educação, especialmente aos professores que fizeram parte da minha trajetória escolar e acadêmica. Suas lições, inspiração e dedicação foram fundamentais para a realização desta dissertação.

## AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão ao autor da vida, Deus, pela sua infinita misericórdia. Estendo o meu agradecimento aos meus familiares, amigos e apoiadores que foram essenciais durante todo este processo. Além disso, agradeço as/aos estudantes do ProfHistória (UFSC) na turma de 2022, cuja parceria e convivência contribuíram significativamente para esta jornada.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Itajaí/SC e à Prefeitura Municipal Governador Celso Ramos/SC por concederem a licença de estudo que tornou possível a realização deste trabalho. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão do financiamento, que foi importante para a concretização desta pesquisa.

Expresso minha gratidão a toda a equipe — administração, corpo docente e discente — das instituições educacionais onde atuo: a Escola de Educação Básica Municipal "Professora Elvira Sardá da Silva" em Governador Celso Ramos/SC e a Escola Básica "Professora Maria Rosa Heleno Schulte", em Itajaí/SC. Agradeço pela motivação contínua e pela oportunidade de fazer parte de escolas que se destacam pelo comprometimento, pela excelência educacional proporcionada às comunidades e que proporcionam um ambiente de trabalho excepcional.

Expresso minha gratidão ao Prof. Dr. Elison Antonio Paim (UFSC) e à Profa. Dra. Janice Gonçalves (UDESC), que compuseram a banca de qualificação deste trabalho em 22 de setembro de 2023. Nessa ocasião, eles forneceram um parecer do texto de qualificação, incluindo recomendações, sugestões, correções, dúvidas e questionamentos. Essas contribuições foram extremamente valiosas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço os professores e as professoras do ProfHistória pelas aulas ministradas e pelas contribuições na elaboração do projeto de pesquisa: Profa. Dra. Adriana Angelita da Silva (UFSC), Prof. Dr. Alex Degan (UFSC), Profa. Dra. Carina Martins (UERJ), Profa. Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil (UFRGS), Prof. Dr. Elison Antonio Paim (UFSC), Profa. Dra. Jane Bittencourt (UFSC), Profa. Dra. Melina Perussatto (UFRGS), Profa. Dra. Mônica Martins da Silva (UFSC).

Expresso minha gratidão em especial a Profa. Dra. Mônica Martins da Silva, orientadora desta pesquisa. Ela foi a responsável pelo amadurecimento das ideias e objetivos, pelo desenvolvimento e conclusão deste sonho. Meu muito obrigado pela paciência, por suas

sugestões, pelas reuniões de orientação que consistiram em momentos extremamente relevantes.

Gostaria de expressar minha gratidão aos autores e autoras cujas obras foram mobilizadas nesta pesquisa, pois, por meio de seus trabalhos, forneceram o embasamento teórico e metodológico essencial para a realização deste estudo. Suas contribuições intelectuais enriqueceram a análise e permitiram um aprofundamento significativo nos temas abordados, demonstrando a importância da construção coletiva do conhecimento acadêmico.

Agradeço a William Wollinger Brenuvida pela concessão das fotografias. Elas ajudaram muito no desenvolvimento da dimensão propositiva.

“O patrimônio cultural é derivado da combinação de agentes e ações, de escolhas individuais e decisões coletivas, de procedimentos, recomendações e normas, de circunstâncias históricas: não pode simplesmente ser assumido como um dado natural, e as ações educativas que o tomam como objeto restringem seu potencial quando não explicitam seus condicionantes históricos” (GONÇALVES, 2014, p. 91).



## RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma proposta pedagógica de Educação Patrimonial para Governador Celso Ramos/SC por meio do Patrimônio Cultural oficial local: a Fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim, a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, a Prática Artesanal do Crivo e a Festa do Divino Espírito Santo. A metodologia da pesquisa, de natureza qualitativa, envolveu a análise bibliográfica e documental de narrativas oficiais, memorialísticas, educacionais e publicações acadêmicas sobre o Patrimônio Cultural local. Para isso, realizou-se um diálogo teórico sobre ensino de História, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, além da análise de dissertações do ProfHistória defendidas na UFSC e UDESC que tratam de Patrimônio Cultural oficial no estado. Também foram estudados os documentos educacionais vigentes na rede municipal de educação de Governador Celso Ramos/SC. O trabalho resultou no desenvolvimento de um caderno de atividades que problematiza e explora os patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos, oferecendo diversas maneiras de abordá-los nas aulas de História. Ele está direcionado aos professores de História dos Anos Finais da Educação Básica, mas poderá ser utilizado por outros educadores interessados no tema. O material está estruturado em quatro partes: aspectos históricos de Governador Celso Ramos/SC; "Patrimônios Naturais e Arqueológicos" com foco nas manifestações culturais indígenas; "Armações e Fortalezas" oferecendo perspectivas sobre colonização e escravidão; e as práticas culturais e festividades locais.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural local; Governador Celso Ramos/SC; Caderno de atividades.

## ABSTRACT

This research presents a pedagogical proposal for Heritage Education in Governador Celso Ramos, SC, through the official local Cultural Heritage sites: the Santa Cruz Fortress on Anhatomirim Island, the Church of Nossa Senhora da Piedade, the traditional craft practice of Crivo, and the Holy Spirit Festival. The qualitative research methodology involved bibliographic and documentary analysis of official, memorialistic, educational, and academic narratives about the local Cultural Heritage. A theoretical framework was developed encompassing the teaching of History, Cultural Heritage, and Heritage Education, as well as an analysis of ProfHistória dissertations defended at UFSC and UDESC focusing on official Cultural Heritage in the state. Additionally, current educational documents from the municipal education network of Governador Celso Ramos, SC, were examined. This work culminated in the creation of an activity book that critically explores and addresses the official cultural heritage of Governador Celso Ramos, providing diverse ways to approach these themes in History classes. While primarily intended for History teachers in the final years of Basic Education, the material may also be utilized by other educators interested in the subject. The book is organized into four parts: historical aspects of Governador Celso Ramos, SC; "Natural and Archaeological Heritage," with a focus on Indigenous cultural expressions; "Stations and Fortresses," providing perspectives on colonization and slavery; and local cultural practices and festivities.

**Keywords:** History Teaching; Heritage Education; Local Cultural Heritage; Governador Celso Ramos/SC; Activity Book.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos Patrimônios do Brasil no Sistema Aprende Brasil.....	37
Figura 2 – Mapa de Governador Celso Ramos/SC.....	41
Figura 3 – Vista panorâmica da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.....	52
Figura 4 – A Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC.....	61
Figura 5 – Festa do Divino Espírito Santo.....	69
Figura 6 – Peça de crivo produzida em Governador Celso Ramos/SC.....	73
Figura 7 – Sumário do Caderno de Diálogo com o(a) professor(a).....	79
Figura 8 – Boxes de diálogo com o docente.....	80
Figura 9 – Imagem da atividade sobre a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC.....	81
Figura 10 – Imagem da atividade sobre a Prática Artesanal do Crivo.....	82
Figura 11 – Imagem da atividade com fonte documental oficial.....	85
Figura 12 – Imagem da atividade com fonte documental acadêmica.....	86
Figura 13 – Imagem da atividade com fontes iconográficas.....	89
Figura 14 – Imagem da atividade com história oral sobre o município.....	91
Figura 15 – Imagem da atividade com história oral sobre a Festa do Divino Espírito Santo...91	
Figura 16 – Imagem da atividade de saída de campo.....	93
Figura 17 – Imagem da atividade de investigação histórica.....	94

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – O Patrimônio Cultural na Reorientação curricular da rede municipal de Educação de Governador Celso Ramos/SC.....	26
---	----

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Dissertações por região geográfica de Santa Catarina.....	19
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APA - Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim
- BNCC - Base Nacional Comum Curricular
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
- ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
- FCC - Fundação Catarinense de Cultura
- GRUPEP - Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia
- IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LDI - Livro Didático Integrado
- NEA - Núcleo de Estudos Açorianos
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
- PR - Paraná
- ProfHistória - Mestrado Profissional em Ensino de História
- RA - Realidade Aumentada
- REBIO - Reserva Biológica Marinha do Arvoredo
- SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
- SC - Santa Catarina
- SEAB - Sistema de Ensino Aprende Brasil
- UC - Unidade de Conservação
- UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
- UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1 REFLETINDO SOBRE O PASSADO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA.....</b>	<b>13</b>
1.1 TRAJETÓRIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM SANTA CATARINA: UMA LEITURA DAS DISSERTAÇÕES DO PROFHISTÓRIA (UFSC E UDESC).....	17
<b>2 MAPEANDO OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS NOS DOCUMENTOS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.....</b>	<b>23</b>
2.1 O SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL.....	28
<b>2.1.1 Explorando o Patrimônio Cultural nos materiais didáticos.....</b>	<b>36</b>
<b>3 O GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E SEUS PATRIMÔNIOS CULTURAIS OFICIAIS.....</b>	<b>39</b>
3.1 DE “GANCHOS” À “GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC”.....	45
<b>3.1.1 Aspectos econômicos: das atividades extrativistas ao turismo.....</b>	<b>48</b>
3.2 UM OLHAR SOBRE OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.....	51
<b>3.2.1 A Fortaleza de Santa Cruz da Ilha de Anhatomirim.....</b>	<b>51</b>
<b>3.2.2 A Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC.....</b>	<b>60</b>
<b>3.2.3 Festa do Divino Espírito Santo.....</b>	<b>64</b>
<b>3.2.4 Prática Artesanal do Crivo.....</b>	<b>72</b>
<b>4 DIMENSÃO PROPOSITIVA.....</b>	<b>76</b>
4.1 DIÁLOGOS COM O PRESENTE E COM OS SABERES PRÉVIOS DOS ESTUDANTES.....	81
4.2 TRABALHANDO COM FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS.....	83
4.3 O TRABALHO COM AS IMAGENS POR MEIO DAS FONTES ICONOGRÁFICAS.....	86
4.4 TRABALHANDO COM HISTÓRIA ORAL.....	89
4.5 SAÍDA DE CAMPO.....	92
4.6 INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA EM AÇÃO.....	93
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICE – CADERNO DE DIÁLOGO COM O(A) PROFESSOR(A): UM OLHAR SOBRE OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.....</b>	<b>111</b>

## INTRODUÇÃO

Em 2009, ingressei no curso de licenciatura em História e concluí meus estudos em 2012 pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), em Santa Catarina. A partir de meados de 2017, iniciei minha carreira como docente no município de Itapema/SC. Atualmente, faço parte do quadro de funcionários efetivos da Escola Básica Professora “Maria Rosa Heleno Schulte”, em Itajaí/SC<sup>1</sup>, e da Escola de Educação Básica Municipal Professora “Elvira Sardá da Silva”, em Governador Celso Ramos/SC<sup>2</sup>. Exerço a profissão de professor de História em ambos os municípios, desde 2019.

Além de ser um dos locais onde trabalho, Governador Celso Ramos/SC possui outras particularidades: meus bisavós e avós estiveram presentes e acompanharam o desenvolvimento econômico e a emancipação política desse município; é onde a maior parte da minha família mora e trabalha. Além disso, foi nesse município que realizei toda a minha trajetória escolar na Educação Básica. Essas conexões pessoais e familiares despertaram meu interesse em investigar o Patrimônio Cultural local.

Durante minha trajetória escolar em Governador Celso Ramos/SC, percebi a falta de estudo e abordagem da temática do Patrimônio Cultural. Tanto na Educação Básica, quanto na graduação em História, o tema não foi abordado. Questões levantadas nas disciplinas do ProfHistória instigaram curiosidade sobre a importância da abordagem desse tema no currículo da Educação Básica.

Gil e Possamai (2014) mencionam que a interligação entre educação e patrimônio possibilita correlações fecundas. A educação, como processo de constituição do sujeito, trama fios de vivências e experiências para humanizar. O patrimônio, representando a história, serve como documento educativo, seja na escola ou no museu. No campo da Educação, “o patrimônio e a história podem ajudar crianças e jovens a pensar em si, no outro e no mundo de forma sensível e reflexiva”. A importância do estudo do patrimônio na escola “está em contribuir para a construção do pensamento histórico, instaurando o debate sobre as memórias formatadas por diferentes processos de disputas” (GIL, 2020, p. 116).

---

<sup>1</sup> O município de Itajaí está localizado no litoral de Santa Catarina. Economicamente, Itajaí é destaque no cenário catarinense, ocupando o 2.º lugar e também em nível federal — ocupando a 28.ª economia do país.

<sup>2</sup> O município de Governador Celso Ramos está localizado no litoral catarinense. O gentílico utilizado para designar os residentes do município é “gancheiro”. Cabe ressaltar que a primeira denominação atribuída a este município foi “Ganchos”, daí o gentílico “Gancheiro”. As diferentes denominações atribuídas ao município e as suposições relacionadas ao nome “Ganchos”, assim como outros aspectos pertinentes ao município, serão abordadas posteriormente neste estudo.



O desejo de investigar o Patrimônio Cultural de Governador Celso Ramos/SC surgiu durante a disciplina “História do Ensino de História” no ProfHistória/UFSC, onde notei a ausência do estudo sobre o tema durante meu percurso educacional. As dissertações e projetos de professores pelo ProfHistória - UFSC, bem como publicações do Iphan, também contribuíram significativamente para ampliar o meu repertório sobre o tema.

Uma saída de campo ao Museu Histórico de Itajaí/SC<sup>3</sup>, realizada no contexto da disciplina “Ensino de História e Educação Patrimonial”<sup>4</sup>, proporcionou uma reflexão conjunta com os discentes sobre o aprendizado em um espaço informal.<sup>5</sup> Observamos curiosidades, fatos e personagens associados ao museu, questionando e problematizando o que foi silenciado e negligenciado. Isso reforçou a percepção de que tanto os objetos de um museu quanto seu espaço são selecionados e apresentados de forma estratégica, exigindo um conhecimento crítico que vá além da mera admiração superficial.

Este estudo parte da seguinte problemática: Como desenvolver uma proposta pedagógica que aborde o estudo dos Patrimônios Culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC — a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, a Prática Artesanal do Crivo e a Festa do Divino Espírito Santo —, atendendo às diretrizes do currículo municipal e preenchendo a lacuna existente nos materiais didáticos da rede municipal de educação? A partir disso, os objetivos são: Analisar o processo de incorporação e exclusão do estudo do Patrimônio Cultural local nos documentos curriculares e materiais didáticos vigentes na rede municipal de educação de Governador Celso Ramos/SC; Analisar e problematizar narrativas (oficiais, memorialísticas, acadêmicas e educacionais) referentes aos Patrimônios Culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC;

---

<sup>3</sup> O Museu Histórico de Itajaí, que faz parte da Fundação Genésio Miranda Lins, de acordo com a Fundação Catarinense de Cultura (2023), foi o primeiro museu oficial da cidade e teve como idealizador e primeiro acervo o Sr. João Amaral Pereira. Inaugurado em 1982, o museu possui acervos que retratam a formação política e econômica da cidade. Localizado no Palácio Marcos Konder, um prédio histórico tombado pelo Estado e reconhecido como patrimônio estadual e municipal, o Museu Histórico de Itajaí conta atualmente com um acervo diversificado que reflete a formação urbana da cidade e de seus habitantes. A instituição tem como objetivo promover a formação cidadã e a preservação da história local, por meio de fragmentos históricos. Para mais informações, visite o site da Fundação Genésio Miranda Lins. (FCC, 2023). O site da Fundação Genésio Miranda Lins <https://fgml.itajai.sc.gov.br/museu-historico>. Acesso em: 01 de jun. 2023.

<sup>4</sup> Essa foi uma iniciativa impulsionada pela disciplina “Ensino de História e Educação Patrimonial” como parte da atividade avaliativa da Unidade I, intitulada “Educação Patrimonial, percursos, concepções e políticas públicas”. Essa atividade consistiu na escolha de um museu para visita, seja presencial ou virtual. Posteriormente, os/as discentes foram orientados a elaborar um texto analítico que abordasse diversos temas, incluindo a análise das ações educativas visualizadas, a relação entre o museu e a escola, as concepções de educação e patrimônio, bem como a interação com os diferentes sujeitos envolvidos, tais como visitantes espontâneos ou não, professores, guias, monitores, vigilantes, entre outros.

<sup>5</sup> Essa saída de campo ocorreu em 31/03/2022 com a turma do 6.º ano da Escola de Educação Básica Municipal “Profa. Elvira Sardá da Silva”, situada no município de Governador Celso Ramos — SC, onde exerce o cargo de professor efetivo de História.

Apresentar aspectos históricos, culturais e econômicos de Governador Celso Ramos/SC; Desenvolver um material didático, especificamente um caderno de atividades, que aborda os patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC: a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, a Prática Artesanal do Crivo e a Festa do Divino Espírito Santo. Esta proposta didática visa cumprir o que está previsto no currículo municipal vigente, acerca do estudo deste tema. Além disso, procura oferecer uma formação mais abrangente para professores e estudantes.

Sendo assim, este estudo apresenta um material pedagógico focado nos patrimônios culturais oficialmente reconhecidos de Governador Celso Ramos/SC. Salienta-se que esta é uma proposta pioneira, abordando um tópico pouco explorado no currículo da Educação Básica da região. O objetivo é utilizar os bens culturais já reconhecidos e patrimonializados como ponto de partida para problematizar e discutir outros bens culturais, indicando diversas maneiras de se tratar o Patrimônio Cultural em sala de aula de História. Salienta-se que esta proposta pedagógica não apresenta a história completa dos patrimônios culturais do município, nem um estudo sobre a sua patrimonialização.

Inicialmente, conduziu-se uma análise exploratória de natureza bibliográfica e documental relativa aos patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC. A intenção deste estudo foi identificar, ainda que sem um aprofundamento analítico, quais bens culturais do município de Governador Celso Ramos/SC passaram por processos de patrimonialização e em quais esferas do Estado brasileiro eles estão inseridos. A seguir, são apresentadas informações concisas sobre eles.

A Fortaleza de Santa Cruz, situada na Ilha de Anhatomirim, foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938 pelo Iphan<sup>6</sup>, consolidando sua importância em nível nacional. A Igreja Nossa Senhora da Piedade foi reconhecida como Patrimônio Cultural inicialmente em nível municipal em 1983 e depois em nível estadual em 2001. Dentro do contexto municipal, são reconhecidos oficialmente dois patrimônios culturais imateriais: a Prática Artesanal do Crivo e a Festa do Divino Espírito Santo, registrados e não tombados, por serem de natureza imaterial.

---

<sup>6</sup> Pereira (2021, 29) esclarece que desde a sua criação, a instituição adotou diferentes nomenclaturas: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937; Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) a partir de 1946; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir de 1970; em 1979 O IPHAN é dividido em SPHAN (Secretaria) e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), até 1990, quando foram extintas, e foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). A partir de 1994, o IBPC é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), nomenclatura que se mantém até hoje.

Esta pesquisa qualitativa consistiu na análise bibliográfica e documental sobre o ensino de História em conexão com o patrimônio cultural. O objetivo foi desenvolver um material didático - um caderno de atividades - sobre os patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC. A intenção é desenvolver uma proposta de ensino de História por meio do patrimônio cultural, articulando o trabalho com fontes e diferentes linguagens a partir de atividades didáticas diversas.

A análise dos documentos oficiais foi realizada em projetos de leis, decretos e leis referentes aos patrimônios culturais de Governador Celso Ramos/SC, conforme descrito a seguir: Decreto Municipal nº 10/1983; Decreto Estadual de Santa Catarina nº 3.458/2001, que tratam sobre a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC; Projeto de Lei de Governador Celso Ramos/SC nº 044/2019 e Lei Ordinária de Governador Celso Ramos/SC nº 1350/2019, que tratam sobre a Prática Artesanal do Crivo; Projeto de Lei do Legislativo de Governador Celso Ramos/SC nº 11/2022 e Lei Ordinária de Governador Celso Ramos/SC nº 1.540/2022, que tratam sobre a Festa do Divino Espírito Santo.

A análise de narrativas memorialísticas, diferente dos documentos oficiais, ofereceu outros elementos, em conhecer como escritores interpretam a importância dessas manifestações culturais para a história local. Essa análise foi realizada nos seguintes livros: "Cultura Açoriana: identidade do povo Gancheiro", da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC (2011); "Ganchos, memórias do ontem: vida, linguagem e identidades" de Aduino Jorceli de Melo (2012); "Ganchos: um pedacinho de Portugal no Brasil" de Miguel João Simão (1997); "Fortalezas catarinenses: a estória contada pelo povo" de Carlos Eduardo Uchôa (1992).

A análise de publicações acadêmicas foi uma etapa fundamental no processo de pesquisa, pois permitiu que os resultados e conclusões do estudo estivessem embasados em dados concretos e objetivos, ajudando a interpretar os resultados e enriquecendo o debate científico e a produção de novos conhecimentos. A análise das publicações acadêmicas foi realizada nas seguintes obras: "Governador Celso Ramos: dinâmicas e perspectivas", publicado em 2017 pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); "Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira", publicado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1992, de autoria de Célia Maria e Silva; e publicações do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, como a dissertação "O processo de patrimonialização da fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: discursos, restauro, usos (1970 – 1992)", defendida em 2016, e a tese "As dimensões educativas e o processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Rationes e São José da Ponta

Grossa", defendida em 2021, ambas de autoria de Pedro Mülbersted Pereira. Adicionalmente, foi analisada a dissertação "Para além do crivo: circulação de sentidos na prática de mulheres em Ganchos/SC" de William Wollinger Brenuvida, defendida em 2018, na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

A análise dos documentos educacionais do município de Governador Celso Ramos/SC abrangeu o currículo de ensino atualmente em vigor na rede municipal de educação, denominado Reorientação Curricular da Rede Municipal de Governador Celso Ramos/SC (2022), bem como o material didático adotado pela referida rede, o Sistema de Ensino Aprende Brasil (2019)<sup>7</sup>.

Esta pesquisa apresenta uma proposta de Educação Patrimonial para Governador Celso Ramos/SC, a partir dos patrimônios culturais identificados e reconhecidos pelos órgãos do Estado. Desenvolveu-se um material didático - um caderno de atividades - que é destinado aos professores de História dos Anos Finais e poderá ser utilizado por outros docentes que queiram trabalhar com o tema. Ele está estruturado em quatro eixos temáticos: Patrimônios Naturais e Arqueológicos: Expressões da Cultura Indígena; Fortificações e Fortalezas: Reflexões sobre Colonização e Escravidão; e Práticas Culturais e Festividades em Governador Celso Ramos/SC. Cada eixo temático está organizado com boxes de diálogo com o docente: Apresentação, Em Sala de Aula, Para Saber Mais, Diálogos Metodológicos, Aprofundando o Tema. O box "Apresentação" fornece uma visão geral e concisa do tema abordado em cada eixo do material didático. Nesta parte, são explicados os principais objetivos e a proposta central de cada eixo, detalhando o tema envolvido, a quantidade de atividades propostas, os tipos de materiais utilizados e a finalidade central do trabalho. "Em Sala de Aula" oferece explicações específicas sobre as atividades, orientando como integrá-las no ambiente educativo. "Para Saber Mais" é um box que oferece referências adicionais, sugestões de leitura e recursos complementares sobre o assunto. "Diálogos Metodológicos" aprofunda os princípios metodológicos que fundamentam esta proposta pedagógica, oferecendo uma reflexão detalhada sobre as abordagens educativas que orientam e sustentam as práticas sugeridas. "Aprofundando o Tema" oferece uma análise detalhada e extensa sobre o assunto abordado, proporcionando assim, uma compreensão mais profunda e abrangente.

Ressalta-se a importância de ter um material didático sobre o Patrimônio Cultural local, pois ele ajuda a envolver-se com diferentes períodos da História. Este recurso poderá ser usado como tema principal ou parte de assuntos específicos. Isso também permite a

---

<sup>7</sup> Esta versão foi utilizada como material didático na rede municipal de Educação de Governador Celso Ramos/SC no ano de 2023.

exploração de várias fontes históricas na sala de aula, ligadas ao patrimônio cultural oficial de Governador Celso Ramos/SC.

Em relação à estrutura da dissertação, ela está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta um diálogo teórico acerca do ensino de História, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, embasado em estudos realizados por Gil (2020); Gil, Pacievitch, Perussatto (2022); Gonçalves (2014); Gonçalves e De Mari (2023). Na sequência, encontra-se a análise das dissertações do ProfHistória, defendidas nas instituições associadas em Santa Catarina, UFSC e UDESC.

No segundo capítulo, encontra-se a análise nos documentos educacionais vigentes na rede municipal de educação de Governador Celso Ramos/SC acerca dos patrimônios culturais oficiais do município: a Reorientação Curricular da Rede Municipal de Governador Celso Ramos/SC (2022) e o material didático Sistema de Ensino Aprende Brasil (2021).

No terceiro capítulo apresenta-se aspectos históricos, culturais e econômicos do município de Governador Celso Ramos/SC, fundamentando-se nos estudos de Brenuvida (2016), Dias (2017), Governador Celso Ramos/SC (2011), Melo (2012), Silva (1992), Simão (1997) e Zimmermann (2006). Na sequência, são apresentadas informações sobre os patrimônios culturais identificados e reconhecidos pelos órgãos do Estado no município de Governador Celso Ramos/SC embasados em leis, decretos dos bens culturais patrimonializados do município, livros e publicações acadêmicas: Dias (2017), Governador Celso Ramos (1983), Governador Celso Ramos (2019), Governador Celso Ramos (2022), Pereira (2016), Santa Catarina (2001), Silva (1992)

O quarto capítulo apresenta a proposta didática. Trata-se de material didático sobre o estudo dos patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC, intitulado "Caderno de Diálogo com o Professor", que está disponível no apêndice desta pesquisa. Este caderno de atividades tem como objetivo fomentar o diálogo com os professores de História dos Anos Finais da Educação Básica, apresentando aspectos históricos de Governador Celso Ramos/SC, manifestações culturais indígenas, perspectivas sobre os processos de colonização e escravidão na região, também explorando práticas culturais e festividades locais.

## **1. REFLETINDO SOBRE O PASSADO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Neste capítulo, apresentamos um diálogo teórico acerca do ensino de História, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, embasado em estudos realizados por Gil (2020); Gil, Pacievitch, Perussatto (2022); Gonçalves (2014); Gonçalves e De Mari (2023) e Scifoni (2019). Na sequência, encontra-se a análise das dissertações do ProfHistória – UDESC e UFSC - relacionadas ao ensino de História e patrimônio cultural de Santa Catarina.

Os currículos de História no Brasil sempre privilegiaram os grandes feitos alicerçados numa perspectiva eurocêntrica, selecionando apenas os grandes acontecimentos de certos grupos sociais e alguns fatos históricos da Europa, em detrimento das narrativas e da história de outros povos dos continentes da América, África, Oceania e Ásia. Nesse modelo de currículo excludente, segundo Gil (2020, p. 121), torna-se perceptível a negligência em relação à riqueza de conhecimento que o passado proporciona quando é submetido à problematização por meio de determinadas seleções e definições. Despreza-se, assim, um dos papéis da História que, de acordo com a autora (Ibidem, p. 5), consiste em ajudar a explicar as escolhas e seleções que determinada sociedade faz nas definições de patrimônio, de modo a tornar evidente, a partir disso, como essa sociedade lida com seu passado. Portanto, o ensino de História deve refletir sobre a historicização das noções de patrimônio, compreendendo-as em seus contextos de produção, identificando os sujeitos envolvidos, suas intenções e as relações de poder (GIL, 2020; GIL; SILVA, 2021).

Ressalta-se que o patrimônio é um ato comunicativo que se dirige ao presente e às gerações futuras, desempenhando um papel pedagógico ao valorizar determinados passados e silenciar sobre outros. A educação patrimonial deve, portanto, questionar a interpretação do passado oficializado pelo Estado, desempenhando uma função estratégica, ainda que frequentemente negligenciada. Portanto, é essencial reorientar a perspectiva acerca do patrimônio, posicionando seus principais sentidos e significados, como portadores de valores e identidades. É preciso explorar uma nova abordagem sobre o assunto, visando estabelecer uma pedagogia do patrimônio inovadora, que elimine a distinção entre ensinar e aprender, promovendo a autonomia, dialogicidade e participação social (SMITH, 2011 apud SCIFONI, 2022).

Sendo assim, percebe-se que o Patrimônio Cultural permeia as relações de diversos grupos sociais, pois ele está inserido no nosso cotidiano, nas nossas vidas e no nosso dia a dia (TOLENTINO, 2022, p. 108), nas redes virtuais, em forma de sites, blogs ou de páginas de

grupos de defesa do patrimônio, de turismo, nas campanhas virtuais em forma de abaixo-assinados para a preservação de bens e em matérias jornalísticas, incorporado aos programas educacionais e até mesmo em questões de exames de ingresso a um curso superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que nas últimas edições, contemplou questões sobre o patrimônio, dentre outras formas (SCIFONI, 2019, p. 25).

Em relação a amplitude desse tema, Pedro Paulo Abreu Funari, em entrevista concedida à Revista Missões (2022, p. 14), comentou que o Patrimônio Cultural pesa mais do que muitos costumam considerar. Ao serem bens culturais e simbólicos, envolvem os sentimentos mais profundos, nem sempre nobres, mas tristes, como o ressentimento, mas também o medo e o ódio. O patrimônio, mais do que servir à tristeza, pode contribuir para o convívio, mesmo na contradição.

Na área da educação, o Patrimônio Cultural é um tema que tem ocupado cada vez mais espaço na formação do professor de História (com disciplinas eletivas e estágios em educação patrimonial ou em espaços não formais de educação), nas pesquisas realizadas nos mestrados profissionais em Ensino de História e na Educação Básica (Programa Mais Educação<sup>8</sup> e a BNCC que indica objetos de conhecimento e habilidades relacionadas ao estudo do patrimônio cultural) (GIL, 2020, p. 108). A esse respeito, Tolentino (2022, p. 108) considera que essa relação pode estar presente tanto nas práticas educativas diretamente ligadas à escola, como também está presente para além dos muros da escola e pode se dar nos museus, nas praças, no bairro, nos quintais, na comunidade.

Com base no exposto, a concepção de ensino de História apresentada nesta pesquisa incorpora demandas atuais da sociedade, requerendo abordagens críticas e emancipadoras que valorizem as diferenças étnicas, culturais e sociais. Sendo assim, o papel do professor de História é estimular um ensino que capacite os estudantes a se perceberem como participantes ativos do processo de aprendizagem, valorizando suas opiniões e desafiando conceitos considerados inquestionáveis. Além disso, é importante engajar os estudantes em debates públicos sobre os significados atribuídos aos bens culturais herdados, estimulando conhecimento sobre os grupos historicamente excluídos e invisibilizados pelas narrativas oficiais (OLIVEIRA, 2016, p. 5).

Portanto, espera-se que, nas aulas de História, os/as discentes sejam capazes de situar os patrimônios nos múltiplos tempos e contextos que os envolvem, para além de apenas

---

<sup>8</sup> De acordo com Gil (2020, p. 122), a Educação Patrimonial foi inserida no Programa Mais Educação através de uma parceria do MEC com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), possibilitando que os estudantes realizassem inventários dos patrimônios locais nos territórios em que as escolas estavam inseridas.

identificar que pertencem “aos tempos de antigamente” e que devem ser preservados por serem velhos. (GIL; PACIEVITCH; PERUSSATTO, 2022, p. 78). Afinal, a especificidade da História reside, justamente, em estabelecer diferenças no tempo. Construir argumentos a partir do pensar historicamente significa mais do que dizer que algumas coisas vieram antes de outras, ou que umas são consequências de outras. Trata-se de problematizar o conhecido e o desconhecido em torno do passado; operar com as evidências e fontes; elaborar interpretações e compreensões por meio da crítica e da erudição; e produzir narrativas públicas, que podem ser debatidas por outras pessoas; enfatizar abordagem disciplinar privilegiando a reflexão sobre conceitos e significados dos conhecimentos sobre o passado, articulando com o patrimônio.

As ações educativas vinculadas ao Patrimônio Cultural são designadas por diversos termos, como "Educação Patrimonial", "Educação para o Patrimônio" ou "Educação com o Patrimônio" (GONÇALVES, 2014, p. 84; VALENCILLO, 2012 *apud* GONÇALVES; DE MARI, 2023, n.p.). Essas ações possuem duas concepções fundamentais:

De um lado, uma concepção que vincula as ações educativas à necessidade de proteção ou defesa do Patrimônio Cultural e que busca alcançar, por parte do público-alvo, respeito, interesse e apreço pelos bens patrimoniais; de outro, a concepção que articula tais ações educativas à valorização ou ao empoderamento de determinados grupos sociais por meio do reconhecimento do patrimônio cultural a eles associado, e que pressupõe a participação ativa desses mesmos grupos na definição do que cabe preservar. (GONÇALVES, 2014, p. 84)

Essas proposições fundamentam a perspectiva crítica sobre o Patrimônio Cultural adotada nesta pesquisa, visto que ele não pode ser assumido como um dado natural. Nesse sentido, Gonçalves, (2014, p. 81) afirma que o Patrimônio Cultural é uma construção social e histórica derivado da combinação de agentes e ações, de escolhas individuais e decisões coletivas, de procedimentos, recomendações e normas, de circunstâncias históricas. Portanto,

o que é atualmente identificado como “Patrimônio Cultural” foi, por consequência, mapeado, identificado, selecionado, estudado, protegido (através de tombamento, registro ou outro mecanismo de salvaguarda), além de disseminado, por agências e agentes incumbidos dessa tarefa. As interpretações que certamente estiveram na base das ações de patrimonialização decorreram de processos sociais de produção de memória, de representações sobre o passado tecidas em variados presentes, conforme o momento histórico de sua elaboração. Representações que, então, prevaleceram sobre outras, determinando o que deveria ser preservado e considerado patrimônio cultural. (GONÇALVES, 2014, p. 91)

Tratando-se do cenário nacional sobre documentos relacionados à educação e ao patrimônio, a autora apresentou quatro proposições que devem ser levadas em conta:



desnaturalizar o patrimônio cultural, dessacralizar o acervo patrimonial, questionar a separação entre educadores e educandos, e valorizar diferentes instâncias de conhecimento (GONÇALVES, 2014, p. 91-93).

Segundo a autora, embora os autores usem diferentes terminologias, a finalidade do estudo, é destacar como a interdisciplinaridade resulta em variadas formas de apropriação e uso de termos relacionados ao Patrimônio Cultural (GONÇALVES, 2017, p. 39). "Educação com o patrimônio" é exemplificada pelo Guia de Educação Patrimonial de 1999 do IPHAN, que usa o patrimônio como recurso didático, respeitando as histórias de vida dos educandos (CABRAL, 2004, p. 41). "Educação sobre o patrimônio" incorpora o patrimônio como conteúdo curricular, abordado como tema transversal em várias disciplinas (GONÇALVES e De MARI, 2023, n.p.). "Educação para o patrimônio" se concentra na defesa do patrimônio como princípio moral ou político, exemplificada pelo Kit Pedagógico da UNESCO (GRINSPUM, 2000, p. 30). Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado como recurso para a compreensão das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (IPHAN, 2024)

Gil (2020, p. 108) argumenta que a "Educação Patrimonial" não é uma metodologia única, mas um processo relacional que requer diferentes estratégias metodológicas. Chagas (2013, p. 30) critica a visão simplista de "Educação Patrimonial" e questiona a definição de um ponto inicial específico para essa prática educativa. "Educação Patrimonial" é um campo de prática educativa socialmente adjetivada e não vinculada a uma metodologia específica, ressaltando a indissociabilidade entre educação e cultura (CHAGAS, 2013, p. 30).

Destaca-se que neste estudo optei pela expressão "Educação Patrimonial", que é comumente usada no campo do Ensino de História. Vale ressaltar que a abordagem adotada na pesquisa é mais relevante do que a maneira pela qual ela é nomeada. Em conformidade com Gil (2021, n.p.), este estudo propõe uma abordagem de educação patrimonial no ensino de História que se baseia na interpretação dos patrimônios consagrados, problematizando as diferentes camadas de tempo presentes em torno desses patrimônios, desnaturalizando narrativas dominantes e dando visibilidade aos outros sujeitos históricos, valorizando os conhecimentos e práticas dos/as estudantes (GIL, 2021, n.p.)

## 1.1 TRAJETÓRIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM SANTA CATARINA: UMA LEITURA DAS DISSERTAÇÕES DO PROFHISTÓRIA (UFSC E UDESC)

No campo do Ensino de História, observa-se um crescimento significativo na pesquisa relacionada ao Patrimônio Cultural nos últimos anos, uma tendência refletida pelo alto volume de trabalhos publicados. Para exemplificar, foram realizados estudos recentes que analisaram as dissertações do ProfHistória e da área de Educação, evidenciando a ampla gama de investigações conduzidas nesta área. Entre esses estudos, destacam-se "Patrimônio e ensino no ProfHistória: Discussões Teórico-Metodológicas" de Gil e Pacievitch (2019)<sup>9</sup>, e "A produção de pesquisas sobre Educação Patrimonial em programas de pós-graduação em História e Educação do Brasil" de Gil (2020)<sup>10</sup>.

Este tópico se dedica à análise das dissertações do ProfHistória, defendidas nas instituições associadas em Santa Catarina, UFSC e UDESC. Conforme observado por Gil e Pacievitch (2019, p. 282), as dissertações deste programa demonstram uma correlação direta entre a Educação Patrimonial e o Ensino de História. Mais especificamente, essas pesquisas realizadas nas instituições mencionadas integraram o ensino de História ao Patrimônio Cultural oficial de Santa Catarina. O principal objetivo deste estudo consistiu na análise das produções sobre o Patrimônio Cultural oficial localizado em Santa Catarina. A escolha deste recorte se deve à sua relevância e proximidade com o tema em estudo.

Consequentemente, foi realizada uma busca das dissertações do programa no período de 2016 a 2021, abrangendo desde as primeiras defesas até as mais recentes. A título de esclarecimento, esta busca foi efetuada no site do próprio programa, no banco de dissertações do portal ProfHistória UFSC, onde estão inclusas as turmas de 2014, 2016, 2018, 2019 e 2020, e no portal ProfHistória UDESC, que também contém as turmas de 2014, 2016, 2018, 2019 e 2020 com suas respectivas defesas. Além destas, há as turmas de 2023 e 2024 com o nome dos(as) discentes, mas sem as dissertações. Durante esse período, registrou-se no banco de dados do ProfHistória um total de 1.014 dissertações. Desse conjunto, 41 foram defendidas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), representando aproximadamente 4,04% do total, e 43 na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), correspondendo a cerca

---

<sup>9</sup> As autoras estudaram as dissertações do ProfHistória para entender melhor a produção desde a primeira turma em 2014, com o objetivo de melhorar a pesquisa no ensino de História (GIL; PACIEVITCH, 2019, p. 284).

<sup>10</sup> A autora fez um levantamento de dissertações e teses no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o descritor "educação patrimonial", delimitado nos anos de 2015, 2016 e 2017. O objetivo principal deste estudo "foi mapear as concepções de patrimônio e educação patrimonial e o diálogo com o campo do ensino de História presente nas pesquisas selecionadas". (GIL, 2020, p. 120)

de 4,24% do total. No total, somam-se 84 dissertações defendidas nas duas instituições, representando aproximadamente 8,28% do total.

Após a avaliação dos resumos, as pesquisas selecionadas foram aquelas que referenciaram algum Patrimônio Cultural oficial, devidamente identificado e reconhecido em qualquer esfera federativa, desde que estivesse situado no estado de Santa Catarina. Optou-se por não utilizar a "palavra-chave" como filtro na seleção das dissertações, pois muitas delas não incorporaram termos apropriados para os temas discutidos, como "patrimônio" ou "educação patrimonial". Conseqüentemente, com base no critério estabelecido, foram identificadas e selecionadas um total de 13 dissertações<sup>11</sup>, sendo 7 da UDESC (aproximadamente 53,85%) e 6 da UFSC (cerca de 46,15%), representando juntas cerca de 15,48% das 84 dissertações defendidas nas duas instituições.

A seguir, apresenta-se uma tabela com as dissertações por Região Geográfica e Turística de Santa Catarina. A tabela detalha a distribuição das dissertações, especificando os municípios abordados e o número de dissertações relacionadas a cada um. Posteriormente, é realizada uma análise baseada nesses dados.

---

<sup>11</sup> As dissertações são: "Um click na Tekoá: elaboração de um site de produção de narrativas audiovisuais através de fontes Guarani" de André Felipe Meyer (2017); "A História na escola e a escola na História: patrimônio e aprendizagem histórica na Escola Estadual Básica Jerônimo Coelho. Laguna (2017)", de Daniel Marcelo Savedra (2018); "Trapeirismo em Orleans/SC: história, memória e patrimônio através de um material pedagógico para a Educação Básica", de Márcia Luzia Sartor Preve (2020); "História oral e memória nos anos iniciais: Histórias da comunidade de Bombinhas (SC) entre as décadas de 1970 e 2000" de Luiz Carlos Pause Junior (2020); "Vou botar meu boi na rua: As canções do Grupo Engenho e o Ensino de História - um experimento de História Local no município de São João Batista (1970-2020)" de Anderson Cleber Loz (2021); "Educação Museal e ensino de História no Museu Etnográfico Casa dos Açores (Biguaçu S/C): Uma proposta didática para a Educação Básica" de Carla Regina da Silva (2021); "Construindo visibilidades na cidade de São José/SC: Uma proposta de ensino de História e Patrimônio Cultural dos povos africanos e afrodescendentes" de Mylene Silva de Pontes Visani (2018); "O Museu Nacional do Mar e seu acervo: Uma proposta metodológica para o ensino de História" de Jaqueline Marquardt (2019); "Da doxa ao logos: Problematizando o ensino de História e a educação patrimonial a partir da escola" de Jeferson Luiz Freitas (2020); "Patrimônio Imaterial através do acervo do Museu Histórico Municipal de São José" de Rodrigo de Souza Fagundes (2021); "A casa do Agente Ferroviário de Estação Cocal: Memórias, Educação para o Patrimônio e o ensino de História", de Daniela Karine dos Santos Acordi (2021); "Saberes comunitários, História Local e Formação Integral nos anos iniciais" de Sayonara da Luz da Silva (2022); "A História de Atalanta em dez objetos: Uma proposta de ensino de História a partir do Museu Histórico Municipal "Wogeck Kubiack" de Kátia Cristiani Nunes (2022).

Tabela 1 - Dissertações por região geográfica de Santa Catarina

Número de Dissertações	Município	Região Geográfica
1	Palhoça	Litoral
1	Bombinhas	Litoral
2	São José	Litoral
1	Laguna	Litoral
1	São João Batista	Litoral
2	Biguaçu	Litoral
1	São Francisco do Sul	Nordeste
1	Joinville	Nordeste
1	Morro da Fumaça	Sul
1	Orleans	Sul
1	Atalanta	Vale do Itajaí

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

A região Litoral destaca-se por concentrar o maior número de dissertações, refletindo sua densidade populacional, além de abrigar as suas instituições associadas ao ProfHistória e contar com um número elevado de estudantes dos cursos. Portanto, as dissertações não estão bem distribuídas entre as principais regiões turísticas de Santa Catarina, o que revela uma ausência de estudos de algumas dessas áreas.

A maioria das dissertações se concentram no Patrimônio Cultural Material, com um total de 9 dissertações. Isso representa aproximadamente 69,23% do total de dissertações analisadas. Apenas 3 dissertações tratam exclusivamente do Patrimônio Cultural Imaterial, representando cerca de 23,08% do total. Apenas 1 dissertação abrange tanto o Patrimônio Cultural Material quanto o Imaterial, representando cerca de 7,69% do total.

A distribuição das dissertações indica uma tendência maior de pesquisa sobre o Patrimônio Cultural Material. A ênfase no patrimônio material pode ser atribuída à facilidade de identificação e estudo de bens tangíveis, como edifícios históricos, museus, e outros objetos físicos de importância cultural. O número relativamente baixo de dissertações nesta categoria pode indicar uma menor atenção acadêmica ou maior dificuldade metodológica em

abordá-los. A dissertação que envolveu ambos os tipos de Patrimônio refletem uma a interrelação entre os bens materiais e imateriais no contexto cultural.

As dissertações que apresentaram o Patrimônio Cultural como objeto de pesquisa ou como problemática são: Savedra (2018); Visani (2018); Freitas (2020); Fagundes (2021); Acordi (2021). Este tema apareceu muitas vezes em decorrência de outro assunto, o caso do Museu, como na pesquisa de Marquardt (2019); Silva (2021); Silva (2022). A escola como bem patrimonializado apareceu em duas dissertações, a de Savedra (2018) e Freitas (2020). A categoria de patrimônio imaterial foi objeto de pesquisa por Fagundes (2021). Um Patrimônio Cultural Ferroviário foi tema da dissertação de Acordi (2021). Houve um patrimônio imaterial ligado a Diversidade Linguística dos Guarani. A pesca artesanal da tainha como patrimônio imaterial também apareceu em uma pesquisa. O Museu Etnográfico Casa dos Açores apareceu duas vezes, na pesquisa de Silva (2021) relacionado à educação museal, e na dissertação de Silva (2022), em decorrência do interesse da comunidade.

Houve apenas uma dissertação que tratou da temática relacionada aos patrimônios culturais dos povos afrodescendentes. A dissertação de Visani (2018) representa uma contribuição significativa para o estudo e valorização dos patrimônios culturais dos povos afrodescendentes. A pesquisa enfatiza a importância de dar visibilidade aos patrimônios culturais afro-brasileiros, que muitas vezes são marginalizados ou pouco valorizados. A visibilidade desses patrimônios é crucial para o reconhecimento e valorização da identidade cultural afrodescendente. A ênfase na visibilidade e integração desses patrimônios no ensino de história destaca a importância de uma educação que reconheça e valorize a diversidade cultural, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A análise das dimensões propositivas das dissertações revela uma variedade significativa de abordagens metodológicas inovadoras e práticas educativas no ensino de História. Com um total de treze dissertações, identificamos que três delas focaram em desenvolver materiais e propostas pedagógicas específicas, enquanto duas se dedicaram à criação de sites e páginas de internet, assim como duas outras elaboraram sequências didáticas estruturadas. As outras seis dissertações exploraram diferentes dimensões propositivas, incluindo roteiros didáticos, cadernos metodológicos, materiais de apoio, portfólios educativos, projetos educativos e narrativas museográficas. Essa diversidade destaca o compromisso dos pesquisadores em enriquecer o processo educativo, promovendo metodologias que visam tornar o aprendizado de História mais engajador, inclusivo e contextualizado.

Em relação aos usos dos bens patrimoniais no ensino de História, utilizou-se a classificação de Gil e Pacievitch (2019): a) usos do patrimônio como ferramenta para ensinar História, b) incentivo ao pensar historicamente ou a conhecer o passado, c) sensibilização para a importância de um dado patrimônio, d) contribuição para a formação cidadã ou identitária. (Ibidem, p. 284). As autoras classificaram a partir dos temas, autoras e autores mobilizados nas pesquisas, uma série de problemáticas de pesquisa e/ou de intervenção didática, baseadas na forma como foram redigidas suas perguntas centrais.

A maioria das dissertações focam no uso do patrimônio como ferramenta para ensinar História. Isso indica uma tendência dos pesquisadores em utilizar bens patrimoniais diretamente nas práticas pedagógicas. Quatro dissertações se enquadram nesta categoria, mostrando a preocupação dos pesquisadores em desenvolver a habilidade dos estudantes de pensar historicamente. Isso sugere um interesse em proporcionar aos estudantes uma compreensão mais profunda e crítica do passado, estimulando a análise histórica e o reconhecimento das conexões temporais. Duas dissertações se concentraram na contribuição para a formação cidadã ou identitária. Este enfoque ressalta a importância de promover a cidadania ativa e a identidade cultural dos estudantes através do estudo do patrimônio. Outras duas dissertações destacaram-se por sensibilizar os estudantes para a importância de um dado patrimônio.

A análise dos dados revela uma diversidade de abordagens metodológicas e teóricas nas dissertações analisadas. A ênfase no uso do patrimônio como ferramenta de ensino e no incentivo ao pensamento histórico sugere um foco significativo na aplicação prática do patrimônio no contexto educacional. Por outro lado, a contribuição para a formação cidadã e a sensibilização para a importância do patrimônio mostram uma preocupação com a formação integral dos estudantes, abrangendo aspectos culturais, sociais e identitários.

Gil (2020, p. 115) sintetizou cinco procedimentos que definem como os autores operam com a educação patrimonial e o patrimônio: valorizar-preservar, identificar-pertencer, sensibilizar-cuidar, conhecer-conceituar, e usufruir-participar. A partir dele, as dissertações revelam um equilíbrio entre as diferentes abordagens no campo da educação patrimonial. As categorias "Conhecer-Conceituar", "Identificar-Pertencer", e "Sensibilizar-Cuidar" apresentam um número igual de dissertações, com quatro trabalhos cada uma. A categoria "Usufruir-Participar" é a menos abordada, com apenas uma dissertação enquadrada. Esse dado sugere que, embora haja um interesse significativo em explorar e compreender o patrimônio cultural, as propostas de envolvimento ativo e participação dos estudantes e da

comunidade no uso dos patrimônios culturais ainda são menos frequentes nas dissertações analisadas.

Essa distribuição equilibrada entre as principais categorias indica uma diversidade de enfoques teórico-metodológicos na forma como os pesquisadores tratam o patrimônio cultural no ensino de História.

Em suma, a análise das dissertações do ProfHistória demonstra a diversidade de enfoques teórico-metodológicos na forma como os pesquisadores tratam o patrimônio cultural no ensino de História. Embora haja um interesse significativo em explorar e compreender o patrimônio cultural, há uma oportunidade para aumentar o foco em propostas que promovam a interação prática e engajadora entre a comunidade e esses bens culturais. A ênfase no uso do patrimônio como ferramenta de ensino e no incentivo ao pensamento histórico reflete um compromisso dos pesquisadores em contribuir para uma formação educacional mais rica e abrangente, que valorize a diversidade cultural e a identidade dos estudantes. As pesquisas não deram visibilidade a diferentes povos e etnias, demonstrando que o campo é marcado pela herança colonial. Elas também não exploraram o estudo do patrimônio em diversas regiões do estado, também permaneceu sobre o de natureza material.

## **2. MAPEANDO OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS NOS DOCUMENTOS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Nesta fase, realizou-se uma análise sobre o processo de incorporação e exclusão dos patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC nos documentos educacionais vigentes na rede municipal de educação local. Com relação ao currículo, a análise foi focada na "Reorientação Curricular da Rede Municipal de Governador Celso Ramos/SC" (2022). No que diz respeito ao material didático, o estudo focou-se no "Sistema de Ensino Aprende Brasil" (2019), que é o material educacional utilizado pela rede municipal de ensino.

O currículo vigente na rede municipal de educação, denominado "Reorientação Curricular de Governador Celso Ramos (2022)", tem como objetivo orientar e embasar as práticas dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental na cidade. Ele foi criado a partir da necessidade de repensar os métodos e conteúdos das áreas de conhecimento. Começou a ser desenvolvido em agosto de 2021, com pesquisas e estudos em grupos, revisando a Reorientação Curricular de 2014. Seu objetivo é normatizar e organizar as atividades escolares, garantindo a aprendizagem dos estudantes. Este documento na Educação Infantil reflete a trajetória das concepções e práticas pedagógicas. No Ensino Fundamental Inicial, aborda práticas variadas, com foco em alfabetização nos primeiros dois anos. Nos anos finais, o currículo enfatiza o desenvolvimento de habilidades em cada etapa escolar.

Este documento curricular, baseado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelece aprendizagens essenciais e competências para estudantes da Educação Básica. A BNCC estrutura-se em dez competências gerais e habilidades específicas por área, visando o desenvolvimento do estudante para lidar com desafios diários, cidadania e trabalho.

No tópico "Princípios Pedagógicos e Didáticos", ressalta a importância da escola na aquisição de conhecimento pelos estudantes, e o papel do professor como mediador nesse processo. Ele também destaca a necessidade de criar situações didáticas para ampliar as habilidades dos estudantes em compreender linguagens, cultura e ciência por meio de atividades reflexivas e comunicativas. Já em "Concepção de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem", afirma que a avaliação contínua é essencial para analisar intervenções no ensino e aprendizagem. Além de ser fundamental nesse processo, ela informa as famílias sobre o progresso dos estudantes e permite à escola demonstrar a qualidade de sua ação pedagógica. Na parte destinada a discutir: "Área: Ciências Humanas" destaca que é importante desenvolver a compreensão de tempo e espaço. As Ciências Humanas são responsáveis por ajudar a entender os tempos sociais, a natureza e suas relações com os



espaços. O documento ressalta que saber "ler e interpretar" o mundo, tanto no passado como no presente, é essencial para entender as diferenças em todas as áreas, ampliando nossa visão de mundo. Ao aceitar o diferente, nossa cultura, história, geografia e geopolítica são enriquecidas. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2022, p. 288).

Na seção "História do Ensino Fundamental", o documento explicita que o processo começa com o entendimento e reconhecimento do próprio eu, dos outros e do coletivo. Isso começa com o estudo das características físicas, sociais e comportamentais dos estudantes e continua ao expandir o contexto do estudante, incluindo a família, a escola, o bairro e a cidade, sempre fazendo conexões entre o passado e o presente. No Ensino Fundamental, Anos Finais, o ensino de História se concentra em estudar várias sociedades e comunidades do mundo, presentes e passadas. Isso complementa o aprendizado dos primeiros anos escolares, desenvolvendo habilidades para relacionar, analisar contextos variados e exercer pensamento crítico para promover o bem comum. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2022, p. 288).

Na parte destinada a discutir "O lugar e o papel do ensino de História no Ensino Fundamental", baseado na BNCC, explica que o objetivo do ensino de História é permitir que os estudantes entendam os eventos históricos em seu contexto. Isso os ajuda a formular perguntas, hipóteses e argumentos. Além disso, incentiva a criação de diferentes perspectivas sobre variados indivíduos, povos e culturas de maneira ética, inclusiva e democrática. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2022, p. 305).

Em "Competências específicas de História para o Ensino Fundamental", destaca a importância de entender como as pessoas usaram diferentes formas de comunicação para criar suas histórias sobre o mundo em que vivem, incluindo suas instituições e organizações sociais. (BRASIL, 2018, p. 397 apud GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2022, p. 306). O documento curricular de Governador Celso Ramos (2022), trouxe as sete competências específicas de História para o Ensino Fundamental contidas na BNCC<sup>12</sup> (Ibidem, p. 306)

---

<sup>12</sup> 1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.

3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.

Em "Organização curricular" de História, o documento traz o posicionamento do Ministério da Educação citado na BNCC que

foi pela valorização da nossa história nacional e pela inclusão de grupos que durante a maior parte da nossa história estiveram ausentes ou foram tratados como adendos ou personagens postos à margem do nosso passado e do nosso presente. São eles os indígenas, os afrodescendentes, os mestiços de toda a sorte, os quilombolas, etc. Para tornar a História do Brasil protagonista, diversos temas da História Universal foram excluídos, tais como hebreus, fenícios, persas, bizantinos e árabes. Privilegiou-se a História do Ocidente e, mais especificamente, da América Latina. A História Medieval foi deslocada para o 6º. ano. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2022, p. 307)

Em relação às "questões étnicas", este documento curricular ressalta que "houve a implementação do estudo da História e Cultura da África e Afro-Brasileira no currículo da educação escolar brasileira, instituída por meio da Lei Federal nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e **que ainda parece estar sendo adaptada aos materiais didáticos** e a “Lei Federal nº. 11.645, de 10 de março de 2008, que incluiu a temática História e Cultura Afro-brasileira e também Indígena no currículo oficial da Rede de Ensino”. (Ibidem, p. 307) (Grifos nossos)

Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. Ressalta-se, também, na formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2022, p. 308)

Por fim, nesta seção, este documento ressalta a importância do/a docente abordar estas questões em sua prática pedagógica, não apenas por conta da obrigatoriedade das leis (publicadas em 2003 e 2008) e da BNCC, mas também com o objetivo de promover a formação intelectual e social dos estudantes. Portanto, segundo este documento, há um percurso a ser percorrido para a construção de uma nova perspectiva sobre a sociedade e, especialmente, para uma profunda reflexão sobre a identidade nacional brasileira, com foco nos indivíduos e em suas relações, tanto no passado quanto no presente. (Ibidem, p. 308)

A Reorientação Curricular da Rede Municipal de Educação de Governador Celso Ramos/SC trouxe também a estrutura apresentada pela BNCC<sup>13</sup>, que por meio dela, aborda o

---

7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais. (BRASIL, 2018, p. 402 apud GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2022, p. 306 - 307)

<sup>13</sup> De acordo com a estrutura apresentada pela BNCC, os componentes curriculares estão organizados em Unidades temáticas, Objetos de conhecimento e Habilidades. Assim, as unidades temáticas estão estruturadas em um conjunto de habilidades cuja complexidade cresce progressivamente ao longo do Ensino Fundamental. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes

patrimônio cultural local como objeto de conhecimento também como habilidade em História (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2022, p. 312)

A seguir está um quadro contendo as principais referências relacionadas ao Patrimônio Cultural no currículo de ensino vigente na rede municipal de Educação de Governador Celso Ramos/SC.

Quadro 1 – O Patrimônio Cultural na Reorientação curricular da rede municipal de Educação de Governador Celso Ramos/SC

HISTÓRIA – Anos Iniciais		
Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidade
As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município	Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive.	(EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.
Registros da história: linguagens e culturas	Os patrimônios materiais e imateriais da humanidade	(EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.
ARTES – Anos Iniciais		
Artes integradas	Patrimônio cultural	(EF15AR25) Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.
ARTES – Anos Finais		
Artes integradas	Patrimônio cultural	(EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.

Fonte: Elaboração do autor baseado no currículo municipal de ensino vigente, 2024.<sup>14</sup>

Percebe-se assim que História e Artes são as duas áreas de conhecimento para as quais se apresenta, com maior frequência, propostas de estudo do Patrimônio Cultural. Em Artes este estudo é apresentado, tanto nos Anos Iniciais quanto nos Anos Finais. As habilidades a serem desenvolvidas nesta área de conhecimento não estão relacionadas no

---

objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) e expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2022, p. 275)

<sup>14</sup> A concepção deste quadro foi inspirada na leitura do artigo de Ramos (2021). A ideia de criá-lo surgiu com o propósito de aprimorar a organização e visualização das informações.

âmbito local, voltando-se para “Conhecer, analisar e valorizar o patrimônio cultural de diversas culturas com ênfase na brasileira” (Ibidem, p. 168).

Em História, o estudo do patrimônio cultural está relacionado com a História local, o que é objeto de investigação deste trabalho. Ele aparece somente nos Anos Iniciais tanto como objeto de conhecimento quanto como habilidade. O modo como o assunto é apresentado no currículo se alinha com alguns objetivos desta pesquisa, que consiste em "analisar as razões culturais, sociais e políticas para que sejam devidamente consideradas". (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2022, p. 312)

No âmbito do estudo do Patrimônio Cultural em documento curricular, o estudo realizado por Paim (2015), intitulado "Proposta curricular de Santa Catarina: ensino de história, memória e patrimônio cultural",<sup>15</sup> evidenciou que “os documentos oficiais talvez estejam negligenciando as questões do patrimônio e da memória. (PAIM, 2015, p. 237) Em seu estudo, o autor informou que nas três versões do currículo estadual de Santa Catarina, em "relação às questões do patrimônio cultural não há alusão em nenhuma das versões da proposta curricular de SC, quer seja nos documentos, nos textos, ou nas orientações metodológicas ou exemplos de atividades a ser desenvolvidas pelos professores". (PAIM, 2015, p. 251)

Segundo o autor, as “possíveis respostas para o patrimônio não ser contemplado nos documentos norteadores do ensino de História” (PAIM, 2015, p. 251-252) estão associadas à formação dos consultores do documento curricular. Acrescenta-se ainda o fato de que há uma circulação restrita de ideias e, considerando que as universidades despertaram recentemente para a questão do patrimônio cultural, as discussões nas instituições de ensino público estão apenas em estágio inicial. (PAIM, 2015, p. 251-252)

Por fim, o autor constatou com base nos documentos oficiais analisados, que as temáticas de memória e patrimônio “pouco chegam às salas de aula da rede estadual do estado de Santa Catarina”. (Ibidem, p. 252) Além disso, o autor pontuou sobre o tema em relação ao futuro:

Diante do breve tratamento da memória ou do não tratamento direto da temática patrimônio cultural, evidencia-se que há um longo caminho a ser percorrido na construção de relações entre ensino de história, memória e patrimônio na rede pública estadual de Santa Catarina, especialmente, se levarmos em consideração as diretrizes oficiais para a Educação Básica. (PAIM, 2015, p. 252)

---

<sup>15</sup> O autor analisou e problematizou as três versões da Proposta Curricular de Santa Catarina — 1991, 1998 e 2012 — com enfoque específico na temática da memória e do patrimônio, ressaltando que não se trata do currículo estadual atualmente em vigor. Paim (2015, p. 237) destacou que acompanhou escolas da rede pública na região oeste de Santa Catarina (SC) e em Florianópolis.

A constatação do autor é a mesma da presente pesquisa, uma vez que o município de Governador Celso Ramos/SC possui quatro patrimônios culturais oficiais – Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, Prática Artesanal do Crivo e Festa do Divino Espírito Santo, no entanto, não há proposta didática sobre/para esses bens culturais nos materiais didáticos utilizados pela rede municipal de ensino.

Percebe-se, após essa análise, que o estudo do tema - Patrimônio Cultural local - está presente na Reorientação Curricular da Rede Municipal de Educação de Governador Celso Ramos/SC (2022), especificamente na etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em História. No entanto, ressalta-se que este tema está ausente nos Anos Finais. Esta constatação, ressalta a importância deste estudo, pois oferece a possibilidade de uma proposta pedagógica para os Anos Finais Educação Básica. Salientando que, para essa etapa escolar, esse tema e seu estudo são totalmente ausentes e negligenciados no documento Reorientação Curricular da Rede Municipal de Educação de Governador Celso Ramos/SC.

## 2.1 O SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL

Nesta etapa, encontra-se a análise do material didático adotado pela rede municipal de educação de Governador Celso Ramos, o Sistema de Ensino Aprende Brasil, uma criação do Grupo Positivo. Além disso, abordaremos alguns estudos que selecionaram este sistema como objeto de pesquisa.

A fundação da empresa privada denominada Grupo Positivo deu-se em 1972, a partir de determinadas condições econômicas e políticas, com o objetivo de criar uma mercadoria para atender às necessidades do Estado. A organização foi estabelecida com um enfoque especializado na comercialização de um produto específico — a educação — e, como qualquer entidade empresarial, sua meta principal é a geração de lucro. Assim, seria imprudente antecipar do conglomerado atitudes semelhantes às de educadores ou acadêmicos da educação, cuja preocupação primária é o desenvolvimento humano. Acima de tudo, são empresários, cujo principal intento é promover o crescimento e a evolução de seus empreendimentos (DOMINGUES, 2017, p. 100-111).

Atualmente, o Grupo Positivo possui sua sede em Curitiba/PR e é composto por três braços de negócios: o braço educacional, o gráfico-editorial e o de informática (DOMINGUES, 2017, p. 103). A empresa atua em todos os estados do Brasil e em mais nove países, como Estados Unidos, Moçambique, Senegal, Itália, Portugal, Inglaterra, Alemanha,

Dinamarca e Japão, oferecendo produtos e serviços diversos, a maioria deles ligados à informática (DOMINGUES, 2017, p. 104).

A pesquisa de Domingues (2017) buscou compreender a inserção do Grupo Positivo nas redes públicas de ensino por meio do Sistema de Ensino Aprende Brasil (SEAB). Ressalta-se que o Sistema Aprende Brasil está ligado ao braço gráfico-editorial (DOMINGUES, 2017, p. 104), sendo sua origem associada a um contexto em que as parcerias público-privadas eram recomendadas em documentos oficiais de organismos internacionais. Esse período também coincide com a organização do empresariado brasileiro por meio do Movimento Todos pela Educação (DOMINGUES, 2017, p. 145). Estabelecido em 2004, o SEAB baseia-se em uma metodologia exclusiva que se alinha com as propostas curriculares oficiais e foi desenvolvido especificamente para atender às necessidades das escolas públicas nas redes municipais e estaduais (DOMINGUES, 2017, p. 147).

Para as instituições de ensino privadas, o Grupo Positivo oferece o “Sistema Positivo de Ensino”. É crucial destacar que, embora a marca Positivo seja a mesma, os materiais didáticos destinados às escolas privadas diferem daqueles fornecidos às públicas (DOMINGUES, 2017, p. 151). Conforme Santos (2012, *apud* DOMINGUES, 2017, p. 151), essa distinção reflete uma estratégia comum entre empresas privadas: vender aos municípios materiais mais acessíveis e diferentes dos elaborados para suas próprias escolas.

Os sistemas privados, segundo Santos, prometem garantir melhores resultados nas avaliações governamentais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), utilizando essa promessa como uma poderosa estratégia de venda. Eles são apresentados como essenciais para alcançar a qualidade no ensino e obter notas satisfatórias no IDEB. Com o Estado definindo avaliações de desempenho e parâmetros de qualidade, surge a necessidade de produtos específicos para atingir essas metas. Nesse cenário, as empresas privadas, como o Grupo Positivo, desenvolvem e comercializam esses sistemas de ensino, atendendo à demanda gerada pelas políticas educacionais (DOMINGUES, 2017, p. 175).

Ao analisar a suposta proposta pedagógica, autora concluiu que

“tornam o professor um mero executor de um projeto educativo pensado dentro da lógica do capital”. [...] No que tange a formação acadêmica dos professores, essa passa a ser cada vez mais descartável, à medida que esse professor é expropriado do seu próprio conhecimento. O bom professor passa a ser aquele que consegue executar a proposta pensada pelos grupos privados dentro do prazo pré-estabelecido. (DOMINGUES, 2017, p. 195)

Antes de discorrer sobre as características deste sistema de ensino, é importante oferecer uma reflexão inicial sobre seu impacto e relevância.

Como resolver os problemas educacionais se as raízes não estão na escola, mas no próprio sistema social? O discurso da empresa, portanto, é o de que uma educação de qualidade acontece independente das questões econômicas e que os problemas da educação são técnicos, problemas relativos à gestão. (DOMINGUES, 2017, p. 175-176)

O Sistema de Ensino Aprende Brasil (SEAB) destaca-se por oferecer um conjunto abrangente de soluções educacionais, como o Livro Didático Integrado, Consultoria Pedagógica, Aprende Brasil Digital<sup>16</sup>, e os sistemas hábile<sup>17</sup> e simeB<sup>18</sup> (APRENDEBRASIL, 2023). Conforme informações do site do SEAB, os livros didáticos são disponibilizados para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, organizados em quatro volumes. Esses materiais integram componentes curriculares de forma interdisciplinar, incluem recursos de apoio que enriquecem o trabalho em sala de aula e apresentam um projeto gráfico adequado à faixa etária, com espaços para o registro das atividades escolares. O Livro do Professor fornece atividades resolvidas, orientações metodológicas e conteúdos complementares para auxiliar na preparação das aulas. Além disso, o conteúdo é ricamente ilustrado, utilizando diversas formas textuais, imagens e mapas. O SEAB também oferece uma ferramenta que informa, analisa e acompanha indicadores para melhorar a qualidade do ensino nos municípios que adotam o sistema (APRENDEBRASIL, 2023).

Os conteúdos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) são apresentados por meio de textos, fotos e ilustrações, cuidadosamente produzidos e selecionados para favorecer a aprendizagem dos estudantes dessa faixa etária. A coleção de materiais didáticos foca no desenvolvimento de competências e habilidades específicas de cada componente curricular, com uma ênfase especial na alfabetização nos 1º e 2º anos. Os materiais disponibilizados aos estudantes incluem: um Livro Didático Integrado bimestral (totalizando 4 volumes anuais) para o 1º ao 5º ano; um Livro Didático de História e um Livro Didático de Geografia por unidade federativa para o 3º e 4º anos (História) e para o 4º e 5º anos (Geografia); músicas e sons de Arte, contemplados no livro didático e disponibilizados

---

<sup>16</sup> O Aprende Brasil Digital é um ambiente virtual de aprendizagem e gestão escolar estruturado para os municípios parceiros do Sistema de Ensino Aprende Brasil. O estudante conta com trilhas de aprendizagem e outros recursos digitais vinculados ao Livro Didático Integrado. (APRENDEBRASIL, 2024)

<sup>17</sup> O hábile é uma avaliação educacional externa de aprendizagem em larga escala, oferecendo dados que fundamentam a análise dos resultados das práticas avaliativas e dos processos de ensino e aprendizagem. (APRENDEBRASIL, 2023)

<sup>18</sup> O Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil (simeB) é uma ferramenta tecnológica educacional que permite ao gestor analisar e acompanhar indicadores, cuja intenção está em contribuir para a gestão municipal, organizando dados dos municípios, coletados em sites oficiais. (APRENDEBRASIL, 2023)

no Aprende Brasil Digital para o 2º ao 5º ano; além do acesso ao Aprende Brasil Digital (APRENDEBRASIL, 2023).

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), os conteúdos e recursos são projetados para promover um ambiente interativo, incentivando a participação contínua dos estudantes em discussões, investigações, produções, jogos e resoluções de problemas. Estudantes e professores têm acesso ao Aprende Brasil Digital, um ambiente virtual de aprendizagem que oferece trilhas, videoaulas e objetos educacionais digitais, potencializando o aprendizado e o engajamento dos estudantes. Além disso, os professores podem acompanhar a evolução dos estudantes, identificando o que foi aprendido e o que precisa ser revisado. Os livros didáticos incluem recursos de Realidade Aumentada (RA), permitindo que os estudantes explorem o conteúdo em 3D, detalhando características e curiosidades para reforçar a compreensão dos temas abordados em sala de aula. A coleção de materiais está disponível em formato ampliado e em braile, apresentando situações didáticas que expandem as aprendizagens específicas de cada componente curricular e aproximam os estudantes de diferentes manifestações culturais, promovendo a construção da autonomia intelectual. O material didático para este segmento inclui um Livro Didático Integrado bimestral (totalizando 4 volumes anuais), uma Tabela Periódica dos Elementos para o 9º ano, acesso ao Aprende Brasil Digital, acesso a objetos educacionais digitais por meio de QR codes, e recursos de Realidade Aumentada nos volumes 3 e 4 (APRENDE BRASIL, 2023).

Este sistema de ensino tem sido objeto de várias pesquisas acadêmicas. A seguir, apresentamos uma seleção dessas publicações, com o objetivo de aprofundar a compreensão dos debates relacionados e fomentar futuras investigações no âmbito das políticas públicas.

O artigo de Vanderlise Inês Prigol Reginato (2022), intitulado "O Sistema de Ensino Aprende Brasil: a experiência da reforma empresarial da educação em São José do Ouro", promove um diálogo enriquecedor sobre a inserção de grupos privados no setor educacional brasileiro. O tema central do artigo é o Sistema de Ensino Aprende Brasil e seu impacto no currículo e no ensino de História da Rede Municipal de Ensino de São José do Ouro em 2021. O objetivo geral é discutir como ocorreu a inserção do Grupo Positivo e do Sistema de Ensino Aprende Brasil no município em 2021 (REGINATO, 2022, n.p.).

A autora esclarece que o artigo é parte de sua pesquisa de mestrado, que possui três objetivos principais: Contextualizar a inserção de grupos privados no setor educacional brasileiro, especialmente o Grupo Positivo, considerando o contexto neoliberal e a instituição das políticas públicas para a educação; Analisar a inserção do Sistema de Ensino Aprende Brasil no município de São José do Ouro, utilizando fontes primárias provenientes das



instituições de ensino, da administração municipal e do próprio Sistema de Ensino Aprende Brasil; Discutir as possibilidades e os limites ao ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, comparando o currículo do Sistema de Ensino Aprende Brasil com a proposta municipal para o ensino de História na Rede Municipal de São José do Ouro (REGINATO, 2022, n.p.).

Segundo a autora, a adoção do Sistema de Ensino Aprende Brasil é uma consequência do aprofundamento das relações políticas e sociais no município, do desenvolvimento da área urbana e também da pressão exercida pelo Estado sobre os municípios para o cumprimento das políticas públicas educacionais a partir da década de 2000, visando a melhoria nos índices educacionais e o repasse de recursos financeiros (REGINATO, 2022, n.p.).

Para a autora,

esse sistema de ensino oferece uma proposta de **ensino padronizada**, que prioriza os conteúdos universais, **deixando de vinculá-los à realidade do aluno e a uma história das minorias**. As consequências desse modelo são sentidas atualmente por todas as escolas públicas, através da **perda de controle sobre o que se ensina e o que se aprende**, diminuição da função democrática da escola que acabam sendo desacreditadas frente ao ensino privado que oferece a promessa de melhoria de resultados, que está sendo o foco da educação, além de trazer para as escolas os ideais empresariais, de competição, eficiência e eficácia. (REGINATO, 2022, n.p.) (Grifos nossos)

Marília Segabinazzi Reinig (2019), em sua tese intitulada "Do mercado do Sucesso ao Sucesso de um Mercado: sobre soluções educacionais, avaliação e inclusão escolar", destaca que, na busca por melhores índices de desempenho, os municípios acabam abrindo espaço para o surgimento de um mercado privado que promete soluções, mas se afasta dos princípios fundamentais da inclusão. A autora conduziu um estudo em dezessete municípios de Santa Catarina que adquiriram o pacote educacional privado denominado "Sistema de Ensino Aprende Brasil".

O objetivo da pesquisa foi analisar as consequências da adoção desse sistema educacional, especialmente em relação às avaliações externas em grande escala e à promoção da educação inclusiva nos sistemas municipais de ensino. Reinig verificou que a empresa apresenta uma proposta baseada na padronização das escolas, na avaliação e na comparação de resultados. Por outro lado, os municípios, ao justificarem suas ações, adotam o mesmo discurso da empresa contratada, sem mencionar a inclusão escolar, e concordam com a ideia de que bons resultados em índices nacionais indicam a qualidade da educação.

Os resultados da pesquisa revelam um afastamento dos princípios da educação inclusiva devido à adoção das propostas dos serviços educacionais privados, apresentados como uma "solução educacional". Além disso, há o apoio de uma rede de atores locais que associam a qualidade da educação aos indicadores educacionais, destacando a ênfase no discurso de competitividade, comparabilidade e mensuração das habilidades individuais. Isso molda a formação do indivíduo e reforça a lógica normativa da escola regular, atribuindo aos serviços privados um status de salvador, como a única via possível para o sucesso da educação pública.

A autora destaca a noção de "solução educacional", evidenciando que a empresa emprega este conceito em sua estratégia e discurso para se posicionar nos cenários municipais. A empresa oferece um conjunto de produtos que, quando combinados, constituem a "solução educacional" destinada a propiciar sucesso aos municípios na busca pela qualidade em educação. Isso implicitamente sugere a existência de problemas relacionados à necessidade de melhorar o desempenho em avaliações externas, resultando em um bom índice de desempenho nas provas nacionais para o município (REINIG, 2019, p. 115).

No artigo intitulado "O Sistema de Ensino Aprende Brasil e o processo de privatização em educação", Juliana Selau Lumertz (2021) analisou a inserção do setor privado na área da educação e seu impacto na redefinição das políticas e práticas educacionais do setor público. A autora explorou a relação público-privada estabelecida entre o SEAB, desenvolvido pelo Grupo Positivo, e a Secretaria Municipal de Educação de Gravataí/RS, a fim de discutir os processos de privatização. Segundo Lumertz, a adoção de uma lógica privatista representa um retrocesso para a democracia na educação pública, destacando o papel crucial da escola na construção de uma sociedade democrática.

A formação de professores e gestores escolares, de acordo com a autora, é determinada pelo setor privado, que frequentemente não leva em consideração o processo educativo com participação, criatividade e democracia. Nesse contexto, embora não haja uma alteração de propriedade, existe uma suposição de um projeto de sociedade que visa à diminuição da democratização. Isso compromete a escola pública ao impor uma lógica de mercado focada no individualismo e na competitividade (LUMERTZ, 2021, p. 13).

No contexto do município da presente pesquisa, menciona-se que a partir de 2014, a Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC adotou o Sistema de Ensino Aprende Brasil para a rede municipal de ensino. Este sistema foi implementado para o Ensino Fundamental da Educação Básica, sendo inicialmente utilizado nos Anos Iniciais e, posteriormente, nos Anos Finais. (CORRÊA, 2019, p. 38 – 39)

Em 27 de julho de 2023, quando o contrato nº 041/2023 foi firmado entre o município de Governador Celso Ramos e a gráfica e editora Posigraf LTDA estabelecendo a "Contratação de empresa especializada para aquisição de material didático para uso dos estudantes das instituições de ensino do município" (SANTA CATARINA, 2023).

O contrato abrange a aquisição de um composto pedagógico para a Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino, incluindo material didático, mídia digital com conteúdos educacionais, formação continuada para professores e equipe técnica, sistema de avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes do 4º e 8º ano, e um sistema de diagnóstico de fatores institucionais para avaliar os avanços educacionais do município. A vigência do contrato é do terceiro bimestre de 2023 até o segundo bimestre de 2024 (SANTA CATARINA, 2023).

Os valores praticados pela Editora Positivo para a aquisição do Sistema Aprende Brasil foram detalhados para diferentes níveis de ensino. Em relação ao Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano), o composto pedagógico consiste em um Livro Didático Integrado bimestral, composto por 4 volumes anuais, além do acesso ao Aprende Brasil Digital. O preço unitário deste material é de R\$ 122,93. Para o Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano), o valor unitário do mesmo material é de R\$ 134,11 (SANTA CATARINA, 2023).

Considerando esses valores praticados pelo setor privado, torna-se essencial analisar a função dos livros didáticos no cenário das políticas públicas de educação. Conforme Ströher e Monteiro (2018, p. 219), os livros didáticos são objetos culturais que refletem políticas públicas, inclinações historiográficas e propostas pedagógicas. Seu objetivo principal é servir como ferramentas educacionais em sala de aula, tanto para educadores quanto para estudantes. A escolha desses livros ocorre através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Segundo Caimi (2008, p. 22), o PNLD assegura que todos os estudantes da escola pública brasileira tenham acesso a livros didáticos em quase todas as disciplinas, contribuindo para a formação de leitores e a apropriação qualificada dos saberes disciplinares. Dessa forma, o PNLD é um programa de grande alcance, mobilizando recursos significativos e atingindo um amplo contingente de estudantes, professores, gestores e famílias. Em contrapartida, os sistemas estruturados podem comprometer a autonomia dos professores, que se tornam dependentes de roteiros rígidos, limitando sua capacidade de ingerência sobre o material didático e, muitas vezes, não se identificando com ele (Ibidem, p. 33).

No âmbito do PNLD, Caimi (2008, p. 38) destaca que a avaliação do livro didático, ainda que sujeita a inúmeras críticas e indicações de melhorias, tem sinalizado um conjunto de características editoriais e pedagógicas que vêm qualificando progressivamente a produção

didática. De outra parte, segundo a autora, os sistemas estruturados e suas apostilas não passam por processos avaliativos públicos; restringem a autonomia docente; desconsideram as necessidades locais e as especificidades dos projetos político-pedagógicos escolares; submetem o ensino e a aprendizagem a um tempo delimitado e a uma sequência predeterminada; não são escolhidos pelos professores e estudantes, mas pelas equipes gestoras; têm custo de aquisição alto, em razão da pequena quantidade; promovem a transferência de recursos públicos para empresas privadas; são pagos duplamente pelo contribuinte, uma vez que os livros didáticos são distribuídos gratuitamente aos municípios com verbas do governo federal.

Por fim, apresento fatores favoráveis à utilização do livro didático do PNLD nas instituições públicas. Inicialmente é a diferença de custo do material entre os sistemas estruturados e o PNLD. Por ser adquirido em larga escala, o custo unitário do livro didático é bem inferior aos preços dos livros dos sistemas estruturados. Some-se a isso o fato de que nem sempre há lisura nos processos de aquisição de tais sistemas. O município contrata sem licitação, adotando o vago critério de notória especialização. Outro fator é a qualidade conceitual e pedagógica dos materiais disponibilizados pelos sistemas estruturados que, ao contrário dos materiais submetidos ao PNLD, não passam por quaisquer formas de avaliação sistemática e oficial, com base em critérios anunciados publicamente por meio de edital. Outro ponto está sobre os impactos da contratação/adoção de sistemas estruturados de ensino pelas redes municipais no desempenho de estudantes e no trabalho pedagógico dos professores. Caimi (2008, p. 36) aponta que muitos estudos demonstram a falta de evidência efetiva de um melhor rendimento dos estudantes naquelas redes públicas que fazem uso de sistemas estruturados, em relação às que adotam livros didáticos distribuídos no âmbito do PNLD. (CAIMI, 2008, p. 35 – 36) Como exemplo a esta inferência, a autora trouxe o estudo de Nascimento (2015), que comparou os resultados obtidos na Prova Brasil<sup>19</sup> das escolas que aderiram aos Sistemas Apostilados de Ensino de outras que adotaram livros didáticos do PNLD, no período de 2004 a 2011. Como conclusão final deste estudo, a autora afirmou que o fato de adotar Sistemas Apostilados de Ensino ao invés de livros didáticos, não propiciou melhores resultados na Prova Brasil (NASCIMENTO, 2015, p. 121 *apud* CAIMI, 2008, p. 36).

---

<sup>19</sup> A Prova Brasil foi criada em 2005, a partir da necessidade de ampliação do Saeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), passando a avaliar todos os estudantes da rede pública urbana de ensino, de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. A partir de 2007 a Prova Brasil passou a ser operacionalizada em conjunto com o (SAEB). Informação disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-dados/metadados/inep/prova-brasil.html> Acesso em: 26 de jan. de 2024.

### 2.1.1 Explorando o Patrimônio Cultural nos materiais didáticos

A seguir, apresenta-se a análise dos materiais didáticos do Sistema de Ensino Aprende Brasil, incluindo o Livro Didático Integrado (LDI) do 3º ano, etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e História Regional do 4º e 5º anos do mesmo segmento escolar. Conforme o currículo atual da rede municipal de Educação, o estudo do Patrimônio Cultural local está previsto para esses anos escolares, justificando a análise focada nestes materiais.

O "livro do professor" contém as "orientações metodológicas" no capítulo 8, intitulado "Mapa Curricular Integrado — História — 3º ano — Volume 4". Os conteúdos abordados incluem "Nossos cartões-postais; Patrimônio cultural; Patrimônios materiais; Patrimônios imateriais". A seção "Unidades temáticas" destaca "As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município". Nos "Objetos de conhecimento", enfatiza-se "Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que o aluno vive". Quanto às "Habilidades", destaca-se a habilidade "(EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados." A seção "Livro didático" apresenta sugestões de atividades relacionadas ao estudo, tais como: "Roda de conversa; Aprender é divertido; Compreendendo a História; Pesquisa; Atividades" (ARAÚJO; MOREIRA, 2019, p. 18).

O título do capítulo "Patrimônio do Brasil" não está alinhado ao currículo municipal de ensino, que vincula o patrimônio cultural à História local. O objetivo do capítulo desconsidera essa perspectiva ao afirmar: "Neste capítulo você vai estudar os patrimônios históricos e culturais do Brasil" (ARAÚJO; MOREIRA, 2019, p. 14). Diversos patrimônios são citados: na seção "Patrimônio cultural", estão o Bumba meu boi de São Luís e as Ruínas de São Miguel das Missões. Em "Patrimônios materiais", destacam-se o Centro Histórico de Diamantina, o Parque Nacional da Serra da Capivara, o Cais do Valongo e o Centro Histórico de Olinda. Em "Patrimônios imateriais", estão o samba, a pintura corporal e a arte gráfica wajãpi, a roda de capoeira, o frevo e o modo artesanal de fazer queijo de minas (ARAÚJO; MOREIRA, 2019, p. 16-22). A disparidade entre o que está previsto no currículo municipal e o conteúdo realmente abordado nos materiais didáticos destaca a importância de discutir criticamente o Patrimônio Cultural no ensino de História. É essencial que os materiais didáticos reflitam a perspectiva local e promovam uma análise crítica dos patrimônios culturais, alinhando-se com as diretrizes curriculares e enriquecendo a formação dos estudantes.

A classificação dos bens culturais em materiais e imateriais inclui um mapa que mostra exemplos de patrimônios no Brasil, mas observa a ausência de referências ao estado de Santa Catarina. No entanto, ao apresentar exemplos de patrimônios culturais de Santa Catarina, como a Fonte da Carioca e a produção de queijo artesanal serrano, o material didático não contextualiza nem problematiza esses patrimônios adequadamente. A ausência de referências ao patrimônio cultural local pode transmitir a ideia errônea de que o estado não possui patrimônios culturais, o que compromete uma compreensão mais rica e contextualizada dos estudantes sobre seus bens culturais.

Figura 1 – Mapa dos Patrimônios do Brasil no Sistema Aprende Brasil



O material destinado ao professor do 3º ano da coleção "Aprende Brasil" intitulado "Orientações Metodológicas" apresenta definições pertinentes à Educação Patrimonial, ressaltando a memória, identidade e heranças culturais. No entanto, a abordagem tradicional dessas definições não inclui referências ao patrimônio cultural de Santa Catarina. A falta de referências ao patrimônio cultural local pode transmitir a ideia errônea de que o estado não possui patrimônios culturais relevantes. As atividades propostas possuem um caráter amplo, sem uma disseminação adequada das razões culturais, sociais e políticas que justificam a seleção dos patrimônios (ARAÚJO; MOREIRA, 2019, p. 17).

Constatou-se que, embora o estudo do patrimônio cultural local esteja previsto no currículo atual da rede municipal de Ensino de Governador Celso Ramos/SC, especificamente no 3.º ano – Anos Iniciais – do Ensino Fundamental, esse tema não é presente nos materiais didáticos utilizados nas escolas municipais. Ressalta-se que essa lacuna persiste mesmo havendo disponibilidade de materiais didáticos que tratam desse assunto no âmbito estadual, denominados como "História Regional".

Esta situação é preocupante, especialmente no âmbito da disciplina de História, visto que o tema se configura como uma oportunidade tanto para o processo de ensino quanto para a exploração crítica do passado. Ao discutir historicamente o Patrimônio Cultural, torna-se possível examinar como a sociedade lida com seu passado e como o Estado destaca determinados bens culturais para serem lembrados, valorizados e enaltecidos, em detrimento de outros que são negligenciados, ignorados e não visibilizados.

Com relação às inquietações mencionadas no início deste trabalho, percebe-se que ainda persiste a ausência do estudo do patrimônio cultural local nos materiais didáticos oferecidos pela rede municipal de educação de Governador Celso Ramos. O tema está presente no currículo dos Anos Iniciais, porém ausente nos materiais didáticos deste segmento e ausente do currículo e do material didático dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Essa constatação reforça a relevância desta investigação, uma vez que apresenta um material didático cujo objetivo é atender ao que está previsto no currículo: o estudo do patrimônio cultural local. O material didático possui atividades sobre os patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC direcionado aos Anos Finais do Ensino Fundamental, em diálogo com os professores de História, com o objetivo de suprir essa lacuna.

### 3. GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E SEUS PATRIMÔNIOS CULTURAIS OFICIAIS

Este capítulo apresenta aspectos históricos, culturais e econômicos do município de Governador Celso Ramos/SC, fundamentando-se em uma bibliografia diversificada. Inclui autores com enfoques tradicionais e perspectivas mais abrangentes sobre o município, além de obras que tratam de grupos frequentemente negligenciados na historiografia tradicional, como indígenas e africanos. A fundamentação teórica baseou-se nos estudos de Brenuvida (2016), Dias (2017), Governador Celso Ramos/SC (2011), Melo (2012), Silva (1992), Simão (1997) e Zimmermann (2006).

Na sequência, são apresentadas informações sobre os patrimônios culturais identificados e reconhecidos pelos órgãos do Estado no município de Governador Celso Ramos/SC: a Fortaleza de Santa Cruz da Ilha de Anhatomirim, a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, a Prática Artesanal do Crivo e a Festa do Divino Espírito Santo. A análise baseou-se em estudos de leis, decretos aos bens culturais patrimonializados do município, conforme descrito a seguir: Decreto Municipal nº 10/1983; Decreto Estadual de Santa Catarina nº 3.458/2001, que trata da Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC; Projeto de Lei de Governador Celso Ramos/SC nº 044/2019 e Lei Ordinária de Governador Celso Ramos/SC nº 1350/2019, que tratam da Prática Artesanal do Crivo; Projeto de Lei do Legislativo de Governador Celso Ramos/SC nº 11/2022 e Lei Ordinária de Governador Celso Ramos/SC nº 1.540/2022, que tratam da Festa do Divino Espírito Santo.

Além disso, foram analisadas publicações acadêmicas que são fundamentais para o processo de pesquisa, pois ajudam a interpretar os resultados e enriquecem o debate científico. Esse levantamento foi essencial para orientar a construção da dimensão propositiva e conectar todas as partes do trabalho. Ressalta-se que, as fontes acadêmicas proporcionam uma profundidade de análise, que raramente se encontra em outras fontes. Sua precisão tende a ser superior devido ao fato de ser fundamentada em pesquisas rigorosas. Considerando que foram produzidas por especialistas em determinados campos de estudo, elas são reputadas como confiáveis. Isso significa que podem ser utilizadas para respaldar argumentações, de maneira eficaz. As obras acadêmicas são: "Governador Celso Ramos: dinâmicas e perspectivas", organizados por Dias (2017), publicado pela UDESC; "Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira" de Silva (1992) dissertação defendida na UFSC; "O processo de patrimonialização da fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: discursos, restauro, usos (1970 – 1992)" defendida em 2016 na UFSC) e "As dimensões educativas e o



processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratores e São José da Ponta Grossa" defendida em 2021 também na UFSC, ambas de autoria de Pedro Mülbersted Pereira. Adicionalmente, foi analisada a dissertação "Para além do crivo: circulação de sentidos na prática de mulheres em Ganchos/SC" de William Wollinger Brenuvida, defendida em 2018, na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

O litoral de Santa Catarina foi habitado pelos Guarani durante os períodos pré-colonial e colonial, sendo que eles sucederam os grupos relacionados aos sambaquis e à Tradição Itararé. Os Guaranis representaram a última onda migratória antes da chegada dos europeus e, apesar das epidemias, guerras e tráfico para São Paulo, conseguiram manter uma densidade demográfica significativa mesmo após um século de contato com os europeus. (DARELLA, 2014) Segundo a autora, é incontestável a existência de um amplo processo de ocupação Guarani no litoral de Santa Catarina antes e durante o século XVI. Esse período foi marcado pelos primeiros contatos com portugueses, espanhóis, franceses, alemães, religiosos e civis, que resultaram em colonização, escravização, catequização, epidemias, mortes e até mesmo a descaracterização do ambiente.

Governador Celso Ramos é uma península com uma linha costeira de 52 km. De acordo com os limites políticos estabelecidos, faz divisa ao sul com o município de Biguaçu e ao norte com o município de Tijucas. Está localizado a 46 km da capital do estado de Santa Catarina, via BR-101, e a 15 km por via marítima (DIAS, 2017, p. 35). O município possui mais de 50 praias e um pequeno arquipélago com sete ilhas: Arvoredo, Anhatomirim, dos Ganchos (ou Grande), Palmas, Trinta Réis, do Maximiliano e de Ganchos de Fora. Ao todo, são 14 bairros: Ganchos do Meio (sede), Canto dos Ganchos, Ganchos de Fora, Calheiros, Palmas, Jordão, Dona Lucinda, Areias de Baixo, Areias do Meio, Areias de Cima, Caieira do Norte, Costeira da Armação, Fazenda da Armação e Armação da Piedade. As principais praias são: Palmas, Caravelas (Grande) e Calheiros. Nele, há duas Unidades de Conservação (UCs): a Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim (APA) e a Reserva Marinha Biológica do Arvoredo (REBIO). (BRENUVIDA, 2017, p. 24 - 25)

Gancheiro é o gentílico de quem nasceu em Governador Celso Ramos, onde até hoje o município é denominado por muitos moradores pelo seu primeiro nome – Ganchos –. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2011, p. 1) Esclarecendo que “Gancheiro” é o termo utilizado para quem trabalha as fateixas<sup>20</sup>, os arpões e ganchos. (BRENUVIDA, 2018, p. 63). Esse termo era utilizado como alcunha ao arpoador de baleias, que manejava a

---

<sup>20</sup> “Fateixas eram como ganchos ou mesmo arpões utilizados para retirar a baleia da água. (MAMIGONIAN; VIDAL, 2021, p. 47)

fateixa/gancho<sup>21</sup>. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2023). Acrescentando informações a esse termo, os antigos pescadores da região mencionam que havia na enseada de Ganchos do Meio, atual sede municipal, argolas e ganchos de bronze que serviam de atracadouros às embarcações.

Figura 2 – Mapa de Governador Celso Ramos/SC



Fonte: Imagem extraída do Google Maps em 09 de nov. 2023.

O município de Governador Celso Ramos possui evidências arqueológicas que comprovam a presença humana há aproximadamente 5.000 anos. Essas evidências incluem

<sup>21</sup> João Pacheco de Souza (2016) em sua pesquisa intitulada “Armação baleeira de São Joaquim de Garopaba: Um olhar sobre a história de um patrimônio “cita sete pessoas com o ofício de “gancheiro”: Antonio Pesqueiro Pequeno ofício Gancheiro, idade 55; Francisco Moquiranje ofício de gancheiro, idade 65; Gonçalo origem Angola, gancheiro; João origem Angola Dito, ofício (gancheiro), idade 50; Joaquim Facões ofícios Remeiro e gancheiro, situação de saúde: quebrado, idade de 50; Jozé Ganguella, ofícios de remeiro e gancheiro, idade 45 anos; João, origem Angola, ofícios Cabeleirio (sic) e Gancheiro, idade de 50 anos. (SOUZA, 2016, p. 172 - 173)

Fernanda Zimmermann (2006), em seu trabalho de conclusão de curso intitulado “O Funcionamento da Armação da Lagoinha: Hierarquia do Trabalho e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)” menciona com base no Arquivo Nacional (RJ). Junta do Comércio, Real Administração da Pesca das Baleias. Caixa 360. Inventário da Armação de Sant’Anna da Lagoinha. 1816-1820 em “Lista dos Escravos da Armação em 1816” duas pessoas com este ofício: Felipe, com origem em Mina, ofício Gancheiro, idade 80; o segundo nome que foi citado é de Salvador, origem: Mina, ofício Gancheiro, situação de saúde: Cego, idade de 66 (ZIMMERMANN, 2006, p. 46)

marcas em pedras, desenhos, figuras, esculturas de pedra, ossos e cerâmica. Além disso, os vestígios encontrados nas localidades confirmam que os habitantes praticavam atividades como caça, pesca e cultivo de alimentos como mandioca, milho, amendoim, batatas, abóbora e outras espécies. Os habitantes locais também fabricavam canoas esculpidas em troncos de árvores, especialmente o guarapuvu, e produziam redes utilizando fibras de tucum, gravatá, embira e outras, que eram utilizadas no dia a dia (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2011, p. 21 - 22).

Nesse contexto, a "Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA" na base de dados do IPHAN registrou 11 sítios arqueológicos no município de Governador Celso Ramos, sendo nove categorizados como "Pré-Colonial" e dois como "Histórico". Os sítios pré-coloniais incluem: Casa Grande, Governador Celso Ramos I, Armação da Piedade I, Armação da Piedade II, Armação da Piedade III, Armação da Piedade IV, Armação da Piedade V, Armação da Piedade VI, e Anhatomirim I. Os sítios históricos são: Ruínas da Armação da Piedade e Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim.

Na localidade de Armação da Piedade, Gabriela Oppitz (2011) revela que quatro sambaquis foram pesquisados pela equipe do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRUPEP), sob a coordenação de Deisi Scunderlick Eloy de Farias (2008). Desses, Armação da Piedade I, III e IV estavam bastante alterados pela ação das caieiras<sup>22</sup>, enquanto Armação da Piedade V foi considerado totalmente destruído, sendo identificada apenas sua base (OPPITZ, 2011, p. 41).

A autora menciona que o GRUPEP-Arqueologia (FARIAS, 2011) realizou atividades de salvamento em um sítio arqueológico no município, denominado Governador Celso Ramos 1. Este sambaqui apresentou composição estratigráfica totalmente alterada por ação antrópica.

Em relação ao sítio arqueológico identificado como "Anhatomirim", trata-se do conjunto de edificações que constituem a Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim, tombada pelo IPHAN como patrimônio nacional e também considerada um sítio arqueológico histórico (SCIENTIA, 2011, p. 221). Já as "Ruínas da Armação da Piedade" são remanescentes de edificações relacionadas ao trabalho de extração e beneficiamento do óleo de baleias (SCIENTIA, 2011, p. 220).

---

<sup>22</sup> Os sambaquis foram degradados ou parcialmente danificados pela ação das caieiras, que transformaram esses sítios arqueológicos em cal utilizada na construção das primeiras cidades. Mesmo durante a primeira metade do século XX, a destruição dos sambaquis persistiu, embora o motivo estivesse associado à produção de ração animal, utilizando o carbonato derivado das conchas como suplemento alimentar. (DUARTE, 1968 apud SAMENGE, 2010, p. 214).

Além das evidências arqueológicas, a localidade que hoje é o município também foi povoada por pescadores vindos de São Francisco do Sul (BOITEUX, 1916, p. 33 *apud* SILVA, 1992). Esses pescadores eram provenientes de Ericeira e estabeleceram-se nas proximidades marítimas de Santa Catarina. Eles trouxeram consigo a experiência com o mar e o ofício de pescador, o que fez da comunidade de Ganchos do Meio e do município de Governador Celso Ramos terem a pesca como principal atividade econômica, responsável pela renda das famílias (MELO, 2012, p. 26).

No século XVIII, Governador Celso Ramos foi colonizado como parte de um projeto de ocupação territorial em meio à crise econômica da coroa portuguesa e disputas com a Espanha. Açorianos e madeirenses migraram para o litoral catarinense, atraídos por isenções tributárias e auxílio material para aquisição de ferramentas, implementos agrícolas e animais (LAGO, 1968, p. 86). Eles atuavam como recrutas para a proteção da costa e se dedicavam à agricultura, produzindo farinha de mandioca para alimentar as tropas da Coroa Portuguesa e, posteriormente, do Império do Brasil. Após o fim do ciclo da madeira e com o empobrecimento do solo, a pesca alcançou seu auge nas primeiras décadas do século XX, com técnicas aprendidas de indígenas e africanos (DIAS, 2017).

Na segunda metade do século XVIII, o aumento populacional em Santa Catarina coincidiu com a instalação das armações baleeiras, núcleos voltados para a pesca e beneficiamento de baleias. Essas armações foram estabelecidas por empresários através de contratos, garantindo o monopólio real na exploração da pesca desses animais. As principais armações fundadas foram: Armação Grande ou de Nossa Senhora da Piedade (1746), Armação de Sant'Ana de Lagoinha (1772), Armação de São João Batista de Itapocorói (1778), Armação de São Joaquim de Garopaba (1793) e Armação de Imbituba (1796) (COMERLATO, 2020).

O estabelecimento das armações de caça de baleia no Brasil Colônia ocorreu por iniciativa privada, coordenada pela Coroa portuguesa, que recebia como pagamento a infraestrutura desenvolvida pelos negociantes. Essas armações faziam parte de um projeto estratégico de desenvolvimento econômico no Atlântico Sul, envolvendo um grande número de trabalhadores, tanto livres quanto escravizados, trazidos de várias regiões da África (ZIMMERMANN, 2011).

A Armação da Piedade situa-se em uma enseada calma, próxima à Fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim, o que facilitava o escoamento da produção. Instituída em 1741 pelo desembargador Tomé Gomes Moreira, a Armação da Piedade foi a maior e mais importante do litoral catarinense, com uma infraestrutura significativa para a época, incluindo

casa grande, capela, moradias, alojamentos, senzalas, engenho de frigar, reservatórios de óleo, armazéns e oficinas (SILVA, 1992; ZIMMERMANN, 2011; COMERLATO, 2011).

O trabalho marítimo na Armação da Piedade, realizado por trabalhadores livres e escravizados, era extremamente perigoso, resultando em manifestações e greves devido aos riscos. Uma das mais expressivas ocorreu em 1784, liderada pelo arpoador José Pereira Ruivo, que foi torturado após ser enviado ao Rio de Janeiro (SILVA, 1992, p. 59).

O óleo de baleia, intensamente solicitado no mercado europeu, era utilizado em argamassas, lubrificantes, sabões e, principalmente, na iluminação. Os escravizados desenvolveram uma tecnologia de beneficiamento do óleo, evidenciando a complexidade das atividades realizadas na Armação da Piedade (SILVA, 1992, p. 63).

A comercialização de mercadorias envolvia o continente africano, com capitais mercantis explorando conflitos para capturar pessoas que eram vendidas como escravos. Em 1750, já havia 107 escravos na Armação da Piedade, aumentando significativamente no início do século XIX. Trabalhadores livres e escravizados compartilhavam as tarefas de caça e processamento das baleias, com mulheres, idosos e crianças escravizadas responsáveis pela produção de alimentos (SILVA, 1992, p. 56; MAWE, 1984, p. 193; COMERLATO, 2020).

A partir de 1772, Armação da Piedade, além de espaço de produção, também passa a figurar como entreposto comercial, recebendo as produções de toda a área catarinense e distribuindo aos mercados do Rio de Janeiro e/ou Lisboa. (BRENUVIDA, 2018, p. 62; SILVA, 1992, p. 40)

No inventário de 1816, a Armação da Piedade contava com 137 homens, 14 mulheres e 16 menores de idade escravizados, destacando as difíceis condições de vida e trabalho (ZIMMERMANN, 2006, p. 46; MAMIGONIAN, 2023). A partir de 1830, a Armação da Piedade entrou em declínio devido à redução do número de baleias, levando ao deslocamento dos escravizados para outras atividades (SILVA, 1992). Nos anos de 1847-1848, os terrenos foram repartidos entre colonos alemães recém-chegados na região. A colônia não prosperou devido à inadequação do solo para a agricultura, com apenas 11 imigrantes permanecendo na área até 1856 (ZIMMERMANN, 2011; SILVA, 1992, p. 93).

A Armação da Piedade é um exemplo significativo da presença africana na história de Santa Catarina. Este local destaca a importância dos negros e da diversidade étnica na formação da classe trabalhadora em Santa Catarina e no Brasil (MAMIGONIAN, 2023).

A decadência do empreendimento na Armação da Piedade resultou em uma grande evasão de pessoas. No entanto, Ganchos, outra localidade da região, experimentou um

expressivo aumento populacional devido à agricultura, extração de madeira e à presença de um excelente porto natural (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2011, p. 22).

Nesse processo de ocupação da região, Silva (1992, p. 41) menciona alguns nomes e seus respectivos detalhes. Em 1782, Francisco José de Magalhães recebeu 750 braças de frente por 1500 braças de fundo de terra em Ganchos do Meio, onde trabalhava na lavoura com seus filhos e parentes. Entre os anos de 1822 a 1847, Manoel José Sabino construiu uma casa-grande, senzala, engenho para beneficiar mandioca e paióis, dedicando-se também à criação de animais (MELO, 2012, p. 25).

Os núcleos populacionais de Ganchos, Palmas, Costeira da Armação e Fazenda da Armação, subordinados à sede de São Miguel da Terra Firme, atualmente bairros do município de Governador Celso Ramos, surgiram com o objetivo de impulsionar o movimento de ocupação no litoral catarinense. Essas localidades constituíam pequenas vilas, distribuídas a certa distância uma das outras, servindo como centros econômicos e sociais para a população que se estabelecia na região. Os pequenos agricultores concentravam-se especialmente nas encostas dos morros e em declives suaves, enquanto os pescadores estavam presentes em todos os povoados, embora a maior densidade de pescadores se concentrasse nas proximidades da Armação - Fazenda e Costeira (SILVA, 1992, p. 40).

Em 18 de abril de 1859, por meio da resolução 468 do presidente da província de Santa Catarina, João José Coutinho, as localidades de Armação da Piedade e Ganchos foram desmembradas da freguesia de São Miguel da Terra Firme, constituindo uma nova freguesia com o nome de Nossa Senhora da Piedade. Em 5 de setembro de 1861 foi criado o Distrito de Paz na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. Posteriormente, por meio da lei municipal 98 de 30 de março de 1914, essa região foi elevada a distrito do município de Biguaçu, com o nome de Ganchos. Permaneceu como distrito deste município até o ano de 1963, quando foi emancipado pela lei número 929 de 6 de novembro (BRENUVIDA, 2016, p. 347, 366; FARIAS, 2000, p. 91; MELO, 2012, p. 28-29).

### 3.1 DE “GANCHOS” À “GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC”

A denominação "Ganchos", atualmente pertencente a Governador Celso Ramos, aparece em documentos desde 1747. Silva (1992, p. 39) menciona a instalação de povoados nos núcleos de São Miguel, destacando a Fazenda da Armação, Costeira da Armação, Palmas, Ganchos, Garoupas, Bombas, Zimbros, Tijuquinhas, entre outros. Outro documento importante é um mapa português de 1776, cartografado pelo geógrafo José Custódio de Sá e

Faria. Em 1789, a concessão de terras em "Ganxos" a Francisco José de Magalhães por meio de sesmarias também é notável. Além disso, documentos de 1782 e 1789 mencionam "Ganchos", grafado com "x". O nome também aparece no relato do mineralista inglês John Mawe de 1806, referindo-se à Baía dos Dois Ganchos, e em um mapa português de 1808, indicando duas localidades chamadas Ganchos: uma próxima à ilha do Macuco, em Bombinhas, e outra na Ponta de Ganchos, no bairro de Ganchos de Fora, em Governador Celso Ramos (MAWE, 1984, p. 194; SILVA, 1992, p. 41; BRENUVIDA, 2016, p. 363-364; BRENUVIDA, 2018, p. 37).

Além dessas menções, o nome "Ganchos" está presente em várias localidades do município. As comunidades de Canto dos Ganchos, Ganchos do Meio e Ganchos de Fora, assim como a ilha dos Ganchos (ilha Grande, em Ganchos de Fora) e a Ponta dos Ganchos (em Ganchos do Meio), reforçam essa referência. Também se menciona o Morro de Ganchos, cuja altura era medida em 560 metros na época, embora possa haver um erro de cálculo, possivelmente referindo-se ao Morro do Pico (BRENUVIDA, 2016, p. 365).

Existem várias explicações para o nome "Ganchos", que inicialmente designou uma localidade, depois um distrito e, posteriormente, um município. Segundo a lenda, o nome homenageia o "Capitão Gancho", um pirata que, de acordo com antigos moradores, passou por aqui (SIMÃO, 1997, p. 15). Brenuvida (2016, p. 360-361) enumera cinco hipóteses para a origem do nome:

- 1ª) O formato de ganchos das pequenas reentrâncias e enseadas da região.
- 2ª) O formato de dois grandes ganchos na baía de Tijucas ou dos Tijucais.
- 3ª) Os anzóis em formato de ganchos no antigo Porto de Ganchos, onde se arpoavam baleias até 1850.
- 4ª) A percepção dos antigos pescadores, que ao chegar a Ganchos, avistavam três grandes ganchos nos morros de Ganchos, resultantes da sobreposição da sombra e do reflexo do sol.
- 5ª) Galhos de árvores em formas de ganchos que os moradores usavam para transportar roupas ou outros materiais.

A primeira hipótese é amplamente difundida e aceita pela população. No entanto, muitas baías no Brasil têm formatos semelhantes, mas nenhuma delas é chamada de Ganchos. Essa hipótese é mencionada por Simão (1997, p. 15). Melo (2012) acrescenta que "Ganchos" é uma denominação popular atribuída devido aos costões rochosos que formam enseadas (MELO, 2012, p. 21).

Considerando a origem do nome no espanhol, é possível que "Ganchos" tenha origem espanhola e não portuguesa. A palavra "ganxos", escrita com "x", é encontrada no espanhol

catalão e galego. Existem referências a "Ganchos" em Tarragona, na Catalunha, e na Ciutadella de Menorca, nas Ilhas Baleares. Na República Dominicana, há lugares chamados "Los Ganchos" (BRENUVIDA, 2016, p. 366-367). A segunda hipótese, apresentada por Brenuvida (2016) com base nos mapas da Baía de Tijucas, sugere a formação de dois grandes ganchos visíveis no mapa, mencionados por John Mawe em 1806 (BRENUVIDA, 2016, p. 361). A terceira hipótese é respaldada por uma entrevista de Honório Marques Filho Falcão e anotação de Aduino Jorceli de Melo. Ganchos de ferro usados na pesca de baleias até 1850 foram encontrados cravados nas pedras da Praia do Paiol (BRENUVIDA, 2016, p. 361-362; MELO, 2012, p. 49). A quarta hipótese é mencionada por Antonieta Mercês da Silva em seu romance histórico "Quando despenca o pampeiro", que aborda a cultura do povo gancheiro. A visão dos pescadores avistando ganchos nos morros é citada (BRENUVIDA, 2016, p. 362; SILVA, 2005). A quinta hipótese refere-se ao uso de galhos de árvores em forma de ganchos pelos moradores. Embora sustentada em livro, essa prática é comum em muitas localidades brasileiras e não explica plenamente o nome (BRENUVIDA, 2016, p. 362; SIMÃO, 1997, p. 15).

A mudança do nome de "Ganchos" para "Governador Celso Ramos" ocorreu em 1967, sem consulta popular, proposta pelo vereador Patrocínio Manoel dos Santos, e oficializada para homenagear o ex-governador Celso Ramos (BRENUVIDA, 2016, p. 349; BRENUVIDA, 2017, p. 24). Celso Ramos, governador de Santa Catarina entre 1961 e 1966, fez significativos investimentos na agropecuária, educação e saúde, além de criar diversas instituições importantes para o estado. Ele também foi senador durante as 43ª e 44ª legislaturas (SANTA CATARINA, 2024). Celso Ramos contribuiu para trazer as primeiras linhas de transmissão elétrica para Ganchos e implementou o modelo de pesca industrial, impactando o cenário local. A mudança do nome do município está ligada a uma política favorável aos investimentos no setor pesqueiro (BRENUVIDA, 2016, p. 349; BRENUVIDA, 2017, p. 69-70).

A mudança do nome de "Ganchos" para "Governador Celso Ramos" não foi amplamente aceita pela população, que ainda prefere o nome original. A adoção do novo nome é motivo de debate, com implicações turísticas e históricas, já que outro município em Santa Catarina é chamado "Celso Ramos" (BRENUVIDA, 2016, p. 341). Existem outros lugares no Brasil chamados "Ganchos", como uma ilha no rio Madeira, no Amazonas e uma ilha em Paraty, Rio de Janeiro, mostrando a recorrência do nome em diferentes contextos geográficos (BRENUVIDA, 2016, p. 367).



### 3.1.1 Aspectos econômicos: das atividades extrativistas ao turismo

O município de Governador Celso Ramos se caracterizou pelas atividades extrativas, seja na agricultura de subsistência como milho, feijão, batata, cana-de-açúcar e mandioca, ou na atividade da pesca. Pertencente à freguesia de São Miguel, Armação da Piedade tinha sua economia atrelada à captura e manufatura de baleias, tornando-se o maior e mais importante posto de pesca e manufatura do Brasil Colônia. Além da captura de baleias, praticava-se também a pesca artesanal de subsistência, e as encostas dos morros eram utilizadas para a agricultura, com plantações de café, banana, algodão, milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, que eram transformados em farinha de mandioca e açúcar de forma artesanal. Com a decadência da pesca da baleia, as pessoas se estabeleceram em outras comunidades vizinhas, fortalecendo-as como núcleos de produção de gêneros agrícolas. A partir daí, surgiram grandes plantações e intensificaram-se as manufaturas de mandioca e cana-de-açúcar, principalmente nas comunidades de Palmas, Ganchos do Meio, Canto dos Ganchos e Jordão. Segundo dados coletados por Silva (1992), entre 1917 e 1918, o município possuía 46 engenhos de farinha e açúcar (CUSTÓDIO, 2006, p. 23-24, 48).

A partir de 1920, com a crise na agricultura mundial, conseqüentemente refletida na estrutura local do município, o declínio das manufaturas foi sentido à medida que a industrialização do campo se acentuava, juntamente com os problemas advindos de técnicas totalmente obsoletas no uso do solo e as pragas que assolaram a região. Além disso, a baixa renda proveniente da atividade agrícola não mais satisfazia as necessidades tanto da economia quanto da sobrevivência desses agricultores. Desse modo, as pessoas migraram para a atividade pesqueira (CUSTÓDIO, 2006, p. 25-26).

Entre 1873 e 1896, surgiram no litoral de Santa Catarina, e de forma modesta em Ganchos, as salgas, que eram manufaturas que utilizavam sal para a conservação do pescado em tanques. Essa atividade era artesanal, tanto na manufatura quanto na forma de captura. Diversas espécies de peixes, como bagres, tainhas, anchovas, corvinas, mangonas (uma espécie de cação), sardinhas e camarões, entre outras, eram processadas a partir da matéria-prima do mar. O proprietário da salga comprava o pescado do pescador artesanal e o processava em sua pequena unidade. A capacidade de produção era definida pela família, levando em consideração o número de membros capacitados para trabalhar e trazendo os benefícios materiais essenciais à sua sobrevivência. No entanto, é importante ressaltar que as salgas com predominância na localidade, perduraram até a década de 1960, quando ocorreu a modernização da indústria pesqueira (CUSTÓDIO, 2006, p. 27).

A partir da década de 1960, a atividade artesanal sofreu concorrência dos grandes barcos que adentravam nas baías. A pesca artesanal existia paralela à pesca industrial, mesmo sob condições adversas. A pesca artesanal, naquela época e ainda nos dias atuais, tem se caracterizado por embarcações de pequeno porte, sendo realizada com diferentes tipos de embarcações ao longo do tempo. Desde os primórdios, as canoas feitas de um tronco só, como o garapuvu, nogueira e outras árvores, assim como lanchas a remo e a vela, foram utilizadas para esse tipo de atividade. Posteriormente, surgiram pequenas lanchas, botes e pequenos barcos a motor. Essas embarcações de pequeno porte têm alcance limitado e operam em regiões costeiras e estuários. A pesca acontecia próximo da costa, utilizando-se de aparelhos como tarrafas, redes de emalhar, de arrasto de portas, espinhéis, linhas, etc. Parte da pesca artesanal abastecia a subsistência familiar e o excedente, o mercado local. Enquanto a produção artesanal usava pequeno barco com pouco alcance, com motor de pouca potência e mão-de-obra familiar, e em algum momento contratava pessoas sem vínculo empregatício para o processamento, a indústria proporcionava trabalho assalariado a grande parte dessa mão-de-obra (CUSTÓDIO, 2006, p. 50).

Em contrapartida, a pesca industrial abrange não apenas as regiões costeiras, mas também as áreas oceânicas mais profundas. As embarcações utilizadas na pesca industrial são de maior porte, podendo chegar a até 90 toneladas, possuindo uma divisão interna chamada porão, que permite o resfriamento do produto. Esses barcos têm maior autonomia de navegação, podendo permanecer até 20 dias no mar, e são totalmente modernizados (CUSTÓDIO, 2006).

A diferença entre a pesca artesanal e a pesca industrial também se reflete nos processos de captura e comercialização. Na pesca artesanal a produção é descarregada imediatamente e processada para ser colocada no freezer ou no gelo, garantindo sua conservação até a posterior comercialização. Por sua vez, a pesca industrial possui um ciclo mais longo, com os barcos mantendo o pescado resfriado no porão por períodos maiores (CUSTÓDIO, 2006).

No contexto da pesca industrial, é importante ressaltar que essa atividade se desenvolveu com base em investimentos e incentivos tanto governamentais quanto privados. O objetivo principal era atender à demanda das indústrias pesqueiras do estado, assim como a exportação de pescado. Durante os períodos de 1966 a 1970 e 1972 a 1974, o município de Governador Celso Ramos destacou-se como o segundo maior produtor de pescados em Santa Catarina, levando em consideração tanto a produção artesanal quanto a industrial (CUSTÓDIO, 2006, p. 42, 45-46).

O crescimento industrial da pesca e a reorganização espacial resultaram na expropriação das pequenas manufaturas, provocando mudanças significativas na população local. Muitos moradores venderam suas terras próximas às áreas litorâneas, buscando uma mudança de vida e afastando-se da praia, perdendo seus meios de produção. Essas pessoas passaram a vender sua mão-de-obra na pesca industrial ou migraram para municípios próximos, enquanto outros trabalhadores da agricultura se voltaram para a pesca, aumentando a ocupação das encostas. Esse crescimento trouxe problemas ambientais para o município, com altos índices de poluição nas baías e enseadas devido ao despejo de resíduos residenciais e industriais, além da escassez na produção pesqueira causada pela introdução de maquinaria e técnicas predatórias (CUSTÓDIO, 2006).

A atividade pesqueira se fundamentava na extração predatória, desrespeitando as épocas indicadas para a captura, o que contribuiu para o decréscimo gradativo do volume capturado e a concentração da produção. Na década de 1980, problemas econômicos, como os altos índices de inflação e a dificuldade na aquisição de novas tecnologias, levaram à falência das indústrias pesqueiras em Governador Celso Ramos. Para resgatar a dignidade econômica e social dos pescadores artesanais, foi introduzida a atividade de maricultura, com o município se destacando na extração de moluscos e figurando entre os maiores produtores de mariscos cultivados em Santa Catarina (CUSTÓDIO, 2006, p. 55; DIAS, 2017, p. 46).

Após a década de 1990, a atividade pesqueira enfrentou um declínio marcante, que trouxe consigo duas situações distintas. Por um lado, observou-se um movimento positivo de resgate das trocas culturais e experiências passadas, reminiscentes do período colonial, impulsionado pela crescente vocação turística da região (BRENUVIDA, 2017, p. 23-24). Por outro lado, o domínio do capital especulativo, alimentado pela usura imobiliária, apresentou-se como um fator negativo nesse contexto (BRENUVIDA, 2017, p. 23-24).

As praias de Governador Celso Ramos são constantemente evidenciadas pelo seu alto potencial turístico. Destacam-se, por exemplo, a Praia Grande, considerada uma das melhores da região para a prática do surfe, e a Praia do Tinguá, conhecida por suas águas cristalinas e por oferecer abrigo contra os ventos do Norte e Nordeste, sendo ideal para festas em lanchas ancoradas. No entanto, é importante mencionar que o mercado imobiliário tem investido na construção de novos condomínios nessa praia, o que tem resultado em um aumento da aglomeração e movimentação intensa. Além disso, a região é explorada pela sua beleza paradisíaca, com a Praia de Palmas sendo o maior exemplo: um balneário de incrível beleza natural. Durante a temporada de verão, que se estende de novembro a março, a

localidade é bastante procurada pelos turistas. Nesse período, o turismo e o lazer são intensos, e o balneário conta com uma boa infraestrutura, incluindo vias e serviços (DIAS, 2017, p. 46).

### **3.2 UM OLHAR SOBRE OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Governador Celso Ramos/SC possui quatro patrimônios culturais oficiais: a Fortaleza de Santa Cruz, localizada na Ilha de Anhatomirim, tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938 pelo Iphan; a Igreja Nossa Senhora da Piedade, tombada como Patrimônio Cultural pelo município em 1983 e pelo estado em 2001. No âmbito municipal, destacam-se dois patrimônios culturais oficialmente identificados e reconhecidos: a Prática Artesanal do Crivo (Lei municipal nº 1350/2019) e a Festa do Divino Espírito Santo (Lei municipal nº 1.540/2022). Estes dois últimos são registrados como Patrimônio Cultural Imaterial, não sendo tombados.

As informações a seguir referem-se aos Patrimônios Culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC. Derivadas de narrativas oficiais, memorialísticas e acadêmicas, estas informações são complementadas por análises e articulações pertinentes, que serão posteriormente abordadas no caderno didático.

#### **3.2.1 A Fortaleza de Santa Cruz da Ilha de Anhatomirim**

A ilha de Santa Catarina desempenhou um papel estratégico crucial para a Coroa Portuguesa devido à sua localização entre as duas maiores cidades litorâneas da América do Sul, Rio de Janeiro e Buenos Aires, no oceano Atlântico. Essa posição geográfica vantajosa, juntamente com razões políticas e econômicas, justificou a criação da Capitania da ilha de Santa Catarina (COSTA, 2011). No contexto das disputas territoriais a partir da década de 1730, foram organizadas diligências para assegurar a segurança e a conservação dos territórios ao sul do Rio de Janeiro, frente à ameaça espanhola. A ilha de Santa Catarina era um ponto de ancoradouro abrigado, onde as embarcações podiam se reabastecer e receber reparos. Assim, a Coroa Portuguesa precisava garantir a posse da ilha por meio de sua efetiva ocupação e operações militares de longa distância (TONERA; OLIVEIRA, 2015, p. 25).

Sendo assim, o governo português criou, em 1738, a Capitania de Santa Catarina e nomeou como seu primeiro governador José da Silva Paes, militar experiente e engenheiro. Ele assumiu o governo projetando e iniciando a construção de um sistema defensivo

composto por quatro fortalezas, que seria ampliado com outras fortificações menores até o fim do século XVIII. Para guarnecer o acesso à barra norte da ilha, construiu as seguintes fortalezas: Santa Cruz (iniciada em 1739) na ilha de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa (1740) em um pontal ao norte da própria ilha de Santa Catarina, e Santo Antônio (1740) na ilha de Ratoes Grande, mais no interior do canal. Essas três fortificações foram construídas para permitir o cruzamento de fogo em caso de ataque inimigo (SOUZA, 1983). Para defender a entrada da barra sul, um canal bem mais estreito, foi construída apenas a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (1742) na ilha de Araçatuba (TONERA E OLIVEIRA, 2015, p. 29).

Figura 3 – Vista panorâmica da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim



Fonte: Fortalezas, UFSC, 2021<sup>23</sup>

A Fortaleza de Santa Cruz, principal fortificação do sistema defensivo idealizado por Silva Paes, foi edificada sobre a ilha de Anhatomirim, na baía norte da ilha de Santa Catarina, na jurisdição do atual município de Governador Celso Ramos/SC. A sua construção iniciou-se em 1739 e terminou em 1744, de acordo com Vieira Rosa (1983, p. 19) por meio do trabalho de escravizados. Entre seus edifícios, se destacam: quartel da tropa, o maior do gênero entre as fortificações brasileiras; o portal que é o principal acesso, com peculiares linhas de

<sup>23</sup> Imagem retirada do site: <https://fortalezas.ufsc.br/fortalezasanhatomirim/> Acesso em 30 de junho de 2023.

inspiração oriental. (TONERA; OLIVEIRA, 2015, p. 29) Ela permaneceu ativa como unidade militar até a Segunda Guerra Mundial, sendo desativada na década de 1950, em precário estado de conservação.

A respeito do nome da ilha, Vieira Rosa (1983, p. 17 – 18) menciona que se encontra grafado de duas formas: Anhatomirim e Inhatomirim. Tratando-se da origem do nome, Pereira (2016, p. 85) trouxe a informação de Raquel Moisés (1983), contida na revista “A Construção”, em que registrou a entrevista do arquiteto Cyro Lyra, responsável pelas obras de restauro na Fortaleza de Anhatomirim nas décadas de 1970 e 1980, que Anhatomirim, em tupi-guarani, significa “toca pequena do diabo”.

Em Santa Catarina, a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, juntamente com a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas e o Forte de Santana foram tombados e declarados Monumento Nacional, sendo inscritos no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico em 24 de maio de 1938. (TONERA E OLIVEIRA, 2015, p. 34-35) Isso ocorreu, de acordo com Pereira e Paim (2021, p. 36) pelo fato de ser construção militar de pedra e cal, erguida pelos portugueses em meados do século XVIII, no contexto das disputas entre Portugal e Espanha pelo sul da América do Sul, e por se inscreverem em eventos políticos e militares da História do Brasil.

Neste sentido, a História materializada nas fortalezas catarinenses a partir do processo de patrimonialização destas é a História de Santa Catarina, vinculada à História do Brasil; Santa Catarina é inserida na “História da Nação” através dos grandes acontecimentos como a invasão espanhola em 1777 e a Revolução Federalista em 1894, eventos que tiveram como palco a Fortaleza de Anhatomirim e demais fortificações catarinenses. (PEREIRA, 2016, p. 90)

O tombamento da fortaleza de Anhatomirim, de acordo com Pereira (2021, p. 92), insere-se no contexto mais amplo da construção da identidade nacional e da formação de uma "memória nacional". Esse processo de construção de memória, particularmente no contexto de nacionalização do Estado brasileiro, impulsionou a busca pela unidade em detrimento da consideração de qualquer diversidade dentro da nação. Esta “permaneceu ativa como unidade militar até a década de 1950; como monumentos, as fortalezas são uma expressão da herança europeia, consideradas significativas para a História do Brasil e para a História de Santa Catarina, ligadas à uma memória nacional”. (PEREIRA, 2021, p. 134)

Ressalta-se que no cenário político, conforme Pereira (2016, p. 91-92), a fortaleza de Santa Cruz serviu para outros fins, para além da linha de Tordesilhas, dos piratas e dos invasores ingleses, franceses e espanhóis. Ela funcionou como capitania dos portos de Santa

Catarina, por um certo período, até a capitania ser transferida para o Forte Santa Bárbara, em 1861. Ela foi também local de isolamento de doenças contagiosas, na segunda metade do século XIX, e, ainda, seu espaço foi utilizado como hospital de convalescentes durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Além disso, no período colonial, a ilha de Anhatomirim, foi o local de prisão do desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo por ordem do Marquês de Pombal, (PIAZZA *et al*, 1983) acusado de parceria com os franceses e de tentativa de conciliação com os jesuítas (SILVA, 2008, p. 107) Outrossim, em 1894, no contexto da Revolução Federalista, transformaram-na em prisão para abrigar presos políticos contrários ao governo de Floriano Peixoto, e por isso, tornou-se um palco de sangrentos fuzilamentos e enforcamentos de mais de 180 pessoas, incluindo na membros de famílias renomadas da região, tais como o marechal Manoel de Almeida Gama Lobo Coelho D'Eça, conhecido como Barão de Batovi. (SOUZA, 1983)

É relevante indagar, segundo Pereira (2021, p. 134), sobre quais outras memórias estão associadas a essas fortalezas, além daquelas que se alinham com a chamada "memória nacional". Nesse sentido, estamos nos referindo às memórias dos sujeitos, grupos e setores marginalizados da sociedade, ou seja, aqueles que foram considerados derrotados na narrativa histórica convencional.

São usos que não testemunham imponência, mas decadência; ou ainda, testemunham um passado inglório, trágico, recente, cuja memória ainda estaria viva para muitas famílias de Florianópolis, das execuções em 1894. Estes outros usos denotam uma multiplicidade de sentidos para a fortificação – que, quando não contemplados pela historiografia [...], isto é, uma memória não privilegiada pelo registro oficial. (PEREIRA, 2016, p. 92)

Durante os séculos XVIII e XIX, destaca-se que a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim não preservou na sua patrimonialidade um testemunho material da presença negra e a presença indígena. A invisibilização da população indígena e negra na história da Fortaleza de Anhatomirim, de acordo com Assumpção e Pereira (2021), ocorreu em virtude de uma historiografia catarinense eurocêntrica, com uma concepção de História que valoriza ação de homens em acontecimentos políticos e militares, onde privilegiou os conhecimentos, saberes, técnicas dos colonizadores europeus em detrimento dos povos indígenas, africanos e afrodescendentes para a formação social, econômica e cultural de Santa Catarina. (ASSUMPÇÃO; PEREIRA, 2021, p. 135-136) Portanto, entende-se que o processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses foi marcado por exclusões, esquecimentos e silenciamentos. (PEREIRA, PAIM, 2019, p. 5)

Com isso, percebe-se que desde a sua gênese, a invenção do patrimônio nacional esteve ligada à construção de uma identidade nacional. Primeiramente, se construiu a ideia de um Brasil “civilizado”, aos moldes da “civilização” moderna ocidental, calcada em passado colonial português. (ASSUMPÇÃO; PEREIRA, 2021, p. 135) Sendo assim, o conjunto tombado nesse contexto, segundo Scifoni (2012), acabou por criar uma visão parcial do que somos, na medida em que nem todos estão ali representados, alguns bem mais que outros. Nossa memória é cravada por imagens de fortalezas militares, casas de câmara e cadeia, igrejas católicas, fazendas e engenhos, denotando que os personagens da memória nacional são as elites políticas, militares, religiosas e econômicas.

É importante considerar o processo de transmissão que permitiu que essa fortaleza fosse reconhecida como patrimônio. Isso nos leva a indagar juntamente com Pereira (2021, p. 149), qual passado está sendo mobilizado nesse contexto: é o passado sob a perspectiva dos vencedores ou o passado dos vencidos? A fortaleza, enquanto bem cultural, deve sua existência não apenas aos esforços dos grandes nomes que conceberam, como o brigadeiro José da Silva Paes e os arquitetos responsáveis pelos projetos de restauração nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Ela também está intrinsecamente ligada a uma multiplicidade de outros indivíduos, incluindo indígenas, africanos e afrodescendentes escravizados que as construíram, pedreiros que participaram das obras de restauro, soldados que serviram nessas unidades militares até 1955, prisioneiros executados em 1894, homens e mulheres enviados para os "depósitos de convalescentes", bem como as 218 mulheres que se dedicavam à venda de renda para os soldados ou trabalhavam nesses espaços, entre outros.

A escrita da história das fortalezas catarinenses<sup>24</sup>, de acordo com o autor (Ibidem, p. 26) esteve centrada no paradigma historiográfico “referenciada nos fatos políticos, cujos personagens são os chamados 'grandes homens’” (CAROLA, WOLFF, SILVA, 2011, p. 304 *apud* PEREIRA, 2016, p. 25) – pela sua vinculação aos feitos políticos e militares catarinenses ou “brasileiros”-. No caso das fortalezas catarinenses, segundo ao autor (Ibidem, p. 88) há paralelo com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), cuja matriz discursiva pode ser caracterizada como uma História narrativa, baseada especialmente em fontes oficiais – mas, no caso de Santa Catarina, também muitos em relatos de viajantes –, normalmente referenciada nos fatos políticos.

A partir de 1970, a UFSC tem a legitimidade social no processo de restauração das Fortalezas (Ibidem, p. 72). Em 1979, através de um acordo firmado em conjunto com o Iphan

---

<sup>24</sup> Ao longo de sua pesquisa, o autor salientou que a expressão “fortalezas catarinenses”, generalizada, se refere às fortalezas de Anhatomirim, Ratones e Ponta Grossa. (PEREIRA, 2016, p. 19)



e a Marinha do Brasil, essa instituição assumiu a tutela da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. (PEREIRA, 2021, p. 32) Há, neste sentido, segundo o autor, um esforço da UFSC de suceder o prestígio que o Iphan tinha, no passado, na sua primeira fase.

Por se tratar de um bem cultural isolado, localizado em uma ilhota na baía norte da capital do estado, e não no centro da cidade, esta fortaleza não se mostrava um empecilho à urbanização de Florianópolis. Por isso, a relação entre patrimonialização e modernização se mostrou harmoniosa, pela sua proposta de preservação do patrimônio, vinculado ao turismo, associado com o lazer marítimo e de praia – o que começa a tomar forma como prática cultural e econômica neste mesmo período, na ilha-capital. (REIS, 2012 apud PEREIRA, 2016, p. 74)

O autor trouxe a suposição o fator de escolha da ilha de Anhatomirim para ser o local de construção da fortaleza e utilização:

Se a construção da fortaleza de Santa Cruz, no século XVIII se deveu à posição estratégica da ilha de Anhatomirim, própria para a defesa da Ilha de Santa Catarina e da vila de Nossa Senhora do Desterro, a sua preservação e restauração, nos anos 1970 do século XX também leva em consideração a sua posição estratégica: geograficamente, pelo lazer marítimo e de praia, e economicamente, pela possibilidade de exploração via turismo. (PEREIRA, 2016, p. 74)

Para Pereira (2016, p. 76) o processo de patrimonialização da Fortaleza de Anhatomirim é naturalizado. O período colonial foi destacado, de acordo com Chuva (2009 apud Pereira 2016, p. 104) como um elemento temático de valorização, servindo como um marco fundamental na construção da identidade nacional. Nesse contexto, a fortaleza de Santa Cruz, uma estrutura cultural erguida no século XVIII durante o processo de fundação da capitania de Santa Catarina, foi submetida a um processo de restauração com o intuito de "resgatar" suas características originais, tal como concebidas durante sua construção inaugural.

A partir disso, o autor (Ibidem, p. 147), apresenta os seguintes questionamentos sobre a finalidade da preservação do patrimônio: seria o patrimônio preservado visando a visitação turística, ou a visitação turística ocorre para a manutenção e preservação do patrimônio? Em outras palavras, qual é o propósito atribuído ao bem cultural por meio da sua utilização?

Nessa abordagem, segundo Pereira (2016, p. 196) o patrimônio torna-se vulnerável às pressões dos interesses de mercado, e o turismo, enquanto atividade socioeconômica, assume a configuração de uma "indústria e comércio dos bens simbólicos". (RAMOS, 2008

*apud* PEREIRA, 2016, 196). A crítica aqui direcionada não se volta ao turismo enquanto atividade socioeconômica em sua essência, ressalta o autor, mas sim, ao modelo específico de turismo que está sendo implementado. Trata-se de uma forma de visitação que enfatiza primordialmente o consumo visual do patrimônio histórico, tratando o bem cultural como um mero objeto corriqueiro na esfera dos produtos de consumo, cujo valor se esgota após a visita. Esse tipo de prática turística, embora rotulado como "cultural", tende a promover predominantemente o artificial e o postiço. (PEREIRA, 2016, p. 149-150)

Assim, é necessário por uma abordagem das políticas de patrimônio que se baseie no "direito à diversidade histórica" e na "direito da multiplicidade das memórias" como pressupostos fundamentais para a formação de uma capacidade crítica em relação à nossa própria historicidade. (PEREIRA, 2016, p. 150)

Em concordância com Pereira (2016, p. 204), percebe-se que a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim é uma construção com diferentes apropriações. Do ponto de vista arquitetônico, trata-se de uma construção erguida pelos portugueses durante a primeira metade do século XVIII. No âmbito histórico, a que capitulou diante da invasão espanhola ocorrida em 1777, além de ter sido utilizada como prisão e local de execução durante a Revolução Federalista. No contexto de seu valor como bem cultural, a fortaleza foi reconhecida como patrimônio histórico e tombada em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>25</sup>. A partir de 1970, passou por um processo de restauração e, desde 1979, é mantida sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Portanto, a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim não era

patrimônio desde sempre; que a patrimonialidade de um bem cultural é um valor construído, e não algo intrínseco ao bem em questão; que a patrimonialidade é resultado de disputas de poder, que são, também, disputas que se dão em instâncias políticas, culturais, econômicas, sociais, entre outras. São disputas que envolvem ideias, concepções, perspectivas que são articuladas por sujeitos, grupos, entidades, sociedades. (PEREIRA, 2016, p. 206)

---

<sup>25</sup> Pereira (2021, p. 30) menciona que Andréa Delgado (2008) e Maria Cecília Londres Fonseca (2009) listam quatro fases ou configurações do campo do patrimônio no Brasil. A primeira fase, de 1937 até 1968 – a chamada “fase heroica”, coincide com o período de fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). A segunda configuração, de 1969 – 1979, tem como destaque a mudança nas práticas discursivas do órgão, sobretudo quanto à preservação dos monumentos; é neste contexto, também, que outras concepções de patrimônio passam a figurar. Em 1979, ocorre a fusão entre o Sphan e a recém-criada Fundação Nacional Pró-Memória, dando origem à Sphan-FNPM; o conceito de patrimônio é ampliado e novas práticas são adotadas para preservar a diversidade de bens culturais agora sob a responsabilidade da instituição. A concepção de patrimônio cultural em pauta neste período foi consolidada pela Constituição Federal de 1988. E, desde 2003, uma nova configuração surgiu a partir da constituição do patrimônio intangível, tomando como marco o Decreto 3.551/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial.

No caso da fortaleza de Santa Cruz, por trás de sua estrutura física "pedra e cal", encontram-se indivíduos que atribuem diversos sentidos e significados a esse monumento, influenciados por suas múltiplas experiências e interações com o bem cultural ao longo de suas vidas. Essa valorização, segundo o autor (Ibidem, p. 211), manifesta-se em duas dimensões fundamentais: primeiro, ao considerar a importância da dimensão imaterial do patrimônio; segundo, ao dar destaque a valores que vão além daqueles tradicionalmente consagrados pela historiografia, os quais frequentemente estão relacionados à memória do poder. Essa valorização também abrange aspectos como saberes, práticas, sentidos e significados atribuídos a um bem cultural por diversos grupos e indivíduos que compõem nossa sociedade. Apenas ao reconhecer e acolher a multiplicidade de sentidos e conhecimentos associados a um bem cultural, é possível garantir uma valorização genuína do patrimônio cultural. (PEREIRA, 2016, p. 211)

Além disso, identificar as memórias que permanecem invisíveis e os valores que não são reconhecidos pela historiografia, bem como os indivíduos que são detentores dessas memórias e experiências nesse contexto, emerge como uma maneira de destacar questões de exclusão social e inclusão socioeconômica por meio da cultura. (PEREIRA, 2016, p. 216)

A seguir estão as reflexões do autor sobre vários aspectos relacionados à fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.

É possível, ainda hoje, encontrar vidas frustradas nestes escombros patrimonializados? A quem pertencem estas memórias soterradas? Quais experiências são consideradas válidas para alçarem a posição de fatos históricos e quais experiências permanecem no limbo como não-fatos? Quais sujeitos fazem parte desta história? Quais desses sujeitos são reconhecidos como sujeitos históricos? Quais sujeitos permanecem anônimos nesta história? Que passados são subalternizados à condição de estórias, causos, lendas? Neste sentido, questiono o processo de transmissão de um determinado passado em detrimento de outros passados. (PEREIRA, 2021, p. 37)

Percebe-se que a seleção de bens culturais como "monumentos de pedra e cal", representando igrejas, casarões, prédios e fortificações luso-brasileiras dos séculos XVIII e XIX, levanta questões críticas sobre a construção da identidade nacional. Esse processo, baseado em uma narrativa histórica linear e determinista, privilegia os colonizadores portugueses e seus descendentes, que se consolidaram como a elite local.

A análise das narrativas memorialísticas relacionadas à Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, destacada no livro "Fortalezas Catarinenses: a estória contada pelo povo" de Carlos Eduardo Uchôa (1992), revela uma riqueza de histórias que vão além das fortalezas em si, incluindo estórias fantásticas e relatos de assombrações. O autor destaca a necessidade de

considerar tanto as narrativas oficiais quanto as populares, reconhecendo a multiplicidade de memórias e significados atribuídos à fortaleza. A inclusão de narrativas populares e a consideração das contribuições de diversos grupos sociais destacam a necessidade de uma abordagem inclusiva na patrimonialização, que valorize todas as memórias associadas ao local. Portanto, é essencial que estudo acerca da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim reconheça e celebre a multiplicidade de histórias e significados atribuídos à fortaleza.

No livro "Cultura Açoriana: Identidade do Povo Gancheiro" da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos (2011), é questionada a atribuição equivocada da jurisdição da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Muitas vezes, acredita-se que essa fortaleza, localizada na Ilha de Anhatomirim e onde Silva Paes morou e despachou as primeiras ordens como primeiro governador da província, pertence ao município de Florianópolis (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2011, p. 7). O livro apresenta informações básicas sobre a construção da fortaleza, sua localização e outras ocupações, funções e notoriedade ao longo do tempo. Em 1884, durante a Revolução Federalista, a fortaleza foi utilizada como prisão e local para o fuzilamento de centenas de revolucionários. Posteriormente, em 1932, serviu novamente como prisão durante a Revolução Constitucionalista e, em 1938, foi tombada como Monumento Histórico (Ibidem, p. 20).

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim exemplifica como o processo de patrimonialização está intrinsecamente ligado à construção da identidade nacional, frequentemente em detrimento da diversidade de memórias e experiências. Desde a restauração que enfatiza o período colonial até a exploração turística, o patrimônio cultural é frequentemente moldado pelos interesses e narrativas dos vencedores, silenciando vozes e memórias marginalizadas. Reconhecer essa multiplicidade de histórias é essencial para uma valorização autêntica e inclusiva do patrimônio. O desafio reside em equilibrar a preservação do patrimônio com o reconhecimento das diversas contribuições e vivências dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Apenas ao acolher essa diversidade, poderemos garantir que o patrimônio cultural representa verdadeiramente a riqueza e complexidade da história brasileira.

O fato é que predominam a representação do passado a partir da memória do próprio Estado e dos setores e interesses intrinsecamente ligados a ele, ou seja, predominam igualmente os bens ligados às classes dominantes. Casas de Câmara e Cadeia, alfândegas, fortes e fortalezas militares, palacetes, sedes de fazendas e engenhos, casarões, capelas, conventos e igrejas de várias ordens religiosas católicas. Também predominam os bens ligados a um determinado tempo-espço. Assim, desenhou-se uma ação preservacionista

concentrada em determinado período histórico, o da colonização, neste caso, o exemplo de patrimônio colonial militar. Tais decisões são resultado de uma determinada forma de pensar o patrimônio, desde sua origem profundamente influenciada por critérios e conceitos oriundos de uma experiência francesa de proteção. Essa experiência surgiu da necessidade de proteger os bens da igreja e da aristocracia que estavam em risco diante dos desdobramentos da Revolução Francesa. Mais tarde difundida e reproduzida pelo mundo, consolidou esses critérios de seleção de forma que eles aparecem como naturalizados e não produto de escolhas e de formas de ver específicas, gestadas em um determinado contexto. (SCIFONI, 2022, p. 20)

Nesse sentido, segue os questionamentos: até que ponto essa seleção reflete a verdadeira diversidade da história brasileira? Ao focar apenas nos bens culturais dos vencedores, quais vozes e experiências históricas são silenciadas? Quais histórias dos grupos marginalizados, como indígenas e afrodescendentes, estão sendo esquecidas ou apagadas por essa narrativa oficial? Como podemos reavaliar a patrimonialização para incluir uma multiplicidade de memórias e perspectivas que representam a riqueza e complexidade da sociedade brasileira? Essas problematizações são essenciais para uma abordagem mais inclusiva e autêntica do patrimônio cultural, que reconheça e valorize todas as contribuições para a formação da identidade nacional.

Portanto, a proposta de Educação Patrimonial para Governador Celso Ramos/SC mobiliza questionamentos sobre a Fortaleza de Santa Cruz da ilha de Anhatomirim como um bem cultural, promovendo um estudo crítico sobre o Patrimônio Cultural a partir da narrativa oficial. Essa abordagem estimula o estudante a contextualizar e indagar a Fortaleza dentro das dinâmicas sociais, políticas e econômicas de sua época: Por que certas construções foram eleitas e outras não? Por que muitas edificações ligadas a outros povos e etnias foram destruídas enquanto outras foram conservadas? Dessa forma, a proposta incentiva o estudante a analisar diversas fontes históricas, por meio de atividades que promovam a investigação e o debate, como a análise de documentos, a comparação de diferentes perspectivas, saídas de campo e atividades de pesquisa acerca do Patrimônio Cultural Material.

### **3.2.2 A Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC**

A Igreja Nossa Senhora da Piedade está localizada no município de Governador Celso Ramos/SC. Ela é a única construção que permaneceu do primeiro e maior

empreendimento baleeiro do litoral catarinense, conhecida como "Armação das Baleias", que promovia exploração da atividade baleeira.

A armação de baleias foi estabelecida por Thomé Gomes Moreira, em 1741, juntamente com mais sete negociantes, que fizeram um contrato de arrematação com a Coroa Portuguesa por 12 anos. (ZIMMERMANN, 2011) A construção da Armação da Piedade com seus estabelecimentos - casa grande, capela, moradias, alojamentos e senzalas, engenho de frigar e reservatórios de óleo, armazéns, oficinas, cais, rampas e paredões - se iniciaram no ano de 1742. (ZIMMERMANN, 2011, p. 28)

Em 18 de novembro de 1745, benzeu-se a capela. (BOITEUX, s/d *apud* FCC, 2023) Ela possui estilo colonial português, que mantém as características das igrejas setecentistas, com frontão triangular. Ela é identificada como a primeira igreja edificada em Santa Catarina no século XVIII, ainda utilizando óleo de baleia na argamassa, e localizada ao lado das ruínas da antiga Armação da Piedade.

Figura 4 – A Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC



Fonte: Portal do Turismo de Governador Celso Ramos/SC, 2023<sup>26</sup>

Na capela consagrada a Nossa Senhora da Piedade também foram batizados os africanos trazidos jovens e adultos, assim como seus filhos e netos. No cemitério próximo a igreja, os trabalhadores falecidos foram enterrados, vítimas de vários tipos de doenças.

---

<sup>26</sup>Imagem retirada do site: <https://turismo.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/o-que-fazer/item/igreja-nossa-senhora-da-piedade> em 30 junho 2023.

(MAMIGONIAN, 2023) “Em 1839, a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC foi incorporada à Marinha”. (FCC, 2023)

No dia 12 de maio de 1983, o decreto n.º 10/83 estabeleceu o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, incluindo a arte sacra, o cemitério público e as ruínas, como parte do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do município de Governador Celso Ramos. O estado de Santa Catarina fez o tombamento da edificação da Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC em 23 de novembro de 2001, por meio do decreto estadual número 3.458, de 23 de novembro de 2001. A área protegida pelo decreto constitui-se do terreno que contém a edificação religiosa, o cemitério anexo e o cruzeiro. (SANTA CATARINA, 2001)

Gonçalves (2016) esclareceu que

Não foi computado o primeiro processo de tombamento aberto (em 1983), referente à Igreja Nossa Senhora da Piedade e às ruínas adjacentes, pois a efetivação do tombamento ocorreu quase duas décadas depois (somente 18 anos após a abertura). Conforme documento que consta do próprio processo, datado de 23 de agosto de 2001 e assinado pela arquiteta Fátima Althoff, a demora se deu em virtude do extravio do processo original (FCC/Processo de tombamento 001/83, f. 91-92). Se considerados os dados desse processo inaugural, o quadro delineado acerca dos tombamentos da década de 1980 não sofreria mudanças relevantes - pelo contrário, suas linhas gerais seriam reforçadas, pois a proposta de tombamento da Igreja Nossa Senhora da Piedade não partiu da Fundação Catarinense de Cultura (foi feita pelo prefeito municipal de Governador Celso Ramos), sendo gerada pelo risco de destruição, devido a obra de construção particular que estava em andamento. (GONÇALVES, 2016, p. 199)

No livro “Cultura Açoriana: Identidade do Povo Gancheiro” da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos (2011) questionou também a atribuição incorreta da jurisdição da Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC à Florianópolis. (Ibidem, p. 7)

Na seção sobre “Armação da Piedade”, trouxe informações sobre “Capela de Nossa Senhora da Piedade e ruínas da ferraria”: (Ibidem, p. 36)

A Igreja Nossa Senhora da Piedade foi a primeira edificada no Estado e começou a ser construída durante a colonização do município em 1738, sendo finalizada em 1745, e inaugurada no ano seguinte (18/11/1746). Os traços coloniais portugueses com características regionais das igrejas setecentistas com frontão triangular, transformam a igreja num ponto turístico imperdível aos amantes da história e da religião. Foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), juntamente com o cemitério e as ruínas de uma senzala. A argamassa utilizada na construção conta com conchas, cascalho e óleo de baleia, como um tipo primitivo de cimento. Milhares de visitantes todos os anos encantam-se com a arquitetura histórica da igreja. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2011, p. 36)

A esse respeito, Gonçalves (2016, p. 166) afirma que analisar os processos de tombamento estaduais, abertos e finalizados até 2006, em relação à sua distribuição espacial,

especialmente no contexto de Santa Catarina, percebe-se que os primeiros bens tombados em nível estadual não deixaram de apresentar monumentalidade. Segundo a autora, esses bens estavam predominantemente localizados na região litorânea, especificamente na área da Grande Florianópolis. Adicionalmente, três destes estavam situados na Serra Geral. Eles eram, fundamentalmente, bens edificadas isolados que apresentavam vínculos, em sua trajetória de existência, com o poder público, ou com a Igreja Católica. (Ibidem, 167)

Segundo Gonçalves (2016):

Enfatizaram-se edificações ligadas às práticas de governo ou a membros da elite governante, bem como às formas de organização da vida pública e das relações de sociabilidade – conformando espaços de aprendizagem e de exercício de condutas socialmente aceitáveis e recomendáveis, como igrejas e conventos, escolas e teatros. Tal ênfase fez com que os tombamentos estaduais da década de 1980 não se afastassem, em suas linhas gerais, das características dos tombamentos federais até então realizados em Santa Catarina. (GONÇALVES, 2016, p. 169)

Percebe-se com isso, de acordo com a autora, que “a preocupação com a herança portuguesa não foi abandonada, como atestam, por exemplo, os tombamentos de igrejas católicas situadas no litoral” (GONÇALVES, 2016, p. 172)

Por que a ênfase nas edificações ligadas às práticas de governo e à elite governante, como igrejas, conventos, escolas e teatros, ignora as contribuições das comunidades rurais e indígenas? Além disso, a predominância de bens associados a um determinado período histórico, o da colonização, sugere uma visão limitada e eurocêntrica do patrimônio cultural. Como essas decisões, influenciadas por critérios originários da experiência francesa de proteção de bens da igreja e da aristocracia, impactam a diversidade cultural e a inclusão de memórias marginalizadas? A naturalização desses critérios de seleção obscurece a natureza arbitrária e contextual das escolhas patrimoniais, perpetuando uma narrativa histórica que favorece os interesses das classes dominantes em detrimento das vozes subalternas. Como, então, podemos repensar o processo de tombamento para que ele seja mais inclusivo e representativo da diversidade cultural e histórica de Santa Catarina?

Ressalta-se que, a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC é um patrimônio cultural que vai além de ser apenas um equipamento religioso vinculado à Igreja Católica. Este edifício é uma evidência tangível de um passado sobre o qual ainda se sabe pouco. Este estudo sugere analisar a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC em conexão com as Armações Baleeiras da região, ao invés de vê-la como um bem isolado. Visto que, as armações baleeiras, estruturas utilizadas para a caça e processamento de baleias, são indicativos da presença da população escravizada na região, pois esse tipo de trabalho era predominantemente realizado por eles. A



igreja e as armações estão intrinsecamente ligadas, representando juntas um aspecto significativo da história do município, onde a exploração e o trabalho escravizado desempenhavam papéis fundamentais na economia e na sociedade.

Sendo assim, esta pesquisa oferece uma visão crítica e abrangente da História, destacando não apenas as narrativas oficiais sobre o patrimônio cultural, mas também os aspectos sociais e econômicos, como a presença da população escravizada na região. A relevância dessa abordagem para o Ensino de História em Governador Celso Ramos/SC está na possibilidade de fornecer uma visão mais ampla e crítica do passado local, permitindo que os estudantes compreendam a complexidade histórica da região. Na minha proposta, essa abordagem se materializa por meio da utilização de diversas fontes, como documentos históricos, narrativas memorialísticas e análises arqueológicas, incorporadas ao material didático. Isso proporciona uma educação patrimonial inclusiva, que valoriza múltiplas perspectivas e contribui para uma compreensão mais completa e contextualizada da história de Governador Celso Ramos. Além disso, possibilita aos estudantes perceberem a história não só como eventos passados, mas também como processos que continuam a afetar o presente. Portanto, esta proposta de Educação Patrimonial para Governador Celso Ramos/SC serve para enriquecer a formação, proporcionando uma perspectiva mais crítica e abrangente.

### **3.2.3 Festa do Divino Espírito Santo**

Nesta seção, apresenta-se informações referentes à Festa do Divino Espírito Santo, celebrada cinquenta dias após a Páscoa, destacando suas origens, tradições e variações ao longo do tempo e em diferentes contextos geográficos. A celebração litúrgica de Pentecostes tem múltiplas explicações para sua origem, desde a tradição judaico-cristã até as profecias de Joaquim de Fiore. Popularizada por Isabel de Aragão no século XIV em Portugal, a festa inclui elementos como a coroa, a pomba, banquetes e doações. A festividade se expandiu globalmente, especialmente nas colônias portuguesas, e chegou ao Brasil no século XVI, onde se adaptou às diversas culturas locais. A festa mantém sua importância religiosa e cultural, refletindo uma mistura de rituais tradicionais e influências contemporâneas.

A Festa do Divino Espírito Santo denominada liturgicamente como Pentecostes, possui diversas versões sobre sua origem. Há a versão religiosa, principalmente amparada na tradição judaico-cristã. Segundo essa vertente, o culto do Divino tem origem na tradição hebraica da festa de Pentecostes e é uma festa popular judaica organizada pelos cristãos novos. Essa festa se difundiu com elementos como folia, imperador, pomba, coroa, estandarte,

jantares, benditos, tourada, promessa, realeza, entre outros. (SILVA, 2000, p. 22). Outra versão, remonta às profecias do monge cisterciense Joaquim de Fiore, que fundou um mosteiro em San Giovanni. Ele foi acusado de heresia por defender a teoria dos três tempos da humanidade, baseada na Santíssima Trindade (SILVA, 2000, p. 21-22).

As festas do Divino Espírito Santo foram instituídas em Portugal, segundo relatos de muitos investigadores, pela Rainha Santa Isabel de Aragão, esposa do rei D. Diniz, no século XIV. De acordo com esses relatos, a Rainha Isabel recebeu a missão em um sonho de construir uma igreja em homenagem ao Divino Espírito Santo, com o objetivo de restabelecer a paz no reino. Para cumprir sua promessa, ela comprometeu-se a percorrer o mundo com uma cópia da coroa do império, tendo uma pomba no topo, símbolo do Divino Espírito Santo. Durante essa jornada, ela arrecadaria doações em benefício da população pobre, com a condição de que seu esposo, o imperador D. Diniz, fizesse as pazes com seu filho legítimo, D. Afonso, herdeiro do trono imperial (OLIVEIRA, 2013, p. 107).

Existem divergências em relação ao pioneirismo português na instituição da festa do Espírito Santo. (SILVA, 2000, p. 23). Além disso, há relatos sobre as diferentes formas de celebrações da festa do Divino Espírito Santo. A primeira cumpriu contorno com a presença do rei e da rainha, que ofereceu uma coroa à igreja. Um cortejo formado por soldados e outras pessoas acompanhou a coroa e prestou reverência a ela. As doações feitas pela nobreza portuguesa possibilitaram a oferta de alimentos e bebidas aos camponeses e aos mais necessitados. Dessa forma, a festa passou a ser realizada trimestralmente em várias regiões de Portugal. (SANTOS, 2022 *apud* NEA, 2023)

Há relatos também mostrando que as festividades ocorriam banquetes e distribuição de doações aos menos favorecidos. Nesse dia, a rainha renunciava ao seu trono e coroava simbolicamente um plebeu, que assumiu o "comando" do Império durante o período festivo. Além disso, era uma distribuição generosa de alimentos aos necessitados (PEREIRA, 2005, p. 24, *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 107). Dessa forma, surge o mito da origem das celebrações do Espírito Santo, que se caracteriza pela abundância de alimentos compartilhados com o povo (OLIVEIRA, 2013, p. 108).

A instituição do Império nas festas do Divino Espírito Santo em Portugal, a partir do século XIV, está intrinsecamente ligada à laicização dos trajes portugueses, com destaque para a contribuição da ordem dos franciscanos nesse processo. Ao longo dos séculos XIV, XV e primeira metade do século seguinte, observou-se um significativo desenvolvimento do culto ao Espírito Santo, que estava associado à celebração do Império, no território português (CORTESÃO, 1964, p. 161-202 *apud* SILVA, 2000, p. 23). Nesse mesmo período, ocorreu a

formação das Irmandades do Espírito Santo, responsáveis por organizar a festividade (NEA, 2023).

A Festa do Divino Espírito Santo ganhou imensa popularidade no mundo ibérico, alcançando as colônias portuguesas. Através das viagens marítimas portuguesas, a celebração se expandiu pelo mundo e chegou ao Brasil na volta do século XVI. O aumento do culto ao Espírito Santo no país coincidiu com o período de maior intensidade da expansão portuguesa global (OLIVEIRA, 2013, p. 108; CORTESÃO, 1964, p. 161-202 *apud* SILVA, 2000, p. 23).

A maioria das Festas do Espírito Santo realizadas em todo o Brasil, provavelmente, teve origem nas festas realizadas na parte continental de Portugal. Poucas delas podem ter origem direta nos Açores. Isso ocorre porque, em Portugal continental, durante os séculos XV a XVIII, havia inúmeras Festas do Espírito Santo com coroação, cortejo, banquetes e todas as características comuns às Festas do Espírito Santo conhecidas na Europa e Américas. (CORREA, 2013, p. 7)

No Brasil, as primeiras Festas do Divino que se têm conhecimento ocorreram em 1761, na cidade de Pindamonhangaba, no estado de São Paulo, e em 1765, em Salvador, na Bahia. Em Salvador, também existia uma Irmandade do Divino Espírito Santo, fundada em 1770, no Bairro do Carmo. No entanto, é provável que festas dedicadas à Santíssima Trindade já existissem antes dessas datas, sendo celebradas nas comunidades portuguesas que se estabeleceram no Brasil desde o século XVI e que mantinham as tradições culturais trazidas de Portugal para a nova terra. (CORREA, 2013, p. 6)

Além disso, há uma influência sincretista de manifestações culturais afro-brasileiras, como no caso dos congados ou das festas celebradas no estado do Maranhão. Tanto para descendentes de portugueses quanto para indígenas, a festa muitas vezes apresenta um conjunto de rituais semelhantes e insígnias compartilhadas. Um exemplo interessante é a Festa do Divino Espírito Santo dos índios Karipuna, no interior do Amapá, próximo à divisa com a Guiana Francesa. Essa festa tem uma duração de nove dias e preserva diversos símbolos da Festa do Divino Espírito Santo, como a bandeira, a coroa, a recitação de uma novena em latim, a presença de foliões e a coleta de esmolas. Assim como no Sul do Brasil, os devotos também beijam as fitas penduradas na imagem do Espírito Santo e na pombinha. A origem dessa festa está associada à primeira capela dedicada ao Divino Espírito Santo na região, que remonta à década de 1930. (CORREA, 2013, p. 7)

No Brasil, a Festa do Divino foi considerada como um símbolo nacional em algum momento, porém, foi proibida após a Proclamação da República e quase desapareceu no meio

do século XX. Nas últimas décadas do século XX, a festa ressurgiu e se tornou um elemento cultural presente em quase todos os estados brasileiros. (CORREA, 2013, p. 9)

A partir de 1748, a festa e diversas outras manifestações culturais dos açorianos foram introduzidas em Santa Catarina por meio do engenheiro militar Brigadeiro José da Silva Paes, o primeiro governador da Capitania de Santa Catarina. Na época, o arquipélago açoriano enfrentava dificuldades na produção de alimentos e tinha uma população empobrecida. Por outro lado, a região de Santa Catarina possuía uma população escassa e um vasto território a ser explorado e povoado. Diante desse cenário, Silva Paes propôs a vinda de casais açorianos para a capitania, visando estabelecer um povoamento nessas terras. (NEA, 2023)

A chegada dos casais açorianos ao litoral catarinense deixou um legado que perdura até os dias atuais, presente na memória histórico-cultural e refletida no cotidiano dos habitantes locais. Em Florianópolis, as referências mais antigas sobre a realização das Festas do Divino Espírito Santo e das Irmandades do Divino remontam ao ano de 1776. (CORREA, 2013, p. 6) A Festa do Divino Espírito Santo é parte desse legado, sendo uma das mais importantes expressões da tradição açoriana. Ela se estabeleceu como a principal festa religiosa em diversos municípios litorâneos e em quatorze comunidades de Florianópolis. (NEA, 2023)

Apesar de passar por modificações ao longo do tempo, o culto ao Espírito Santo continua sendo uma importante manifestação religiosa, profundamente enraizada e, de acordo com Nunes (2010), é considerada a expressão mais significativa da presença açoriana na cultura catarinense.

As Festas do Divino Espírito Santo ocorrem nos meses de maio e setembro, seguindo o calendário litúrgico da Igreja Católica. Essa celebração culmina no domingo de Pentecostes, quando é lembrada a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, representando a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Embora haja variações no período e duração dos festejos ao longo dos anos, a Festa mantém sua tradição ritualística e se concentra nas sextas-feiras, sábados e domingos (NUNES, 2010, p. 22-23). Os principais símbolos presentes nas festas são a bandeira do Divino, o casal festeiro (imperador e imperatriz), o cortejo imperial, a coroação, o cumprimento de promessas e a presença de bandas. (NEA, 2023)

Nesse contexto festivo, diversos elementos simbólicos e representativos estão presentes. A bandeira, a coroa, o cetro, a salva, o imperador, a imperatriz, a corte e a coroação fazem parte dessa tradição. Além disso, as novenas, as missas, os mordomos, os festeiros e as promessas desempenham um papel essencial nesse ritual coletivo. A gastronomia também

está presente, com destaque para as massas e os pãezinhos do Espírito Santo, que são compartilhados entre os participantes. As cantorias, os foliões e os fogos de artifício contribuem para o ambiente festivo, unindo o aspecto religioso, profano e folclórico. Essa rica simbologia e a diversidade de elementos representam as práticas coletivas do culto ao Divino, permeadas por conteúdos simbólicos e subjetivos. (NUNES, 2010, p. 22)

A Festa do Divino é composta por diferentes partes, todas interligadas: cerimônias religiosas, como novenas, tríduos, missa solene com coroação, entoação do hino “*Veni, Creator Spiritus, Te-Deum*” e bênçãos; ritos sacro-profanos, como a procissão do séquito imperial; e folguedos populares, que incluem bandas, shows musicais, bailes, barraquinhas, bingos, leilões e um espetáculo pirotécnico chamado "foguetório". Além disso, a Bandeira do Divino é levada em uma corrida antes da Festa e está presente em todas as cerimônias, sendo um símbolo reconhecido e reverenciado pelo povo com fé e devoção. (NUNES, 2010, p. 23)

Embora preserve os rituais tradicionais da Festa do Divino Espírito Santo, observa-se uma variedade de elementos que variam conforme as celebrações de cada cidade. (MELO, 2012, p. 163). Ao percorrer os caminhos de Santa Catarina, Nunes (2010) identificou uma multiplicidade de aspectos na maneira de cultuar e celebrar o Divino Espírito Santo em vários lugares, seja por acréscimos ou supressões de elementos do ritual (NUNES, 2010, p. 16). Diversos ritos são incorporados à festa, unindo o tradicional às novas tendências e à influência de outras cidades onde essa festividade também é realizada (MELO, 2012, p. 163). Diferentes na expressão, porém iguais na essência, no aspecto nuclear, na mensagem, na simbologia e na orientação (NUNES, 2010, p. 16). As festividades seguem o ciclo do Divino Espírito Santo, composto por quatro etapas: os peditórios, as novenas, as cantorias e a festa propriamente dita. (NEA, 2023)

Em Governador Celso Ramos/SC, Melo (2012) afirmou que o culto e a festa em honra ao Divino vêm perdendo um pouco seus ritos originais e incorporando novos elementos. Unindo um misto de rituais antigos e contemporâneos, influência das festividades que acontecem em várias cidades do litoral de Santa Catarina, cada uma com suas características próprias, mas trazendo em sua essência uma motivação única: a fé na terceira pessoa da Santíssima Trindade (MELO, 2012, p. 165-166).

No início, as primeiras festas eram comemoradas de forma modesta em Ganchos. Com o tempo vai atraindo a atenção dos moradores e visitantes tornando-se um dos mais importantes momentos de integração da comunidade. Melo (2012) concluiu, após análise e comparações de documentos com relatos orais, que a primeira festa em honra ao Divino Espírito Santo foi realizada em Ganchos no dia 30 de maio de 1920, conforme registrou em

seu caderno de anotações pessoais o senhor Manuel Januário dos Santos responsável pela capela na época. (MELO, 2012, p. 161)

Figura 5 – Festa do Divino Espírito Santo



Fonte: Site da Prefeitura de Governador Celso Ramos/SC, 2023<sup>27</sup>

As primeiras festas do Divino Espírito Santo em Ganchos espelhavam-se nas festas realizadas pelas capelas de Tijucas, São Miguel e Santo Amaro da Imperatriz, onde tal celebração já era tradicional. As vestimentas eram alugadas ou confeccionadas por costureiras locais. As despesas das festividades eram custeadas pelo pai do imperador, que arcava com todos os gastos, inclusive hospedando o padre e os foliões em sua residência. O ritual era complexo e os preparativos para a festa eram realizados com antecedência. O padre era convidado pelos organizadores e vinha de Tijucas, Santo Antônio de Lisboa e Biguaçu. Os foliões, um grupo de entoadores de cânticos, eram da comunidade de Ganchos do Meio e Ganchos de Fora, além de outros que vinham de municípios vizinhos (MELO, 2012, p. 166-167).

Vários fatores são mencionados por Melo (2012) que podem ter contribuído para que as festividades não se realizassem durante certos períodos em Ganchos. Fatores externos como a Revolução de 1930 e a Segunda Guerra Mundial. O medo desses conflitos era grande nas comunidades litorâneas. Os fatores internos estão ligados ao elevado custo das roupas

---

<sup>27</sup> Imagem retirada do site: <https://governadorcelso Ramos.sc.gov.br/festa-do-divino-espírito-santo-reune-fieis-em-governador-celso-ramos-em-quatro-dias-de-comemoração/>. Acesso em 30 de junho de 2023.

para fazer parte do cortejo. Muitas crianças eram filhos de pescadores e não possuíam condições financeiras de custear as despesas. Ressaltando que no processo inicial da festa, todas as despesas eram de responsabilidade do pai do imperador. Além disso, destaca-se as dificuldades que a maioria dos moradores enfrentavam para se deslocar de Ganchos. Nesse período, o acesso à comunidade se dava somente por via marítima, o que dificultava as idas e vindas. Desentendimentos por parte dos festeiros e os responsáveis pela igreja na década de 1970 impediram a realização de algumas festas. (MELO, 2012, p. 163-165)

A partir de 1970, foram introduzidas novas personagens ao cortejo imperial. Assim, outros membros foram sendo acrescentados no cortejo, possibilitando a participação de um número maior de festeiros. A partir de 1980, o custo do aluguel das roupas, pois os festeiros passaram a dividir todas as despesas, somados à quantidade de crianças que compunham o império, contribuíram para uma nova forma de organização. O luxo das roupas e o aumento do cortejo imperial elevaram a festa do Divino Espírito Santo a ser a mais importante de todas as festas da comunidade. A festa atrai além dos moradores dos bairros próximos, os turistas que vêm de outros municípios. Antes restrita aos moradores de Ganchos do Meio e Ganchos de Fora, com o crescimento populacional, ela se estende por todo o município. Em 8 de maio de 1983, quando a capela foi elevada à condição de paróquia sob a denominação de Nossa Senhora dos Navegantes, a festa adquiriu maior participação e destaque social. (MELO, 2012, p. 163-165)

A Lei Ordinária nº 1.540/2022, que oficializa a Festa do Divino Espírito Santo como Patrimônio Cultural Material e Imaterial no município de Governador Celso Ramos-SC, destaca a relevância cultural e histórica desta celebração. A lei foi fundamentada no Projeto de Lei do Legislativo nº 11/2022, que apresentou diversas justificativas para a sua instituição.

Primeiramente, a festa é descrita como uma expressão cultural dinâmica e historicamente contínua, sublinhando sua importância na vida cultural da região. A continuidade da festividade ao longo dos anos ressalta sua capacidade de adaptação e resistência, consolidando-se como um elemento essencial da identidade cultural local. A inserção desta prática no cotidiano dos moradores contribui para a sua perenidade e relevância, fazendo com que a festa do Divino Espírito Santo seja um forte elemento de identidade para a comunidade.

Além disso, a promoção e reconhecimento da festividade por Florianópolis e outros municípios do litoral, bem como sua oficialização como patrimônio cultural de Santa Catarina pela Lei Estadual nº 15.731/2012, reforçam sua importância regional. Esse reconhecimento

estadual destaca a festa não apenas como um evento local, mas como uma manifestação cultural de grande valor para toda a região.

Segundo a lei, a celebração desempenha um papel importante na construção e afirmação da identidade cultural gancheira, incorporando práticas e elementos que legitimam e perpetuam as tradições locais. O reconhecimento oficial por meio da lei ressalta a necessidade de preservar e valorizar essas práticas culturais, assegurando que continuem a ser uma parte vital da vida comunitária e da identidade cultural de Governador Celso Ramos.

Em suma, a Lei Ordinária nº 1.540/2022 não só formaliza a importância da Festa do Divino Espírito Santo, mas também destaca a necessidade de preservar essa tradição como um patrimônio cultural vital. A legislação reconhece a festa como um símbolo de identidade e coesão social, cuja preservação é essencial para a continuidade das práticas culturais e da memória coletiva da comunidade gancheira.

Percebe-se que a Festa do Divino Espírito Santo é um exemplo de como uma celebração religiosa pode transcender fronteiras e adaptar-se a diferentes contextos culturais ao longo dos séculos. A festa preserva tradições ancestrais enquanto incorpora novos elementos e práticas, desempenhando um papel importante na coesão social e assistência aos pobres em Portugal, e tornando-se um marco da identidade cultural de Santa Catarina. A oficialização da festa como patrimônio cultural imaterial em Governador Celso Ramos/SC destacou a esta tradição como um elemento cultural para a comunidade local e a sua continuidade. A preservação das festividades do Divino Espírito Santo celebra qual o passado?

O que, então, foi esquecido nesse cenário? Produziu-se o apagamento de populações, grupos sociais e experiências históricas que não pudessem ser compreendidos a partir daquela imigração, ou que não identificassem com os perfis étnicos priorizados, mesmo nas regiões em estudo. Por força da opção privilegiada pelo elemento europeu e pelo bem arquitetônico, a produção cultural de grupos indígenas e afrodescendentes não ganhou lugar no mapa patrimonial catarinense. Pois o bem patrimonializado passa, antes de tudo, a representar determinados valores, com isso recebendo tratamento distinto em relação a outros bens. Ao mesmo tempo, ele é uma tentativa de impedir um certo tipo de transformação: aquela que venha a significar perda e destruição. É busca de continuidade, não obstante as forças que convidam à impermanência – luta contra o apagamento e o esquecimento. Porém, se por meio da patrimonialização se pretende manter algo como vetor de memória, acaba-se sempre por alimentar algum tipo de esquecimento: por ser fruto de escolha, de seleção, o patrimônio cultural hierarquiza produções culturais, põe em relevo determinados agentes enquanto deixa



outros de lado. (GONÇALVES, 2016) O culto que se rende hoje ao patrimônio deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento. (CHOAY, 2006, p. 12)

Assim, a preservação das festividades do Divino Espírito Santo, embora celebre o passado, deve ser acompanhada de um questionamento crítico sobre quais memórias estão sendo priorizadas e quais estão sendo esquecidas. É fundamental refletir sobre a inclusão de diversas culturas e tradições no processo de tombamento e valorização do patrimônio cultural. Quais são os critérios usados para decidir o que deve ser preservado? Estão sendo contempladas as tradições dos grupos indígenas e afrodescendentes, ou essas continuam marginalizadas? A celebração da Festa do Divino Espírito Santo pode se tornar mais inclusiva e representativa, reconhecendo e incorporando as contribuições de todas as comunidades de Governador Celso Ramos? Essas questões são essenciais para garantir que a preservação do patrimônio cultural não perpetue injustiças históricas, mas sim promova uma memória coletiva abrangente e justa.

Portanto, a proposta de Educação Patrimonial para Governador Celso Ramos/SC aborda a Festa do Divino Espírito Santo de forma crítica, incentivando os estudantes a questionarem as memórias priorizadas e esquecidas. O material didático incorpora atividades que direcionam ao entendimento das diversas tradições do município, associadas a diferentes grupos étnicos. Considerando isso, busca-se revisitar os grupos marginalizados. Utiliza uma variedade de fontes históricas para enriquecer as perspectivas dos estudantes e envolve-os ativamente no estudo do Patrimônio Cultural Imaterial, desenvolvendo habilidades de pesquisa e pensamento crítico.

### **3.2.4 Prática Artesanal do Crivo**

A palavra "crivo" tem uma longa história na língua portuguesa, sendo tão antiga que podemos encontrá-la na obra do padre católico inglês Raphael Bluteau (1638-1734), intitulada "Vocabulário Português e Latino", publicada entre 1712 e 1721. Nessa obra, há três verbetes relacionados: "crivado", "crivar" e "crivo". O significado atribuído a "crivo" por Bluteau é semelhante ao das atuais criveiras de Ganchos: um aro de madeira fino esticado sobre um couro, atualmente substituído por um aro de madeira longo esticado sobre um tecido (BLUTEAU, 1721-1728 *apud* BRENUVIDA, 2018, p. 73).

O crivo pode ser conceituado como um artesanato que ganhou grande expressividade na comunidade gancheira e que consiste num minucioso trabalho manual, cuja origem é

desconhecida (MELO, 2012, p. 69-70). Sendo assim, um produto artesanal que pode ser exclusivo conforme a criatividade da criveira. Essa atividade contribuiu para as questões econômicas e a formação cultural da comunidade. (MELO, 2012, p. 69-70)

Figura 6 – Peça de crivo produzida em Governador Celso Ramos/SC



Fonte: Brenuvida (2018, p. 74)

O Crivo era realizado por mulheres pobres como uma espécie de complemento de renda ao núcleo familiar e comunitário. Outra particularidade é que o Crivo estava relacionados aos preparativos de casamento: “(...) as moças ao casarem levavam como ‘dote’ um enxoval bordado à mão por elas com a ajuda das mães, e algumas toalhas de crivo. Isso caracterizava as moças prendadas e aptas ao casamento”. (SIMÃO, 2006, p. 43).

Nas localidades de Palmas e Canto dos Ganchos do município Governador Celso Ramos, o crivo é praticado em roda. Nas demais localidades encontramos o crivo realizado por mulheres mais idosas, num fazer solitário. Na roda de crivo de Palmas, por exemplo, sempre há uma nova criveira – ainda que não seja gancheira. Não existem manuais escritos para se tecer o crivo, e as poucas revistas de circulação de bordado vendem mais o ponto cruz, o crochê e o tricô, e por uma razão muito simples: o crivo se aprende na partilha. Essa é a razão para o crivo morrer individualmente, e renascer a cada instante numa prática que se coletiviza. (BRENUVIDA, 2018, p. 126)

A senhora Edite, assim descreveu sobre sua confecção.

Primeiro a genti corta um pedaço de linho no tamanho que quer. No caso pode ser para fazer uma toalha de mesa, uma toalha de bandeja, uma barra pra aplicar numa toalha. Depois a gente desfia tecido com uma gilete e agulha de mão. Puxa os fios de um lado e do outro até quadrear. Depois a gente estica o pano no bastidor e começa a tapar. Depois de tapado, começa a urdir. O casear é no final, quando a gente faz o acabamento. No final a gente recorta o crivo do bastidor e engoma na goma de maisena, estica bem ainda molhado e com o ferro quente passa o crivo pra ele fica bem esticado e engomado pra usar ou vender.<sup>28</sup>(MELO, 2012, p. 70)

E compara a antiga moradora,

[...] hoje é, mais fácil trabalhar o crivo. Naquele tempo nos tinha que forçar a vista, não tinha luz, a luz da lamparina clariava pouco, de dia a gente quase não tinha tempo, tinha que lidar com as coisas da casa, limpar o peixe quando tinha serviço. A gente fazia pra encomenda. O mais difícil era engomar o crivo, não tinha luz né, e a gente tinha que botar brasa no ferro pra ele ficar bem quente pra passar bem. Dava uma canseira só. Hoje não, hoje o ferro a luz ajuda mais, não cansa tanto o braço da gente.<sup>29</sup> (MELO, 2012, p. 71)

Durante muitos anos, o crivo serviu para ajudar nas despesas da casa, mesmo com o desenvolvimento da indústria fabril. Segundo a senhora Edite essa atividade era “um dinheirinho” que se ganhava sem sujar as mãos.

As mesmas mãos do trabalho pesado também alinhavavam com delicadeza o pano estendido no bastidor de madeira, que, após dias de trabalho, se transformavam em toalhas de diversos tamanhos, formas e utilidades. O crivo é feito pelas mulheres e, como no passado é uma fonte de renda no orçamento de muitas famílias. (MELO, 2012, p. 68)

Em 2012, Melo (2012) ressaltou a necessidade da prática do crivo tornar-se patrimônio imaterial da cultura local. Ele também mostrou as incertezas da continuidade dessa atividade na região. (MELO, 2012, p. 71)

Numa breve reflexão sobre esse tema nos perguntamos. Até quando essa atividade continuará sendo desenvolvida, tendo em vista que as novas gerações, poucos se interessam por ela? Poucas são as jovens dispostas a aprender essa técnica. Hoje esta vem se restringindo as pessoas mais idosas. Como historiador, receio que essa atividade se perca como tantas outras. (MELO, 2012, p. 71)

A instituição da prática artesanal do crivo como patrimônio cultural, material e imaterial no município de Governador Celso Ramos, deu-se por meio da lei ordinária nº 1350 de 4 de junho de 2019. A lei define o crivo como uma prática artesanal realizada em todo o município. Segundo a lei, a herança do crivo, originada no Arquipélago dos Açores e trazida

<sup>28</sup> Em entrevista registrada por Melo (2012, p. 70)

<sup>29</sup> Em entrevista registrada por Melo (2012, p. 71)

para a região da Grande Florianópolis, onde se desenvolveu e aperfeiçoou desde a segunda metade do século XVIII. Por isso, a lei institui 22 de fevereiro como Dia do Crivo, em comemoração à chegada dos primeiros açorianos a Santa Catarina.

A lei reconheceu o crivo como patrimônio cultural imaterial e ressaltou seu valor não apenas como técnica artesanal, mas também como um elemento de identidade e continuidade cultural para a comunidade de Governador Celso Ramos.

No entanto, ao considerar a oficialização de práticas culturais como o crivo, é necessário refletir sobre o que está sendo deixado de lado nesse processo. Quais outras práticas culturais podem estar sendo negligenciadas ou esquecidas? A oficialização do crivo como patrimônio imaterial inclui verdadeiramente todas as vozes e práticas existentes do município, ou apenas uma parte específica dela? Existe espaço para outras manifestações culturais, especialmente aquelas de grupos historicamente marginalizados, como indígenas e afrodescendentes, no mapa patrimonial de Governador Celso Ramos?

Portanto, a proposta de Educação Patrimonial para Governador Celso Ramos/SC, incentiva os estudantes a questionarem e investigarem quais conhecimentos e práticas culturais têm sido priorizados, e quais foram negligenciados ao longo do tempo. Adicionalmente, ela destaca a relação entre o Patrimônio Cultural Imaterial e a realidade contemporânea dos estudantes.

#### 4 DIMENSÃO PROPOSITIVA

No âmbito do ProfHistória, a dimensão propositiva é estabelecida como um componente obrigatório do trabalho final. Com base na pesquisa realizada nas séries documentais apresentadas neste estudo, a dimensão propositiva se apresenta como uma proposta pedagógica para abordar o tema do patrimônio cultural oficial de Governador Celso Ramos/SC, no Ensino Fundamental na rede municipal de educação, onde atuo como professor de História. Este material, direcionado para os professores de História dos anos finais, tem como objetivo oferecer uma formação mais abrangente para os estudantes.

O desenvolvimento do material didático sobre o patrimônio cultural oficial do município decorre da constatação de sua inexistência na rede municipal de educação de Governador Celso Ramos/SC. Esse tema está ausente no currículo dos Anos Finais e não é contemplado em nenhum momento no material didático utilizado pela rede municipal de educação nesta etapa do Ensino Fundamental. Por isso, essa contribuição foi significativa dentro de um cenário de completo silêncio sobre o tema no currículo dos Anos Finais.

A pesquisa é relevante e singular porque reúne, pela primeira vez, os patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC: a Fortaleza de Santa Cruz, a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, a Prática Artesanal do Crivo e a Festa do Divino Espírito Santo em uma proposta que busca analisar e problematizar a construção desses bens culturais como Patrimônio Cultural, instigando a reflexão da historicidade das edificações e materialidades e das práticas culturais e sociais associadas. Embora existam publicações que abordam esses temas, muitas vezes o fazem de forma isolada, sem relacioná-los à História do município ou ao Ensino de História. Estas publicações não estão presentes nas escolas da rede municipal de educação de Governador Celso Ramos/SC, onde não há recursos educacionais sobre o assunto.

A disponibilidade de um material didático que contemple os patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC permite sua integração no currículo formal e a exploração de diversos períodos históricos. Este material pode ser abordado como tema central ou integrado em abordagens temáticas específicas. A proposta didática desenvolvida como parte dessa pesquisa abre oportunidades para a exploração de diversas fontes históricas no ambiente escolar sobre os patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC, como projetos de leis, decretos, textos acadêmicos, fragmentos de livros, fotos, entre outros. Além de ser uma ferramenta para minha prática docente, este material didático também poderá ser utilizado por outros professores no estudo do tema, estabelecendo um diálogo

com docentes de História, podendo ser utilizado por educadores de outras áreas do conhecimento, indicando a possibilidade e a oportunidade de abordar esse tema em sala de aula. Ou seja, esta proposta didática serve como um recurso pedagógico de apoio para qualquer docente interessado em trabalhar com essa temática.

No que concerne ao direcionamento da dimensão propositiva para a rede municipal de educação de Governador Celso Ramos, menciona-se que a mesma é composta por um conjunto de oito instituições de Educação Básica, das quais somente quatro delas oferecem a etapa dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Estima-se que o corpo docente seja composto por cerca de sete professores de História, ressaltando que a maioria deles possui vínculo efetivo. Além disso, estima-se que o número de discentes matriculados é superior a três mil estudantes.

Entre as diversas concepções e proposições de Educação Patrimonial existentes, o material apresentado nesse trabalho dialoga as abordagens desenvolvidas por Valdinei Deretti (2020): “Ensinar História na Cidade: Uma Proposta de Educação Patrimonial para Guaramirim-SC”. O autor apresentou em seu trabalho uma proposta de Ensino de História para (com e em) cidade, Guaramirim/SC, a partir de um trabalho de Educação Patrimonial, pautado em princípios dos Territórios Educativos que resultou na construção de um material pedagógico, voltado para estudantes/as e professores/as da Educação Básica.<sup>30</sup>

Além disso, uma outra dissertação que contribuiu para a construção da dimensão propositiva desta pesquisa é a de Jeferson Luiz Freitas (2020), intitulada: "Da doxa ao logos: problematizando o Ensino de História e a Educação Patrimonial a partir da escola". O autor apresentou em sua pesquisa como dimensão propositiva materiais didáticos: o diário do estudante - o material didático de atividades - e o caderno de diálogos com o professor - orientações para o desenvolvimento das atividades - , reconhecendo professores e estudantes como sujeitos, apresentam a proposta metodológica a ser desenvolvida a partir da problematização da escola.

Além desses materiais, a publicação do Iphan intitulada "Educação Patrimonial: Inventários Participativos" (2016) também estabeleceu um diálogo com a dimensão propositiva apresentada nesta pesquisa. Conforme mencionado no texto contido no site do

---

<sup>30</sup> A dimensão propositiva de Deretti (2020) consistiu em um conjunto de atividades de observação, análise e reflexão sobre espaços, narrativas e sujeitos históricos da cidade, por meio de estratégias didáticas variadas, como o trabalho com fontes e a realização de um percurso pela rua 28 de agosto da cidade Guaramirim (SC), a partir de 8 pontos previamente definidos. O autor propôs reflexões e interações com diferentes espaços da cidade que, relacionados com os personagens e as fontes, permitem a construção de conhecimentos sobre as histórias e memórias da cidade de Guaramirim, convidando professores/as e estudantes a experienciarem a cidade e aprenderem a partir dela e com ela, buscando a necessária aproximação entre escola e cidade. (DERETTI, 2020)

Iphan, constitui-se uma ferramenta de Educação Patrimonial criada para fomentar a discussão sobre Patrimônio Cultural. A iniciativa visa propiciar aos usuários o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de dados e difusão de informações.<sup>31</sup> (IPHAN, 2023)

Ademais, outras publicações do Iphan contribuiram para o desenvolvimento da dimensão propositiva que por sua vez estão integradas ao material de apoio para as atividades de Educação Patrimonial, o qual se encontra disponível em três diferentes publicações: Educação Patrimonial no Programa Mais Educação - Fascículo 1, Educação Patrimonial no Programa Mais Educação - Manual de Aplicação, Educação Patrimonial no Programa Mais Educação – Fichas do Inventário. (IPHAN, 2023)<sup>32</sup>

A Educação Patrimonial no Mais Educação, de acordo com o Iphan (2023), propõe uma forma dinâmica e criativa da escola se relacionar com o patrimônio cultural de sua região e, a partir dessa ação, ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o patrimônio cultural brasileiro. Esse material contém orientações para elaboração de inventários do patrimônio cultural, oferecendo uma forma de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Possibilita assim, identificar as referências culturais que formam o patrimônio cultural do local. (IPHAN, 2023)

Considerando o professor como interlocutor, parto da perspectiva de que docentes são sujeitos do conhecimento, também pautando-me no princípio da autonomia docente. Como professor proponente, compreendo que esta pesquisa apresenta uma proposta didática para se trabalhar o tema de diferentes maneiras. Portanto, com essa proposta didática não se pretende propor um guia, nem cartilha, nem manual que possa prescrever a prática de outros professores. Com isso, estamos de acordo e compartilhamos a perspectiva de Gil, Pacievitch e Perussatto (2022, p. 83) no sentido de que cada educador/a opera com saberes tecnológicos, historiográficos e pedagógicos próprios e específicos, os quais permitem realizar aulas de História envolvendo o patrimônio. Sendo que essas aulas ocorrem em um contexto situado, considerando suas respectivas turmas, a seleção específica de determinados bens culturais e os objetivos de aprendizagem em História muito diversos, conforme os seus distintos contextos de atuação. Essa abordagem impede a adoção de um guia, roteiro ou método fixo, uma vez que a aula de História deve estar aberta a múltiplas experiências e sensibilidades suscitadas pelo encontro com os patrimônios.

---

<sup>31</sup> Maiores informações no site: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio\\_15x21web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf)

<sup>32</sup> Maiores informações no site: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/582/>

Desse modo, com base nessas considerações e inspirado em Freitas (2020, p. 59), também compreendemos os estudantes como sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, busca-se com essa proposta proporcionar vivências e experiências que os capacitem a desnaturalizar os patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC.

A proposta didática foi pensada para funcionar como um caderno de atividades, atuando como um recurso pedagógico que estimula o processo de aprendizagem. As atividades diversificadas e interativas promovem o desenvolvimento cognitivo e a criatividade dos estudantes. Sendo dinâmico, permite trabalhar isoladamente, apenas um capítulo ou focar no estudo de um patrimônio cultural específico. Esta flexibilidade possibilita adaptar o material às necessidades particulares de cada turma, proporcionando um ensino mais personalizado e orientando a partir de demandas específicas das escolas e estudantes. Além disso, fomenta o interesse e a participação dos discentes, enriquecendo sua experiência educativa. Permitem a execução de qualquer sequência preferida, sempre com o objetivo de construir uma perspectiva junto aos estudantes, ao invés de entregar conhecimento já pré-definido. Promove a pesquisa, a descoberta e a reflexão crítica, valorizando o envolvimento direto do estudante no processo de aprendizagem.

O caderno de atividades acerca dos quatro patrimônios culturais oficiais do município (Fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim, a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, a Prática Artesanal do Crivo e a Festa do Divino Espírito Santo - é destinado a promover o diálogo com os professores. Ele está estruturado em quatro eixos temáticos: Patrimônios Naturais e Arqueológicos: Expressões da Cultura Indígena; Fortificações e Fortalezas: Reflexões sobre Colonização e Escravidão; e Práticas Culturais e Festividades em Governador Celso Ramos/SC.

Figura 7 – Sumário do Caderno de Diálogo com o(a) professor(a)

<b>Eixo 1</b> - Governador Celso Ramos/SC: Um Mosaico de Povos e Culturas.....	4
<b>Eixo 2</b> - Patrimônios Naturais e Arqueológicos: Manifestações das Culturas Indígenas.....	9
<b>Eixo 3</b> - Armações e Fortalezas: Perspectivas Sobre Colonização e Escravidão.....	14
<b>Eixo 4</b> - Práticas Culturais e Festividades em Governador Celso Ramos/SC: Perspectivas sobre o Patrimônio Imaterial.....	26



O material didático está organizado com boxes de diálogo com o docente: Apresentação, Em Sala de Aula, Para Saber Mais, Diálogos Metodológicos, Aprofundando o Tema. O box “Apresentação” fornece uma visão geral e concisa do tema abordado em cada eixo do material didático. Nesta parte, são explicados os principais objetivos e a proposta central de cada eixo, detalhando o tema envolvido, a quantidade de atividades propostas, os tipos de materiais utilizados e a finalidade central do trabalho. “Em Sala de Aula” oferece explicações específicas sobre as atividades, orientando como integrá-las no ambiente educativo. “Para Saber Mais” é um box que oferece referências adicionais, sugestões de leitura e recursos complementares sobre o assunto. “Diálogos Metodológicos” aprofunda os princípios metodológicos que fundamentam esta proposta pedagógica, oferecendo uma reflexão detalhada sobre as abordagens educativas que orientam e sustentam as práticas sugeridas. “Aprofundando o Tema” oferece uma análise detalhada e extensa sobre o assunto abordado, proporcionando assim, uma compreensão mais profunda e abrangente.

Figura 8 – Boxes de diálogo com o/a docente

### Eixo 1

**Governador Celso Ramos/SC: Um Mosaico de Povos e Culturas**

**Atividade 1:**  
Observe as imagens a seguir.

*Imagem 1:*



*Imagem 4:*



*Imagem 2:*



*Imagem 5:*



*Imagem 3:*



*Imagem 6:*



**Em Sala de Aula**  
Professor(a)

As imagens apresentadas são do município de Governador Celso Ramos/SC, incluindo tanto bens culturais patrimonializados quanto não patrimonializados. Por meio dessas imagens, os alunos irão visualizar e interpretar elementos culturais e patrimoniais locais, promovendo uma conexão mais significativa com o conteúdo estudado.

**Diálogos Metodológicos**

Os saberes prévios dos estudantes é um eixo metodológico desta proposta. É fundamental perceber o estudante, não somente como um mero receptor, mas como o ponto inicial no processo de ensino. Nessa perspectiva, tem-se enfatizado a importância de considerar os saberes prévios que os estudantes trazem para a sala de aula.

Você já conhece alguma das imagens apresentadas? Em caso afirmativo, quais?

**a)** Dê um título apropriado para cada imagem.

**b)** Quais dessas imagens podem ser relacionadas ao município de Governador Celso Ramos/SC? Justifique sua resposta.

**c)** Levando em consideração o conceito de Patrimônio Cultural, quais imagens podem ser consideradas patrimônio cultural de Governador Celso Ramos/SC? Justifique sua resposta.

EIXO 1 • Governador Celso Ramos/SC: Um Mosaico de Povos e Culturas

4



Fonte: Caderno de Diálogo com o(a) professor(a). Elaboração do autor.

#### 4.1 DIÁLOGOS COM O PRESENTE E COM OS SABERES PRÉVIOS DOS ESTUDANTES

A importância do estudo da História no ambiente escolar é destacada pela sua capacidade de estabelecer conexões com o presente, permitindo que os estudantes desenvolvam uma análise crítica de sua realidade e, conseqüentemente, do contexto em que estão inseridos. Por meio de um debate profundo sobre os eventos históricos e suas correlações com o momento atual, o educador fornece aos estudantes os recursos necessários para que estes se reconheçam como participantes ativos da história. (SILVA, 2014).

Isso mostra o esforço para criar um diálogo entre as realidades passadas e presentes. Isso beneficia o estudante ao aprofundar seu entendimento sobre o mundo em que vive. Usar eventos atuais para estudar o passado tornam o aprendizado mais significativo para os estudantes. Isso significa usar a realidade presente para entender um passado distante e diferente das experiências dos estudantes. (PEREIRA, 2007, p. 157)

A História ganha destaque no espaço escolar justamente por realizar diálogos com o presente, em que os estudantes concretizam leituras críticas do mundo e, em subseqüência, do meio no qual estão inseridos. Por meio de uma discussão crítica sobre os fatos históricos e suas relações com o presente, o professor acaba oferecendo subsídios para que os estudantes possam se perceber como sujeito integrante da História. (SILVA, 2014)

Para ilustrar esta seção, a descrição e a representação visual das atividades pertinentes a este eixo, conforme contidas na proposta didática, são apresentadas a seguir.

Figura 9 – Imagem da atividade sobre a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC

#### **Atividade 3: Leia a reportagem sobre a aprovação do projeto de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Piedade.**

*Uma conquista para o município: 100 mil reais para a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Piedade*

A Ação Social Paroquial de Governador Celso Ramos, entidade pertencente à Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, recebeu nesta segunda-feira (30/10) aprovação com nota máxima para elaboração de projeto de restauração, conservação preventiva e complementares da Igreja da Armação da Piedade e bens integrados.

*"Acredito que o mais difícil foi reunir a FCC, o IPHAN, a MITRA Diocesana e a Prefeitura, para que juntos, compreendessem que todos ganham com a restauração da igreja: a memória da comunidade, a religiosidade, o comércio e o turismo", disse Brenuvida.*

A revitalização beneficiará católicos, protestantes e evangélicos pentecostais, espíritas kardecistas, fiéis de crenças indígenas e africanas, e até mesmo ateus confessos. Diversos, esses grupos concordam, reverenciam, lutando para preservar a beleza arquitetônica e paisagística, bem como entendem a importância cultural, histórica e turística da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, que se destaca imponente, com praticamente 300 anos de existência e insistência, na belíssima orla da Armação da Piedade. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2023)



Esta reportagem contida na atividade, informa que na segunda-feira, 30 de outubro de 2023, a Ação Social Paroquial de Governador Celso Ramos obteve aprovação para o projeto de restauração e conservação preventiva da Igreja da Armação da Piedade, incluindo também a preservação de bens integrados. Pretende-se com isso debater movimentos recentes da patrimonialização do município, promovendo reflexões sobre: O que isso significa? Quem são esses grupos e instituições envolvidos? Objetiva-se entender criticamente as diferentes entidades envolvidas na preservação do patrimônio cultural, especificamente no contexto da restauração da Igreja de Nossa Senhora da Piedade.

Outra atividade relacionada a esta seção é sobre um evento cultural.

Figura 10 – Imagem da atividade sobre a Prática Artesanal do Crivo

**Atividade 8: Leia a reportagem a seguir**

*Praça da Amizade Calheiros Recebe 1ª Edição do Projeto Cultural Feira da Praça*

*Aberto à população, o evento realizado no Bairro Calheiros contou com exposição, roda de crivo e atrações musicais. A proposta foi dar visibilidade ao artesanato local e proporcionar geração de renda.*

A Praça da Amizade, no Bairro Calheiros, em Governador Celso Ramos, fez jus ao seu nome. No local, o sentimento de amizade esteve presente em meio à população, à cultura e ao artesanato, com a realização da 1ª Edição da Feira da Praça, projeto cultural promovido pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer. A proposta da feira foi dar visibilidade ao artesanato local e proporcionar geração de renda aos artesãos do município e às suas famílias.

A 1ª Edição da Feira da Praça aconteceu entre 9h e 17h. Nesse período, as pessoas que percorreram as 10 barracas montadas pela organização encontraram exposição de artesanato, atrações musicais e culturais do município. Bordados, peças de cerâmica e de madeira e uma diversidade de trabalhos manuais estiveram expostos para que os visitantes pudessem admirar e adquirir os produtos.



Um dos pontos altos do evento foi a roda de crivo. Encantados, os visitantes presenciaram a feição e o entrelaçar de linhas até o bordado de crivo estar finalizado e passar a ser uma peça de trabalho manual que carrega um pouco da história e da cultura do município, tradição que precisa ser preservada e fortalecida como o sentimento de amizade das pessoas que visitaram a feira.

Fonte: Empresa Biguaçuense de Notícias  
Disponível em: <https://empresabiguacuensedenoticias.com/praca-da-amizade-de-calheiros-recebe-1a-edicao-do-projeto-cultural-feira-da-praca/>

**a)** Você já teve a oportunidade de visitar uma feira de artesanato? Descreva sua experiência.  
**b)** Explique o que sabe sobre a prática artesanal do Crivo;  
**c)** Além de organizar uma feira, que outras ações poderiam ser realizadas para aumentar a visibilidade do artesanato local?

Fonte: Caderno de Diálogo com o(a) professor(a). Elaboração do autor, 2024.

A reportagem informa que no sábado, 20 de maio de 2023, a Praça da Amizade, localizada no Bairro Calheiros, em Governador Celso Ramos, sediou a 1ª Edição da Feira da

Praça. Este evento cultural foi promovido pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, com o objetivo de dar visibilidade ao artesanato local e proporcionar geração de renda para os artesãos do município e suas famílias. Esta atividade é uma introdução aos conhecimentos, tradições e práticas culturais em Governador Celso Ramos / SC, ao mesmo tempo que busca explorar outras práticas culturais que são invisibilizadas ou negligenciadas.

#### **4.2 TRABALHANDO COM FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS**

As pessoas produzem cartas, músicas, poemas, fotografias, receitas de alimentos, instrumentos de trabalho, entre outros artefatos e documentos, em resposta a demandas individuais ou coletivas do contexto em que vivem. Quando essas produções humanas se tornam objeto de interesse de historiadores e pesquisadores, são submetidas a uma análise crítica que, ao considerar seu contexto de origem e seus interesses, as transforma em fontes históricas. (BARROS, 2019, p. 1)

Entre essas produções, os documentos históricos surgem com finalidades específicas dentro de suas sociedades. Após sua criação, entram em circulação e cumprem a função para a qual foram concebidos, sendo, por vezes, interpretados, modificados ou utilizados conforme as necessidades sociais e políticas do período. Para que se tornem fontes históricas, é necessário que sejam preservados de maneira adequada. Com o tempo, esses documentos podem ser redescobertos pelos historiadores, que, ao reinterpretá-los à luz de novas abordagens teóricas e metodológicas, os transformam em peças fundamentais para o estudo do passado. A formação de um documento histórico é, portanto, um processo complexo, que envolve sua produção, preservação e, por fim, sua análise crítica pela historiografia. (BARROS, 2019, p. 3-5)

Os documentos históricos desempenham um papel fundamental na promoção do pensamento crítico. Eles desafiam os estudantes a questionar a veracidade e a imparcialidade das fontes, a considerar múltiplas perspectivas e a reconhecer a complexidade dos eventos históricos. Este processo de investigação e interpretação ajuda a desenvolver habilidades de pesquisa e análise que são valiosas não apenas no estudo da história, mas em diversas áreas do conhecimento e da vida cotidiana. (SCHÜTZ; SCHWENGBER, 2017, p. 61)

Segundo os autores, incorporar documentos históricos no ensino de História também oferece uma oportunidade única para explorar a diversidade de experiências e vozes ao longo do tempo. Muitos documentos revelam narrativas que foram marginalizadas ou ignoradas nos

relatos históricos tradicionais, como as histórias de grupos minoritários, mulheres, trabalhadores e outras comunidades menos representadas. Ao estudar estas fontes, os estudantes ganham uma visão mais completa e inclusiva da história, reconhecendo a importância de todas as contribuições para a formação da sociedade atual.

Em suma, o uso de documentos históricos em sala de aula é uma prática indispensável no ensino de História. Ele não apenas enriquece o aprendizado ao proporcionar uma conexão direta e tangível com o passado, mas também desenvolve habilidades críticas e analíticas nos estudantes. Esta abordagem promove um entendimento mais profundo e empático da história, preparando os estudantes para serem cidadãos informados e pensadores críticos na sociedade contemporânea. Eles se tornam fontes essenciais de informação a serem interpretadas, analisadas e comparadas. Além disso, o uso de documentos históricos facilita a transdisciplinaridade, permitindo que os estudantes estabeleçam conexões entre diferentes temas e conhecimentos. (SCHÜTZ ; SCHWENGBER, 2017, p. 65)

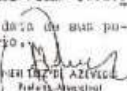
No contexto desta pesquisa, é importante compreender a proveniência dos documentos, para assegurar a relevância das fontes históricas utilizadas no ensino de História. Contextualizar o documento coletado, entendendo o texto no contexto de sua época, permite uma interpretação mais precisa e enriquecedora. É igualmente importante cruzar fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes e identificar mudanças e permanências ao longo do tempo, proporcionando uma análise histórica mais robusta e detalhada (BACELLAR, 2005, p. 72).

Para ilustrar esta seção, a descrição e a representação visual das atividades pertinentes a este eixo, conforme contidas na proposta didática, são apresentadas a seguir.

Apresenta-se a seguir, uma atividade com fonte documental oficial:

Figura 11 – Imagem da atividade com fonte documental oficial

**Atividade 4: Observe os decretos que tratam do tombamento da Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, tanto em nível municipal quanto estadual.**

<p style="text-align: center;"><b>PREFEITURAS MUNICIPAIS</b></p> <p style="text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS</p> <p><b>DECRETO Nº 010/01</b></p> <p>Dispõe sobre o tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Governador Celso Ramos, o qual é de propriedade do Município de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e do conferido com o artigo 70, item II da Lei Complementar nº 5 de 26 de Novembro de 1979.</p> <p><b>DECRETA:</b></p> <p>Artigo 1º - Considera-se como tombados para os efeitos da Lei nº 09/79 as bens móveis e imóveis, pertencentes ao Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, a saber:</p> <p>I - Igreja de Nossa Senhora da Piedade      II - Arte Sacra do séc. XVIII a XIX da Igreja      III - Cemitério Público      IV - Cruzeiro      V - Ruínas localizadas à direita e à esquerda da Igreja</p> <p>Artigo 2º - Por força deste Decreto os bens relacionados no artigo 1º serão inscritos no Livro de Tomba da Prefeitura de conformidade com o disposto no artigo 1º da Lei acima referida.</p> <p>Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Governador Celso Ramos, 12 de Maio de 1993.</p> <p style="text-align: right;">         ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO        Prefeito Municipal     </p>	<p><b>DECRETO Nº 3.458, de 23 de novembro de 2001</b></p> <p>Homologa tombamento de imóveis.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o inciso III do art. 71 da Constituição do Estado, de acordo com o disposto na Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo do Conselho Estadual de Cultura, protocolado sob nº 055/83 de 04 de maio de 1983.</p> <p><b>DECRETA:</b></p> <p>Art. 1º Fica homologado o tombamento, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, da edificação religiosa, no município de Governador Celso Ramos, constituída pela Igreja Nossa Senhora da Piedade, localizada na Praia da Armação da Piedade.</p> <p>Parágrafo único. A área protegida pelo presente Decreto constitui-se do terreno que contém a edificação religiosa, o cemitério anexo, e cruzeiro.</p> <p>Art. 2º Considera-se como entorno da área protegida, para efeitos do art. 16 da referida Lei, a faixa contida nos 100 metros tomados de cada uma das extremidades do bem.</p> <p>Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Florianópolis, 23 de novembro de 2001</p> <p><b>ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO</b>        Governador do Estado</p>
--	--

Fonte: Caderno de Diálogo com o(a) professor(a). Elaboração do autor, 2024.

Esta fonte documental oficial é um decreto da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC sobre o tombamento da Igreja Nossa Senhora da Piedade, Arte Sacra da Igreja, Cemitério Público e Cruzeiro. Sendo assim, permite ao estudante conhecer e trabalhar este tipo de fonte histórica e além disso, desenvolver um conhecimento a partir dele.

Apresenta-se a seguir, uma atividade com fonte bibliográfica acadêmica.

Figura 12 – Imagem da atividade com fonte documental acadêmica

**Atividade 9. Leia o texto a seguir sobre as diferentes perspectivas históricas relacionadas à fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim**

Texto acadêmico: Fortalezas Catarinenses: Patrimônio Cultural e histórias ocultas

A fortaleza, enquanto bem cultural, deve sua existência não apenas aos esforços dos grandes nomes que conceberam, como o brigadeiro José da Silva Paes e os arquitetos responsáveis pelos projetos de restauração nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Ela também está intrinsecamente ligada a uma multiplicidade de outros indivíduos, incluindo indígenas, africanos e afrodescendentes escravizados que as construíram, pedreiros que participaram das obras de restauro, soldados que serviram nessas unidades militares até 1955, prisioneiros executados em 1894, homens e mulheres enviados para os "depósitos de convalescentes", bem como as mulheres que se dedicavam à venda de renda para os soldados ou trabalhavam nesses espaços, entre outros.

Fonte: PEREIRA, Pedro Mülbersted. As dimensões educativas e o processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratones e São José da Ponta Grossa. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2021, p. 149.

Fonte: Caderno de Diálogo com o(a) professor(a). Elaboração do autor, 2024.

As fontes acadêmicas proporcionam uma profundidade de análise, que raramente se encontra em outras fontes. Considerando que foram produzidas por especialistas em determinados campos de estudo, elas são reputadas como confiáveis. Isso significa que podem ser utilizadas para respaldar argumentações, de maneira eficaz. Pretende-se com esta atividade levar os estudantes a uma reflexão crítica sobre as diferentes perspectivas históricas relacionadas à fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, destacando a importância de reconhecer a contribuição de diversos grupos de pessoas na sua construção histórica.

### **4.3 O TRABALHO COM AS IMAGENS POR MEIO DAS FONTES ICONOGRÁFICAS**

Iconografia é o estudo detalhado das diferentes representações visuais. Derivada da palavra grega que significa "escrita da imagem", a iconografia se refere ao estudo da origem e formação das imagens. Nas últimas décadas, houve uma ampliação do uso de documentos em sala de aula, e a imagem se tornou importante por constituir uma linguagem portadora de significado, informações e representação da realidade. Diferente de outros documentos, essa categoria de linguagem foi criada para transmitir uma mensagem própria. Considerando a



importância do uso da iconografia no ensino de História, tratamos a imagem como possibilidade de fonte de pesquisa e de trabalho em sala de aula. As imagens, assim como as histórias, nos informam, remetendo o leitor a outras formas de percepção da realidade. A imagem possui uma mensagem visual, é uma linguagem que expressa e comunica algo a alguém. (CECATTO; MAGALHÃES JUNIOR, 2011, p. 8)

Destaca-se que a iconologia

fundamenta-se em três níveis de significados das artes figurativas: o primário, onde consta a identificação e descrição das formas; o secundário ou convencional, que atesta os motivos artísticos com base em textos e documentos elucidativos, e o terceiro que é o da análise propriamente, sendo aquela que desvenda os valores simbólicos das obras e de sua época, (BAZIN, 1989, p. 179 apud VICENTE, 2000, p. 150)

Nesse sentido, a imagem é polissêmica, ou seja, permite múltiplas interpretações. Muitas vezes, ela não reproduz fielmente o real, mas o representa – especialmente em eventos bélicos. A imagem tem o efeito de realidade, com a capacidade de se assemelhar à própria realidade sem, necessariamente, ser uma reprodução exata dela. Sendo assim, as imagens são percebidas em dois âmbitos fundamentais: o olhar de quem as produz, ou seja, o autor, e o de quem as recebe. Mesmo entre indivíduos que compartilham o mesmo contexto histórico e grupo cultural, diferentes interpretações podem emergir, capazes de atribuir novos sentidos e significados. (VICENTE, 2000, p. 150) Por isso, é fundamental compreender o contexto de produção e as intencionalidades de quem produziu determinada imagem. Independentemente da imagem que nos é apresentada, saber efetivamente elaborar uma leitura do material visual considerando o conceito de representação permitirá adentrar no campo imagético e ampliar a leitura sobre a realidade. Esta abordagem não exclui a linguagem escrita, e vice-versa, pois ambas se complementam. (CECATTO; MAGALHÃES JUNIOR, 2011, p. 14)

Compreender a imagem como portadora de significados construídos através da observação e reflexão requer sensibilidade para entender a caminhada do ser humano ao longo da história. As imagens, além de transmitir informações e evidências históricas, devem ser utilizadas em conjunto com outros documentos para ampliar a leitura do mundo. Essa abordagem permite ao estudante dialogar com diferentes temporalidades históricas e desenvolver uma análise crítica e participativa do conhecimento histórico em sala de aula. (MAGALHÃES JUNIOR, 2011, p. 11). No ensino de História, as imagens são um recurso pedagógico essencial para a compreensão de conhecimentos artísticos e culturais, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico e a reflexão sobre os diversos



contextos históricos e temporais. Portanto, o uso frequente de imagens pelos professores é fundamental para proporcionar um aprendizado significativo, despertar a curiosidade epistemológica e enriquecer a formação cultural dos estudantes. (AMORIM, SILVA, 2016, p. 189)

A iconografia oferece várias opções para interpretação, tornando-se um rico instrumento de informação sobre o que se quer investigar e para conhecer novas dimensões dos contextos históricos. O estudo e uso da iconografia na História são fundamentais para enriquecer a compreensão dos acontecimentos e a formação cultural dos estudantes. (AMORIM, SILVA, 2016, p. 185)

Em suma, é crucial ler, estudar e compreender as imagens, gravuras, desenhos e tudo o que está ao nosso redor. Levar isso para a sala de aula é essencial para despertar e formar o espírito crítico, questionador e reflexivo dos estudantes em relação à complexidade e riqueza da história em vários aspectos. Conhecer o passado simultaneamente com o presente, como a própria história, os modos e as atitudes herdadas do passado, permite uma compreensão mais profunda e contextualizada do nosso patrimônio cultural e histórico. (AMORIM, SILVA, 2016, p. 189)

Por meio das imagens, os estudantes visualizam e interpretam elementos culturais e patrimoniais de Governador Celso Ramos, conectando-se de forma mais significativa com o conteúdo. As imagens ajudam a trazer outros elementos, permitindo que os estudantes explorem e compreendam melhor os bens culturais. Este processo de visualização e interpretação não só enriquece o aprendizado, mas também promove uma conexão com o material estudado, tornando a educação mais envolvente e interativa.

Para ilustrar esta seção, a descrição e a representação visual das atividades pertinentes a este eixo, conforme contidas na proposta didática, são apresentadas a seguir.

Figura 13 – Imagem da atividade com fontes iconográficas

Observe as imagens a seguir:



**a)** Anote os elementos arquitetônicos presentes em cada imagem (ex.: tipo de construção, materiais utilizados, estilo arquitetônico).

**b)** Liste os objetos visíveis em cada imagem e descreva suas possíveis funções.

**c)** Compare as imagens entre si, procurando identificar elementos comuns que possam sugerir que retratam o mesmo local ou período histórico.

**d)** Escreva um parágrafo sobre as possíveis relações entre as imagens, abordando se elas parecem retratar o mesmo local ou período histórico, justificando suas conclusões com base nos detalhes observados.

**e)** Quais imagens acima referem-se a um bem cultural tombado?

Fonte: Elaboração do autor, 2024. Créditos das fotos: Brenuvida, 2024.

Essa atividade apresenta três imagens: a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, ruínas e o Cruzeiro. Os estudantes irão visualizar e interpretar elementos culturais e patrimoniais locais, promovendo uma conexão mais significativa com o conteúdo estudado. Sendo assim, estimula a observação crítica e a análise detalhada de, permitindo aos estudantes desenvolver habilidades de interpretação visual e reflexão histórica.

#### 4.4 TRABALHANDO COM HISTÓRIA ORAL

Há três principais posturas a respeito do status da História oral. A primeira advoga ser a História oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; e a terceira, uma metodologia. Aos defensores da História oral como técnica interessam as experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas. Alguns defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais. A essas pessoas, entretanto, somam-se as que efetivamente concebem a História oral como uma técnica, negando-lhe qualquer pretensão metodológica ou teórica: 'A chamada 'História oral' não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para equipamento em pesquisa e para posterior o seu armazenamento. (AMADO; FERREIRA, 1996)

Os que postulam para a História oral status de disciplina baseiam-se em argumentos complexos, partem de uma ideia fundamental: a História oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos,

este conjunto, por sua vez, orienta as duas outras instâncias, conferindo-lhes significado e emprestando unidade ao novo campo do conhecimento. (AMADO; FERREIRA, 1996)

Ferreira e Franco (2009, p. 92) detectou três linhas de trabalho da História Oral, embora não sejam excludentes e estejam entrecruzadas em muitos casos, mas que revelam abordagens distintas. A primeira delas trabalha com depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Uma segunda abordagem é aquela que privilegia o estudo das representações e atribuiu um papel central às relações entre memória e História, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado. Uma terceira abordagem utiliza como um instrumento de intervenção social voltado especialmente para a recuperação da trajetória de segmentos excluídos e marginalizados ou para registrar memórias de grupos impactados por traumas como guerras, genocídios e massacres.

Na prática didática, um projeto de História Oral pode ser desenvolvido em diferentes contextos, tanto iniciativa individual quanto trabalho coletivo. Um projeto de História Oral abre os caminhos para a exploração da história local e de temas contemporâneos. Nessa perspectiva, esse trabalho possibilita a discussão e o sentido de cooperação no grupo, desenvolvendo habilidades com a própria linguagem, colaborando, assim, para o aprendizado dos estudantes. (FREITAS, 2006, p. 75)

A História Oral possibilita novas versões da História ao escutar múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também do seu imaginário. O método da História Oral possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretção do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial. (FREITAS, 2006, p. 78)

No nosso entender, a grande potencialidade da História Oral é que essa permite a integração com outras fontes, a confrontação entre as fontes escritas e orais e a sua utilização multidisciplinar. Os depoimentos resultam em fontes históricas que são, por excelência, qualitativas, mas todo pesquisador deve-se valer de todas as fontes disponíveis, a fim de obter um quadro, o mais enriquecedor possível, do período ou tema em análise. (FREITAS, 2006, p. 79)

Para ilustrar esta seção, a descrição e a representação visual das atividades pertinentes a este eixo, conforme contidas na proposta didática, são apresentadas a seguir.

Figura 14 – Imagem da atividade com história oral sobre o município

**Atividade 3: Entrevista com moradores locais**

- Formar duplas ou trios de estudantes para a realização das entrevistas.
- Escolher moradores que tenham vivido no bairro por longos períodos, preferencialmente aqueles com mais de 60 anos.
- Anote o nome completo do (a) entrevistado (a), a sua idade, o local do seu nascimento e sua profissão.

Elaborar perguntas com as seguintes temáticas:

**a)** Como era o bairro quando você era jovem?

**b)** Quais foram as principais mudanças observadas ao longo dos anos?

**c)** Quais tradições culturais você considera mais importantes para o bairro?

**d)** Como a pesca e a maricultura influenciaram a vida no bairro?

Após a realização das entrevistas, cada equipe deverá produzir um relatório que resuma as informações coletadas. O relatório deve incluir:

Um breve histórico do bairro com base nas entrevistas. As principais mudanças e transformações observadas pelos moradores. As tradições culturais destacadas e sua importância para a comunidade.

Em seguida, as equipes apresentam suas descobertas para a classe, promovendo um debate sobre a história e a cultura do município.

Fonte: Caderno de Diálogo com o(a) professor(a). Elaboração do autor, 2024.

Esta atividade combina os conhecimentos históricos e culturais do município com as vivências dos residentes, aprimorando o aprendizado dos estudantes a respeito de sua própria comunidade. O uso de entrevistas facilita a participação do estudante na coleta de dados, além de ressaltar a importância de cada indivíduo como sujeito histórico e seu conhecimento sobre o local.

A seguir está outro exemplo de atividade com história oral:

Figura 15 – Imagem da atividade com história oral sobre a Festa do Divino Espírito Santo

**Atividade 5: Entrevista com moradores locais.**

Formar duplas ou trios de estudantes para a realização das entrevistas.

**Sugestão de perguntas:**

- Como a comunidade participa e se envolve nas celebrações?
- Qual é o papel das diferentes gerações (crianças, jovens, adultos, idosos) na festa?
- O que a Festa do Divino Espírito Santo representa para você e para a comunidade?
- Quais aspectos da festa mais destacam a sua importância cultural?
- O que a Festa do Divino Espírito Santo significa para você pessoalmente?
- Como você acha que a festa contribui para a identidade cultural da nossa comunidade?

**Relato da Entrevista:**

Após a visita, cada grupo deve escrever um relato sobre a experiência da entrevista, destacando as respostas dos entrevistados e a importância da festa para a identidade cultural local. Lembre-se de incluir citações diretas dos entrevistados para enriquecer o relato.

Fonte: Caderno de Diálogo com o(a) professor(a). Elaboração do autor, 2024.

Esta atividade possibilita a compreensão da Festa do Divino Espírito Santo, a partir das perspectivas dos residentes locais, ao mesmo tempo que aprimoram suas habilidades de pesquisa e entrevista. A relevância das entrevistas no trabalho com o Patrimônio Cultural consiste na aproximação dos significados atribuídos pelos próprios indivíduos envolvidos.

#### **4.5 SAÍDA DE CAMPO**

Dentre as várias estratégias empregadas por educadores para aprimorar os processos de ensino e aprendizagem, as saídas a campo se destacam. Essas atividades promovem a interação dos estudantes com o ambiente, incentivando a curiosidade e o desejo de aprender, além de fortalecer a relação entre professor e estudante. As saídas a campo sendo atividades práticas podem ser adotadas como uma estratégia de ensino para problematizar e explorar os conteúdos de estudo. (REIS *et al*, 2017, p. 1).

As saídas de campo são caracterizadas como sendo uma estratégia motivadora e estimulante para os estudantes, uma vez que rompem com a rotina diária a que o estudante está sujeito. Estas estratégias acabam por ter um impacto muito positivo nos estudantes, pois permite que o processo de ensino-aprendizagem seja feito fora do edifício escolar, em particular, da sala de aula. (AGUIAR, 2016, p. 10)

Com as saídas de campo, os estudantes concretizam o saber teórico aprendido nas salas de aulas e podem colocar esses saberes em prática por meio do contacto com o meio. Sendo assim, esta prática permite a integração de saberes onde o estudante pode descobrir/aprender novos dados e relacionar com os conhecimentos já aprendidos. (AGUIAR, 2016, p. 16)

Para ilustrar esta seção, a descrição e a representação visual das atividades pertinentes a este eixo, conforme contidas na proposta didática, são apresentadas a seguir.



Figura 16 – Imagem da atividade de saída de campo na Fortaleza da Santa Cruz de Anhatomirim

**Atividade 12: Jornada Imaginativa na Fortaleza de Anhatomirim**

Uma experiência de educação patrimonial inspirada pela imaginação como categoria não implica em demolir o impacto da materialidade de um complexo arquitetônico como a fortaleza de Anhatomirim. Contudo, certas subjetividades são pouco acessadas via conhecimento científico [...] Estar presente, tocar, ver como uma semente para o devaneio é encontrar os encantos de uma educação patrimonial. Nesse sentido, a experiência é espiralada: o patrimônio seria um vetor para a imaginação criadora ou mesmo transformadora, que pode, em certos momentos, se afastar da factualidade (do uso histórico daquele espaço). Nessa busca de sentido, a imaginação do estudante pode retornar ao patrimônio e a sua inegável solidez, num ciclo que não se fecha, mas se retroalimenta numa espiral de dúvidas.

O contato com o patrimônio é a materialização ao mesmo tempo tangível e intangível das experiências humanas ao longo do tempo. Ao invés de repetir discursos da narrativa histórica tradicional enquanto se visita um patrimônio como a fortaleza de Anhatomirim, procurar outras alternativas. Uma abertura para a imaginação implica em não necessariamente pensar o patrimônio como meio direto para a aprendizagem histórica para as pessoas; e sim, em interagir com as pessoas em meio ao patrimônio, para proporcionar, a partir disso, uma disposição para a aprendizagem histórica. Antes de descrever, situar, contextualizar ou definir o patrimônio, é preciso entender que ele é constituído por uma constelação de relações que emerge num espaço específico, a partir da experiência. (SILVEIRA, 2023)

**a)** Uma saída de campo à Fortaleza de Anhatomirim permite conectar-se pessoalmente com o patrimônio histórico, indo além dos fatos para experimentar o local de maneira sensorial e criativa. Pense sobre o que a vida na fortaleza poderia ter sido durante diferentes períodos históricos. Reflita sobre como a imaginação pode ajudar a entender e conectar-se com lugares históricos.

**Durante a Visita:** Enquanto estiver na fortaleza, toque nas paredes, ouça os sons ao redor, observe o ambiente detalhadamente.

Imagine como seria o dia a dia na fortaleza. Pense nas pessoas que poderiam ter passado por lá, seus desafios e suas histórias.

**Coleta de Inspirações:** Anote, grave ou desenhe qualquer coisa que chame sua atenção e que possa inspirar sua história ou criação artística.

Com base em suas observações e imaginação, crie uma história de um personagem fictício que poderia ter vivido e trabalhado na fortaleza.

**Compartilhamento e Reflexão:** Prepare-se para compartilhar sua história com a classe.

Escreva um breve texto refletindo sobre a experiência. Como a atividade ajudou a expandir sua compreensão da história? O que você aprendeu sobre a importância da imaginação na aprendizagem histórica?

Fonte: Caderno de Diálogo com o(a) professor(a). Elaboração do autor, 2024.

Esta atividade oferece uma vivência de educação patrimonial que transcenda os fatos históricos. Pretende-se assim, encorajar os estudantes a utilizar sua imaginação, conectando-se de forma sensorial e criativa à Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.

#### 4.6 INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA EM AÇÃO

A pesquisa é uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 1993, p. 23 *apud* SOUZA, 2010, p. 58)

Freire (2007, p. 29) afirma que não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, pois, segundo o autor, enquanto se ensina, continua-se buscando: ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso, constato; constatando, intervenho; intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço. (FREIRE, 2007, p. 29)

As pesquisas realizadas na disciplina de História possibilitam ao educando o acesso a diferentes pontos de vista em relação a um determinado objeto de estudo, podendo assim, elaborar um novo conhecimento a partir das conclusões elaboradas no decorrer da pesquisa. A pesquisa serve como ponto de partida para alcançar novas fontes de saberes, possibilitando a relação do educando com uma grande variedade de informações sobre um ou vários assuntos. Permite ainda ao estudante contextualizar e dar significados para os conteúdos abordados em sala. (SOUZA, 2010, p. 56)

Para ilustrar esta seção, a descrição e a representação visual das atividades pertinentes a este eixo, conforme contidas na proposta didática, é apresentada a seguir.

Figura 17 – Imagem da atividade de investigação histórica sobre as tradições culturais de Governador Celso Ramos/SC

**Atividade 12: Leia o texto que trata sobre a reflexão de outras manifestações culturais em Governador Celso Ramos/SC**

No entanto, ao considerar a preservação de patrimônios culturais como o crivo, é importante refletir sobre o que está sendo deixado de lado nesse processo. Quais outras tradições culturais podem estar sendo negligenciadas ou esquecidas? A preservação do crivo como patrimônio imaterial inclui verdadeiramente todas as vozes e práticas da comunidade, ou apenas uma parte específica dela? Existe espaço para outras manifestações culturais, especialmente aquelas de grupos historicamente marginalizados, como indígenas e afrodescendentes, no mapa patrimonial de Governador Celso Ramos?

**Pesquisa sobre tradições culturais marginalizadas**

- Divida a turma em grupos e atribua a cada grupo a tarefa de pesquisar uma tradição cultural específica de grupos indígenas, afrodescendentes ou outras comunidades marginalizadas.
- Realize pesquisas online, entrevistas com membros da comunidade e consultas a fontes bibliográficas para documentar a tradição cultural escolhida.
- Elabore um relatório que inclua a história, os principais elementos e a importância cultural da tradição pesquisada.

**Apresentação:**

Cada grupo deve preparar uma apresentação multimídia (slides, vídeos, fotos) para compartilhar suas descobertas com a turma.

Fonte: Caderno de Diálogo com o(a) professor(a). Elaboração do autor, 2024.

Esta atividade pretende explorar as diversas tradições culturais de Governador Celso Ramos/SC e partir disso, explorar os saberes, práticas e manifestações culturais deles.

Os eixos propostos no caderno de atividades sobre os Patrimônios Culturais de Governador Celso Ramos/SC desempenham um papel importante na configuração da proposta de Educação Patrimonial no Ensino de História. Cada eixo contribui de maneira

significativa para a construção de uma abordagem educacional que visa o aprendizado acerca do Patrimônio Cultural local.

O eixo "Diálogos com o Presente e Saberes Prévios dos Estudantes" contextualiza a História no cotidiano dos estudantes, estabelecendo conexões entre o passado e o presente. Ao promover debates que relacionam eventos históricos com questões atuais, os estudantes desenvolvem uma análise crítica de sua realidade, reconhecendo-se como participantes ativos da História. Esse diálogo torna o aprendizado mais significativo e relevante acerca do estudo do Patrimônio Cultural local.

A utilização de documentos históricos como fontes de pesquisa desafia os estudantes a questionar a veracidade e imparcialidade das informações, a considerar múltiplas perspectivas e a reconhecer a complexidade do estudo acerca do Patrimônio Cultural. Este eixo desenvolve habilidades críticas e analíticas, fundamentais para a formação de estudantes críticos. Ele também promove a inclusão de narrativas marginalizadas, proporcionando uma visão mais reflexiva e inclusiva dos bens culturais de Governador Celso Ramos/SC.

O uso de iconografia no ensino de História permite a exploração de diferentes representações visuais e contextos históricos. As imagens servem como uma linguagem portadora de significado, que complementa e enriquece a narrativa escrita. Este eixo incentiva a análise crítica das imagens acerca dos bens culturais de Governador Celso Ramos/SC.

A História Oral escuta a múltiplos narradores e permite a produção de história a partir das palavras daqueles que vivenciaram determinados períodos. Este eixo promove uma abordagem mais democrática e inclusiva da história, integrando memórias individuais e coletivas que muitas vezes são ignoradas pela historiografia oficial. Ele também facilita a confrontação entre fontes escritas e orais, enriquecendo a análise histórica sobre os aspectos do município de Governador Celso Ramos/SC e também a visão das pessoas acerca dos bens culturais patrimonializados do município.

As saídas de campo proporcionam uma aprendizagem significativa ao permitir que os estudantes concretizem o saber teórico aprendido em sala de aula. As saídas de campo incentivam a curiosidade e o desejo de aprender, tornando o processo educacional mais dinâmico e envolvente. Elas possibilitam o contato com o Patrimônio Cultural estudado. Este eixo fortalece a relação entre teoria e prática, promovendo a interligação entre diferentes saberes e a descoberta de novos conhecimentos acerca do Patrimônio Cultural Material, em especial a Fortaleza de Santa Cruz da ilha da Anhatomirim e a Igreja Nossa Senhora da Piedade.



A pesquisa é uma atividade essencial na disciplina de História, permitindo aos estudantes explorar diferentes pontos de vista e elaborar novos conhecimentos. A pesquisa desenvolve habilidades de pensamento crítico e reflexivo, essenciais para a formação de cidadãos conscientes e ativos. Este eixo incentiva a investigação contínua e a busca por novas fontes de saberes, contextualizando os conteúdos abordados em sala de aula acerca dos patrimônios culturais de Governador Celso Ramos/SC.

A integração desses eixos na proposta de Educação Patrimonial no Ensino de História proporciona uma formação abrangente e crítica. Eles promovem a valorização do patrimônio cultural local, incentivam a participação ativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento histórico e desenvolvem habilidades essenciais para a compreensão do tema. Ao utilizar uma abordagem multidimensional que inclui documentos escritos, imagens, fontes orais, saídas de campo e pesquisa, a proposta didática garante uma educação patrimonial inclusiva e representativa da diversidade cultural de Governador Celso Ramos/SC.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta uma proposta pedagógica sobre os patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC: a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, a Igreja Nossa Senhora da Piedade, a Prática Artesanal do Crivo e a Festa do Divino Espírito Santo. A proposta, composta por atividades em diálogo com o professor de História dos Anos Finais da Educação Básica, demonstra potencial para ser utilizada como tema central ou integrada em abordagens temáticas específicas, promovendo o envolvimento com diversos períodos históricos e a investigação de diversas fontes históricas no ambiente escolar.

Com a realização deste trabalho, alcancei o objetivo de aperfeiçoamento profissional: cursar o mestrado e a apresentação de uma pesquisa acadêmica. Esse processo não apenas ampliou meus conhecimentos teóricos e metodológicos, mas também proporcionou um aprofundamento prático em minha área de atuação. A experiência de conduzir uma investigação fortaleceu minhas habilidades de pesquisa e análise, além de contribuir para o meu desenvolvimento como educador e pesquisador.

Por meio deste estudo, obtive uma compreensão mais aprofundada sobre a temática do Patrimônio Cultural. Fui capaz de assimilar várias terminologias empregadas por diversos autores, compreender múltiplas abordagens e adquirir conhecimento sobre as diferentes formas de apropriação e utilização de termos relacionados ao Patrimônio Cultural. Compreendi que a abordagem empregada na pesquisa, envolvendo o Patrimônio Cultural, possui maior relevância do que a nomenclatura pela qual é denominada.

Esta pesquisa apresentou informações acerca dos aspectos históricos, culturais e econômicos do município de Governador Celso Ramos/SC, fundamentando-se em uma bibliografia diversificada. Incluiu autores com enfoques tradicionais e perspectivas mais abrangentes sobre o município, além de obras que tratam de grupos frequentemente negligenciados na historiografia tradicional, como indígenas e africanos.

A análise das dissertações do ProffHistória, defendidas no período de 2016 a 2021 nas instituições associadas em Santa Catarina, UFSC e UDESC, que referenciaram algum Patrimônio Cultural oficial, evidenciou a ênfase no uso do patrimônio como ferramenta de ensino e no incentivo ao pensamento histórico, mas também demonstrou a falta de visibilidade para diferentes povos e etnias, destacando a herança colonial do campo. As pesquisas não exploraram o estudo do patrimônio em diversas regiões do estado, permanecendo centradas no patrimônio material.

Percebe-se que ainda persiste a ausência do estudo do patrimônio cultural local nos materiais didáticos oferecidos pela rede municipal de educação de Governador Celso Ramos. O tema está presente no currículo dos Anos Iniciais, mas ausente nos materiais didáticos deste segmento e também dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Essa constatação reforça a relevância desta investigação, uma vez que apresenta um material didático cujo objetivo é atender ao que está previsto no currículo – o estudo do patrimônio cultural local.

Assim, a contribuição para o ensino de História consistiu na elaboração de uma proposta didática aos professores de História dos Anos Finais da Educação Básica da rede municipal de Educação de Governador Celso Ramos/SC sobre os patrimônios culturais oficiais do município. Este caderno de atividades focado no patrimônio cultural oficial do município surge como resposta à sua ausência detectada na rede municipal de educação, reunindo pela primeira vez o estudo dos patrimônios culturais oficiais de Governador Celso Ramos/SC em um único recurso educacional.

Esta proposta didática visa preencher a lacuna existente e proporcionar uma formação mais abrangente aos professores e estudantes. O material de ensino ajuda no estudo de diferentes períodos da História, podendo ser usado como tema principal ou parte de assuntos específicos. Isso também permite a exploração de várias fontes históricas na sala de aula relacionadas ao patrimônio cultural oficial local. O caderno inclui encaminhamentos pedagógicos, possibilidades metodológicas e sugestões de sites e bibliografia. A estrutura do material está organizada em quatro capítulos: o primeiro capítulo apresenta os aspectos históricos de Governador Celso Ramos/SC, o segundo capítulo, intitulado "Patrimônios Naturais e Arqueológicos", foca nas manifestações culturais indígenas, o terceiro capítulo, denominado "Armações e Fortalezas", oferece perspectivas sobre os processos de colonização e escravidão na região, e o quarto capítulo se dedica a explorar as práticas culturais e festividades em Governador Celso Ramos/SC.

A contribuição do meu material para o ensino do Patrimônio Cultural de Governador Celso Ramos/SC é multifacetada. Primeiramente, ele preenche uma lacuna existente nos materiais didáticos oferecidos pela rede municipal de educação, que atualmente não apresenta conteúdos específicos sobre o patrimônio cultural local, especialmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Ao reunir informações sobre a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, a Igreja Nossa Senhora da Piedade, a Prática Artesanal do Crivo e a Festa do Divino Espírito Santo, o material proporciona uma fundamentação teórica com práticas pedagógicas para que os professores possam abordar esses temas de maneira estruturada e contextualizada.

O papel transformador do material reside na sua capacidade de incentivar uma abordagem crítica e inclusiva do patrimônio cultural. Ao problematizar quais memórias são priorizadas e quais são esquecidas, o material convida os estudantes a refletirem sobre a complexidade da história local, incluindo as contribuições e as experiências dos grupos marginalizados, como indígenas e afrodescendentes. Isso promove uma compreensão mais justa e abrangente da história, desafiando a narrativa hegemônica e colonial que muitas vezes domina os materiais educativos.

A presente pesquisa, juntamente com a dimensão propositiva - o caderno de atividades – contribuíram no aprimoramento de minha prática docente. Ambos me proporcionaram uma compreensão mais profunda acerca do Patrimônio Cultural e a relevância de uma abordagem pedagógica que enfatize múltiplas perspectivas e utilize uma diversidade de fontes na sala de aula. Essa compreensão me inspirou a implementar práticas pedagógicas inclusivas e reflexivas em sala de aula. Isso inclui valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, uso da História oral, envolver pessoas de diversas etnias e classes sociais do bairro nas atividades educacionais, além de fomentar uma visão crítica sobre as fontes utilizadas em determinado assunto.

Quanto ao futuro do material, vislumbro um impacto positivo tanto na minha sala de aula quanto na de outros colegas. O caderno de atividades oferece uma ferramenta prática e acessível para professores de História, permitindo a integração do patrimônio cultural local no currículo de maneira envolvente e interativa. Espero que ele sirva como um catalisador para discussões mais profundas sobre a história e a cultura de Governador Celso Ramos/SC, inspirando tanto estudantes quanto educadores ao patrimônio cultural local. Além disso, vejo potencial para que o material seja utilizado em programas de formação continuada para professores, ampliando seu alcance e impacto transformador.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Joel Diogo Birrento. **A pertinência da saída de campo no processo de aprendizagem em História e Geografia.** O caso do Douro Vinhateiro. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.
- ALVES, Joi Cletison (Org). **Colóquio NEA 30 anos de história: preservando a herança cultural açoriana em Santa Catarina.** Florianópolis: NEA/UFSC, 2016.
- AMORIM, Roseane Maria de; SILVA, Cintia Gomes da. **O uso das imagens no ensino de história: reflexão sobre o uso e a interpretação das imagens dos povos indígenas.** História & Ensino, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 165–187, 2016.
- ARAUJO, Maria Bethânia de; MOREIRA, Luana Zucoloto Mattos. **Sistema de Ensino Aprende Brasil.** Orientações metodológicas, História 3º ano, volume 4. Aprende Brasil: Curitiba, 2019.
- ARAUJO, Maria Bethânia de; MOREIRA, Luana Zucoloto Mattos. **Sistema de Ensino Aprende Brasil.** Livro Didático Integrado. História 4º ano, volume 4. Aprende Brasil: Curitiba, 2019.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos.** História e Parcerias. ANPUH RJ, 2019
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 3 jul. 2023
- BRASIL. **Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 dez. 2010. Seção 1, p. 1-2.
- BRENUVIDA, W. W.. **Ganchos/SC: a mudança na denominação do município e o reflexo sobre a memória e o patrimônio histórico.** In: ALVES, Joi Cletison (Org). Colóquio NEA 30 anos de história: preservando a herança cultural açoriana em Santa Catarina. 1ª ed. Florianópolis: NEA/UFSC, 2016.
- BRENUVIDA, W. W.. **De Ganchos à Governador Celso Ramos: Memória e construção do lugar.** In: Vera Lucia Nehls Dias. (Org.). Governador Celso Ramos: Dinâmicas e perspectivas. 1 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2017.
- BRENUVIDA, William Wollinger. **Para além do crivo: circulação de sentidos na prática de mulheres em Ganchos/SC.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2018.
- CABRAL, Magaly de Oliveira. **Memória, patrimônio e educação.** Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, n. 13, p. 35-42, 2004.

CAIMI, F. E. **Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes.** Revista História Hoje, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 21–40, 2018. DOI: 10.20949/rhhj.v7i14.465. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/465>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CÂMARA Municipal de Governador Celso Ramos. **Proposições. Projeto de Lei Ordinária N° 44/2019.** Disponível em: <https://www.camaragrsc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Leis-Ordinarias/0/1/0/3666> Acesso em: 10 out. 2023.

CÂMARA Municipal de Governador Celso Ramos. **Proposições. Projeto de Lei Do Legislativo N° 0011/2022** Disponível em: <https://www.camaragrsc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Leis-do-Legislativo/0/1/0/13656> Acesso em: 10 out. 2023.

CECATTO, Adriano; MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano. **A iconografia e o ensino de história: potencialidades e possibilidades.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Universidade Estadual do Ceará, 2011, p. 1-15.

CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação.** Revista Eletrônica do Iphan. Dossiê Educação Patrimonial N°, 2013.

**COORDENADORIA das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - CFISC/UFSC.** Disponível em: <https://fortalezas.ufsc.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

CORRÊA, Vanesca Cabral. **Intervenções nas imagens da cidade: pistas para uma educação geográfica.** Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas.** In: Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35, 2020.

DEMARCHI, João Lorandi. **Perspectivas para Atuação em Educação Patrimonial.** Revista CPC, São Paulo, n. 22, p. 267-291, jul./dez. 2016.

DEMARCHI, J. L. **O que é, afinal, a educação patrimonial? uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial.** Revista CPC, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 140-162, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144337>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

DERETTI, Valdinei. **Ensinar História na cidade: uma proposta de educação patrimonial para Guaramirim/SC.** Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

DIAS, Vera Lucia Nehls (Org.). **Governador Celso Ramos: dinâmicas e perspectivas.** Florianópolis: Insular. 2017.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA. Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos. **Atos Oficiais, n. 5000044**. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br/atos/5000044>. Acesso em: 11 out. 2023.

DOMINGUES, Analéia. **A inserção do grupo positivo de ensino no sistema educacional público: a educação sob o controle do empresariado**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Inventários Participativos**. IPHAN. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio\\_15x21web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf). Acesso em: 23 jun. 2023.

FARIAS, Vilson Francisco. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo. 500 anos, litoral catarinense**. Florianópolis: Edição do autor, 2000.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 265-276, set. 1992-ago.-1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. orgs. **Usos & Abusos da História Oral**. RJ: Ed. Ed. FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo história: reflexão e ensino**. Editora do Brasil, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 13<sup>o</sup> ed. amp. e rev. Campinas/SP: Papyrus, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 35<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, Jeferson Luiz. **Da doxa ao logos: Problematizando o ensino de História e a educação patrimonial a partir da escola**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2020.

FUNDAÇÃO Genésio Miranda Lins. **Museu Histórico de Itajaí**. Disponível em: <https://fgml.itajai.sc.gov.br/museu-historico>. Acesso em: 10 out. 2023.

FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS. Museu Histórico de Itajaí. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/16298/museu-historico-de-itajai-esta-reaberto-ao-publico>. Acesso em: 10 out. 2023.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; POSSAMAI, Zita Rosane. **Educação Patrimonial: percursos, concepções e apropriações**. MOUSEION, Canoas, n. 19, dez., 2014, p. 13-26. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1874> Acesso em: 15 de maio de 2023.



GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017)**. Clio. Recife, PE. Vol. 31, n. 1 (jan./jun. 2020), 107-127. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/243720> Acesso em: 15 de maio de 2023.

GIL, Carmem Zeli de Vargas e PACIEVITCH, Caroline. **Patrimônio e ensino no ProfHistória: discussões teórico-metodológicas**. Revista Eletrônica Documento/Monumento. Vol. 26, nº 1 (Ago/2019).

GIL, Carmem Zeli de Vargas; SILVA, Mônica Martins da. **Notas de aula com o patrimônio cultural: exercícios de "teorização prática sobre a prática de ensinar História"**. In: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira. (Org.). Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 1ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2021, v. 1, p. 131-150.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Educação Patrimonial no Ensino de História: reconhecer, valorizar e reparar**. Palavras ABEHrtas, [S. 1.], n. 4, 2021. Disponível em: <https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/38>. Acesso em: 10 out. 2023.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline; PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Pensar historicamente com a educação patrimonial: um não-guia**. Sillogés. Porto Alegre: Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul. Vol. 5, n. 1 (jan./jun. 2022), p. 56-87, 2022.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; SILVA, Mônica Martins da. **Decolonizar o Patrimônio Cultural no Ensino de História: Exercícios de insurgências epistêmicas**. In: MIRANDA, Claudia; PAIM, Elison Antonio; ARAÚJO, Helena Maria Marques (org.). Em busca de histórias outras: perspectivas decoloniais na América Latina. Curitiba: WAS Edições, 2022. 349 p. ISBN 9786599384677.

GONÇALVES, Ana; DE MARI, Cezar Luiz. **Os projetos políticos pedagógicos de educação patrimonial: uma análise das propostas da UNESCO**. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5513> (Trabalho original publicado em 2023) Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5513>. Acesso em: 10 out. 2023.

GONÇALVES, Janice. **Da Educação do Público à Participação Cidadã: Sobre Ações Educativas e Patrimônio Cultural**. Revista Mouseion. Canoas, Unilasalle, n. 18, dezembro de 2014, p. 83-97.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016.

GONÇALVES, Janice. **Patrimônio cultural: a educação em múltiplos sentidos**. Patrimônio, ensino e educação: formação profissional. Porto Alegre, RS: Centro Histórico-Cultural Santa Casa, 1 ed. p. 36-49, 2017.

GOVERNADOR CELSO RAMOS(SC). **Cultura açoriana: identidade do povo gancheiro**. São José: Premier/Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, 2011.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC. **Reorientação Curricular da Rede Municipal de Governador Celso Ramos/SC**, Governador Celso Ramos, 2022.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, **Lei nº 1350, DE 4 DE JUNHO DE 2019**. Disponível em: <https://governadorcelsoramos.sc.gov.br/legislacao/norma-416513/> Acesso em: 10 de junho de 2023.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, **Lei nº 1.540 DE 2022**. Disponível em: <https://governadorcelsoramos.sc.gov.br/legislacao/norma-555266/> Acesso em: 10 de junho de 2023.

GRINSPUM, Denise. **Educação para o patrimônio: museus de arte e escola, responsabilidade compartilhada na formação de públicos**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades@IBGE: Governador Celso Ramos/SC**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/governador-celso-ramos/panorama>. Acesso em: 19 de junho de 2023

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades@IBGE: Itajaí - SC**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itajai/panorama>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Catálogo da Biblioteca**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=448170&view=detalhes>. Acesso em: 19/06/2023.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Comitê de Estatísticas Sociais**. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/prova-brasil.html> Acesso em: 26 de jan. de 2024.

IGNÁCIO, Carlos Eduardo; ARDIGO, Julibio David; UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha **Museu histórico de Itajaí: lugar de educação e memória**. Informação & Informação, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 180–204, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n2p180. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40843>. Acesso em: 29 jun. 2023.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em: 10 de junho de 2023.

**LAGUNA (SC)**. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/397/> Acesso em: 30 out. de 2023.

**LÍNGUA Guarani M'bya**. (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/182/> Acesso em: 30 de out. 2023.

MACHADO, Diego Finder. **O insustentável peso do passado: profanações de monumentos públicos e reivindicações pelo reconhecimento das infâmias da história.** In: 7º Curso de Formação Continuada da Olimpíada Nacional em História do Brasil: “Patrimônio Cultural e Ensino de História: Desafios do e no Tempo Presente”. Universidade Estadual de Campinas/SP, 2023.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

MARQUARDT, Jaqueline. **O Museu Nacional do Mar e seu acervo: uma proposta metodológica para o ensino de história.** 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2019.

**MATERIAL DE APOIO - Mais Educação.** IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/582/> Acesso em: 23 jun. 2023.

MATTOS, Tarcísio (Org.). **Feito a mão: o artesanato de Santa Catarina.** Florianópolis: Tempo Editorial, 2008.

MELO, Aduino Jorceli de. **Ganchos, memórias do ontem: vida, linguagem e identidades.** Governador Celso Ramos: Ed. do autor, 2012.

MELO, Alan Dutra de; FRAGA, Hilda Jaqueline de. **O patrimônio cultural em debate: entrevista com Pedro Paulo Abreu Funari.** Revista Missões (Revista de Ciências Humanas e Sociais). V. 8, n. 1, jan-abr, 2022.

MENEGUELLO, Cristina. **Videoaula disponibilizada no 7º Curso de Formação Continuada da Olimpíada Nacional em História do Brasil: “Patrimônio Cultural e Ensino de História: Desafios do e no Tempo Presente”.** Universidade Estadual de Campinas/SP, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4rcDHGUazP4>. Acesso em: 10 de fev. 2023.

MENEGUELLO, Cristina. **“Carne contra Pedra – confrontos entre corpos e estátuas”.** MENEGUELLO, Cristina; BENTIVOGLIO, Júlio. **Corpos e Pedras: estátuas, monumentos e história.** Vitória: Editora Milfontes, 2022, p. 43-82.

MENEGUELLO, Cristina. **Corpos e Pedras: estátuas, monumentalidade e história.** In: 7º Curso de Formação Continuada da Olimpíada Nacional em História do Brasil: “Patrimônio Cultural e Ensino de História: Desafios do e no Tempo Presente”. Universidade Estadual de Campinas/SP, 2023.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** In: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto: IPHAN, 2009.

MEYER, André Felipe. **Um click na Tekoá: elaboração de um site de produção de narrativas audiovisuais através de fontes Guarani.** Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Josenilda Sales De et al.. **Currículo tradicional e ensino de história: emancipar x docilizar**. Anais III CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/20612>>. Acesso em: 31/07/2023

OPPITZ, Gabriela. **VIVENDO A PAISAGEM: Contribuições transdisciplinares para o estudo do contexto regional de sambaquis do litoral central de Santa Catarina**. Monografia. Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PAIM, Elison Antonio. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2005.

PAIM, E. A., PINHEIRO, P.M. e DE PAULA, J. B. **Educação, relações etnicorraciais e decolonização na práxis de professores/as**. *Perspectiva*. [S. l.], v. 37, n. 2, p. 437–452, 2019.

PAIM, Elison Antonio. **Proposta curricular de Santa Catarina: ensino de História, memória e patrimônio cultural**. DOI: 10.5216/o.v15i1.30755. OPSIS, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 235–256, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/30755>. Acesso em: 10 out. 2023.

PEREIRA, Nilton Mullet. **O Ensino de História e o Presente**. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 151-166, 2007.

PEREIRA, Pedro Mülbersted. **O processo de patrimonialização da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: discursos, restauro, usos (1970-1992)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

PEREIRA, Pedro Mülbersted. **As dimensões educativas e o processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Rationes e São José da Ponta Grossa**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

PREFEITURA Municipal de Itajaí. **Itajaí cresce 4,4% e se torna a 5ª cidade mais populosa de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.itajai.sc.gov.br/noticia/30572/itajai-cresce-44-e-se-torna-a-5-cidade-mais-populosa-de-santa-catarina>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

PREFEITURA Municipal de Itajaí. **Palácio Marcos Konder completa 96 anos de história**. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/27543/palacio-marcos-konder-completa-96-anos-de-historia>. Acesso em: 19/06/2023.

PROFHISTÓRIA. **Dissertações**. Disponível em: <https://www.profhistoria.com.br/articles?sort=title:ASC>. Acesso em: 3 jul. 2023.

RAMOS, Elaine Gonçalves. **O patrimônio histórico educativo como prática de ensino-aprendizagem**. *Boletim Historiar*, vol. 08, n. 04, p. 43-55, Out./Dez. 2021. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar> Acesso em: 10 de junho de 2023.

REGINATO, Vanderlise Ines Prigol. **O sistema de ensino Aprende Brasil: a experiência da reforma empresarial da educação em São José do ouro em 2021**. Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 9-33, 2022. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/14192>. Acesso em: 10 out. 2023.

REINIG, Marília Segabinazzi. **Do mercado do sucesso ao sucesso de um mercado: sobre soluções educacionais, avaliação e inclusão**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00007b/00007bfa.pdf> Acesso em: 10 out. 2023.

REIS, Erisnaldo Francisco et al. **Saídas a campo: possibilidades de ensino e aprendizagem em ambiente não formal**. Ciência em tela, v. 10, n. 1, 2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis: SED, 2020. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/31692-propostas-curriculares-de-sc-e-curriculo-base-2> Acesso em: 05 de maio de 2023.

SANTA CATARINA, **Decreto nº 3.458, de 23 de novembro de 2001**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-3458-2001-santa-catarina-homologa-tombamento-de-imoveis> Acesso em: 10 de junho de 2023.

SAVEDRA, Daniel Marcelo. **A História na escola e a escola na História: Patrimônio e aprendizagem histórica na Escola Estadual Básica Jerônimo Coelho. Laguna/SC (2017)**. Dissertação (Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

SCIENTIA Consultoria Científica. **Arqueologia Preventiva associada à implantação do OSX Estaleiro, na Baía de São Miguel, Município de Biguaçu, SC: diagnóstico do patrimônio arqueológico, avaliação de riscos e programas**. Projeto de Pesquisa. Florianópolis, 2011.

SCIFONI, Simone. **Desafios para uma nova educação patrimonial**. Teias, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017.

SCIFONI, Simone. **Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo**. Revista CPC, São Paulo, v. 14, n. 27 esp, p. 14-31, jan./jul. 2019.

SCIFONI, Simone. **O patrimônio desigual: cidade, memória e a classe trabalhadora**. 2022. Tese (Livre Docência em Geografia Urbana e Patrimônio Cultural) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. DOI: 10.11606/T.8.2022.tde-31012023-133018. Acesso em: 10 de out de 2023.

SCHÜTZ, Jenerton Arlan; SCHWENGBER, Ivan Luís. **A utilização de documentos históricos em sala de aula**. Revista Mediação (ISSN 1980-556X) , v. 2, pág. 61-71, 2017.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

SILVA, Mônica Martins da. **História regional e patrimônio cultural: reflexões sobre educação e cultura no ensino de História**. In.: PAIM, Alison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima. Educar em tempos e espaços que se cruzam (ruas, escolas, museus e arquivos). Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

SILVA, Mônica Martins da. **A Festa do Divino. Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 2000.

SILVA, Tiago. **Hoje tem aula de história! Prática docente e construção do pertencimento identitário no espaço escolar público**. Revista Conhecimento Online, v. 1, 2014.

SIMÃO, Miguel João. **Ganchos: um pedacinho de Portugal no Brasil**. Edição do autor: Governador Celso Ramos, 1997.

SISTEMA de Ensino Aprende Brasil. **Livros Didáticos Integrados**. Disponível em: <https://aprendebrasil.com.br/livros-didaticos/> Acesso em: 03 de Ago de 2023.

STRÖHER, C. E.; MONTEIRO, F. de S. **As políticas do PNLD e as escolhas dos livros didáticos pelos professores de história**. *Revista História Hoje*, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 218–238, 2018. DOI: 10.20949/rhhj.v7i14.463. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/463>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SOUZA, João Pacheco de. **Armação baleeira de São Joaquim de Garopaba: um olhar sobre a história de um patrimônio**. Joinville: UNIVILLE, 2016.

SOUZA, Gilson Luiz Rodrigues. **A Importância da Pesquisa no Ensino de História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. *Revista Brasileira de Educação e Cultura| RBEC| ISSN 2237-3098*, p. 55-65, 2010.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Patrimônio cultural e discursos museológicos: narrativas de memórias e identidades locais**. MIDAS. *Museus e estudos interdisciplinares*, n. 6, 2016.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação Patrimonial Decolonial: Perspectivas e Entraves nas Práticas de Patrimonialização Federal**. *Sillogés* – v. 1, n. 1, jan./jul. 2018.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial na escola, com a escola e para além da escola: uma conversa com professoras e professores em diálogo com Paulo Freire**. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 63, n. 19, p. 107-116, 24 Jun. 2022.

UCHÔA, Carlos Eduardo. **Fortalezas catarinenses: a estória contada pelo povo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

VALENTE, Laura M. **Sistema de Ensino Aprende Brasil**. Ensino Fundamental, História regional, 3º ano, história de Santa Catarina. Aprende Brasil: Curitiba, 2021.

VALENTE, Laura M. et al **Sistema de Ensino Aprende Brasil**. Ensino Fundamental, História regional, 4º ano, história de Santa Catarina. Aprende Brasil: Curitiba, 2021.

VICENTE, Tania Aparecida DE SOUZA. **Metodologia da análise de imagens.** Contracampo, 2000.

VISANI, Mylene Silva De Pontes. **Construindo visibilidades na cidade de São José/SC: Uma Proposta de ensino de História e Patrimônio Cultural dos povos africanos e afrodescendentes.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2018.

ZIMMERMANN, Fernanda. **O funcionamento da Armação da Lagoinha: hierarquia do trabalho e o controle dos escravos na caça à baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825).** 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

ZIMMERMANN, Fernanda. **De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme - SC: 1800-1860.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0403-D.pdf> Acesso em: 16 abril de 2023.

Um olhar sobre os  
***Patrimônios Culturais*** de  
***Governador Celso Ramos/SC***

*Caderno de diálogo com o(a) professor(a)*





Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Silva, Tiago Nilson da

Um olhar sobre os Patrimônios Culturais de Governador Celso Ramos/SC : Caderno de diálogo com o(a) professor(a) / Tiago Nilson da Silva ; orientadora, Mônica Martins da Silva, 2024.

41 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ensino de História. 2. Educação Patrimonial. 3. Patrimônio Cultural local. 4. Governador Celso Ramos/SC. 5. Caderno de Atividades. I. Silva, Mônica Martins da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. III. Título.

## Apresentação

Este caderno apresenta uma proposta didática direcionada para professores de História da Educação Básica de Governador Celso Ramos/SC, dentre outros docentes, que desejam desenvolver a temática do Patrimônio Cultural em sala de aula. Esta proposta foi desenvolvida a partir de uma pesquisa de mestrado intitulada “Ensinar História com o Patrimônio Cultural: Uma proposta de Educação Patrimonial para Governador Celso Ramos/SC”.

O material apresenta uma proposta de trabalho contendo atividades acerca dos quatro patrimônios culturais oficiais do município (Fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim, a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, a Prática Artesanal do Crivo e a Festa do Divino Espírito Santo) estruturadas em quatro eixos temáticos: **Patrimônios Naturais e Arqueológicos: Expressões da Cultura Indígena; Fortificações e Fortalezas: Reflexões sobre Colonização e Escravidão; e Práticas Culturais e Festividades em Governador Celso Ramos/SC.**

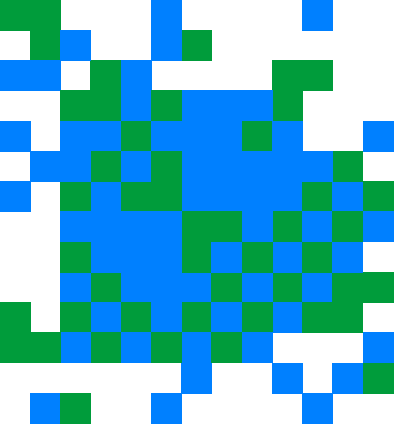
Professor(a), o material está organizado com boxes: **Apresentação, Em Sala de Aula, Para Saber Mais, Diálogos Metodológicos, Aprofundando o Tema.** O box “Apresentação” fornece uma visão geral e concisa do tema abordado em cada eixo do material didático. Nesta parte, são explicados os principais objetivos e a proposta central de cada eixo, detalhando o tema envolvido, a quantidade de atividades propostas, os tipos de materiais utilizados e a finalidade central do trabalho. “Em Sala de Aula” oferece explicações específicas sobre as atividades, orientando como integrá-las no ambiente educativo.

“Para Saber Mais” é um box que oferece referências adicionais, sugestões de leitura e recursos complementares sobre o assunto. “Diálogos Metodológicos” aprofunda os princípios metodológicos que fundamentam esta proposta pedagógica, oferecendo uma reflexão detalhada sobre as abordagens educativas que orientam e sustentam as práticas sugeridas. “Aprofundando o Tema” oferece uma análise detalhada e extensa sobre o assunto abordado, proporcionando assim, uma compreensão mais profunda e abrangente.

Por meio de leituras, análises e reflexões sugeridas ao longo do material, o professor e a professora terá a oportunidade de estudar os Patrimônios Culturais deste município, contextualizando-os com os aspectos históricos de Governador Celso Ramos/SC.

Desejamos que as atividades e reflexões propostas possam não apenas enriquecer, mas também aprofundar sua compreensão sobre os temas em debate.





## **Sumário**

<b>Eixo 1</b> - Governador Celso Ramos/SC: Um Mosaico de Povos e Culturas.....	4
<b>Eixo 2</b> - Patrimônios Naturais e Arqueológicos: Manifestações das Culturas Indígenas.....	9
<b>Eixo 3</b> - Armações e Fortalezas: Perspectivas Sobre Colonização e Escravidão.....	14
<b>Eixo 4</b> - Práticas Culturais e Festividades em Governador Celso Ramos/SC: Perspectivas sobre o Patrimônio Imaterial.....	26



# Eixo 1

Governador Celso Ramos/SC: Um Mosaico de Povos e Culturas

## Apresentação

O Eixo explora os aspectos históricos, geográficos e culturais de Governador Celso Ramos/SC, refletindo sobre a origem e a mudança do nome do município.

Ele é composto por quatro atividades principais, com imagens, mapas, textos, entrevistas. As atividades são projetadas para enriquecer o conhecimento dos estudantes, incentivando a observação, a análise crítica, a pesquisa e o engajamento comunitário. Elas visam a desenvolver habilidades de pesquisa, entrevista, análise, interpretação de fontes documentais e reflexão crítica.

A finalidade central deste eixo consiste na compreensão aprofundada da diversidade cultural e histórica de Governador Celso Ramos/SC.

## Atividade 1:

Observe as imagens a seguir.

*Imagem 1:*



*Imagem 2:*



*Imagem 3:*



*Imagem 4:*



*Imagem 5:*



*Imagem 6:*



## Em Sala de Aula

Professor(a)

As imagens apresentadas são do município de Governador Celso Ramos/SC, incluindo tanto bens culturais patrimonializados quanto não patrimonializados. Por meio dessas imagens, os estudantes irão visualizar e interpretar elementos culturais e patrimoniais locais, promovendo uma conexão mais significativa com o conteúdo estudado.

## Diálogos Metodológicos

Os saberes prévios dos estudantes é um eixo metodológico desta proposta. É fundamental perceber o estudante, não somente como um mero receptor, mas como um sujeito do conhecimento. Nessa perspectiva, tem se enfatizado a importância de considerar e valorizar os saberes prévios que os estudantes trazem para a sala de aula.

Você já conhece alguma das imagens apresentadas? Em caso afirmativo, quais?

**a)** Dê um título apropriado para cada imagem.

**b)** Quais dessas imagens podem ser relacionadas ao município de Governador Celso Ramos/SC? Justifique sua resposta.

**c)** Levando em consideração o conceito de Patrimônio Cultural, quais imagens podem ser consideradas patrimônio cultural de Governador Celso Ramos/SC? Justifique sua resposta.



## Atividade 2:

Leia o texto a seguir sobre as informações gerais do município de Governador Celso Ramos/SC, em seguida responda às questões propostas, em grupo:

### Para Saber Mais

Professor(a)

Recomenda-se a leitura do livro "Governador Celso Ramos: Dinâmicas e Perspectivas", organizado por Vera Lucia Nehls Dias (2014). Por meio dele, é possível aprofundar o conhecimento sobre o município em diferentes aspectos: históricos, geográficos, econômicos, sociais. Ressaltando que ele foi elaborado de maneira colaborativa por 23 autores, e faz parte da coletânea do PET Geografia da UDESC.

Disponível em:

[https://www.udesc.br/arquivos/faed/documentos/Governador\\_Celso\\_Ramos\\_din\\_micas\\_e\\_perspectivas\\_16168\\_815525186\\_6013.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/faed/documentos/Governador_Celso_Ramos_din_micas_e_perspectivas_16168_815525186_6013.pdf)

Governador Celso Ramos é uma península com uma linha costeira de 52 km. De acordo com os limites políticos estabelecidos, faz divisa ao sul com o município de Biguaçu e ao norte com o município de Tijucas. Está localizado a 46 km da capital do estado de Santa Catarina, via BR-101, e a 15 km por via marítima (DIAS, 2017, p. 35). O município possui mais de 50 praias e um pequeno arquipélago com sete ilhas: Arvoredo, Anhatomirim, dos Ganchos (ou Grande), Palmas, Trinta Réis, do Maximiliano e de Ganchos de Fora. Ao todo, são 14 bairros: Ganchos do Meio (sede), Canto dos Ganchos, Ganchos de Fora, Calheiros, Palmas, Jordão, Dona Lucinda, Areias de Baixo, Areias do Meio, Areias de Cima, Caieira do Norte, Costeira da Armação, Fazenda da Armação e Armação da Piedade. As principais praias são: Palmas, Caravelas (Grande) e Calheiros. Nele, há duas Unidades de Conservação (UCs): a Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim (APA) e a Reserva Marinha Biológica do Arvoredo (REBIO). (BRENUVIDA, 2017, p. 24 – 25)



### Em Sala de Aula

Professor(a), esta atividade de localização incentiva os estudantes a refletirem sobre a espacialidade e o meio ambiente do município de Governador Celso Ramos. Com base em suas próprias experiências, os estudantes se familiarizarão com as características geográficas e ambientais locais, compreendendo a organização espacial, a biodiversidade e a importância das Unidades de Conservação (UCs).

Com a ajuda do (a) professor (a), procure identificar as diferentes regiões de Governador Celso Ramos, citadas no texto, no mapa abaixo. Vocês podem utilizar diferentes cores para marcar e diferenciar:

- Os bairros
- As praias
- As Unidades de Conservação.

**a)** Quais são os bairros do município de Governador Celso Ramos/SC, citados no texto, que você conhece?

**b)** Caso você more no município, destaque o bairro onde você mora com um círculo.

**c)** Pesquise, com a ajuda de seus colegas e do (a) professor (a), por que muitos bairros em Governador Celso Ramos possuem o nome "Ganchos"?

**d)** Porque, atualmente, o município se chama Governador Celso Ramos? Quando ele passou a ser denominado dessa forma?

## **Atividade 3: Entrevista com moradores locais**

- Formar duplas ou trios de estudantes para a realização das entrevistas.
- Escolher moradores que tenham vivido no bairro por longos períodos, preferencialmente aqueles com mais de 60 anos.
- Anote o nome completo do (a) entrevistado (a), a sua idade, o local do seu nascimento e sua profissão.

Elaborar perguntas com as seguintes temáticas:

- a)** Como era o bairro quando você era jovem?
- b)** Quais foram as principais mudanças observadas ao longo dos anos?
- c)** Quais tradições culturais você considera mais importantes para o bairro?
- d)** Como a pesca e a maricultura influenciaram a vida no bairro?

Após a realização das entrevistas, cada equipe deverá produzir um relatório que resuma as informações coletadas. O relatório deve incluir:

Um breve histórico do bairro com base nas entrevistas. As principais mudanças e transformações observadas pelos moradores. As tradições culturais destacadas e sua importância para a comunidade.

Em seguida, as equipes apresentam suas descobertas para a classe, promovendo um debate sobre a história e a cultura do município.

### ***Diálogos Metodológicos***

A História Oral é um eixo desta proposta metodológica. Ela possibilita novas versões da História ao amplificar a voz de múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período.



### ***Para Saber Mais***

O livro "História oral: desafios para o século XXI" organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Verena Alberti e Tania Maria Fernandes (2000) apresenta o panorama e as perspectivas da história oral. Esta obra discute várias possibilidades de uso da história oral: como instrumento de pesquisa, como mecanismo de organização e mobilização social e como agente de construção de identidades. Sendo assim, possibilita ampliar a compreensão sobre o assunto.

### **Diálogos Metodológicos**

Um aspecto central da metodologia de trabalho do Eixo I é o uso de textos de diferentes naturezas. A leitura de textos acadêmicos, memorialísticos, educacionais permite aos estudantes compreenderem múltiplas perspectivas sobre o mesmo tema. Trabalhar com diferentes tipos de textos enriquece a análise crítica e proporciona uma visão mais completa e aprofundada do contexto cultural e histórico do município. Essa abordagem ajuda a desenvolver habilidades de interpretação e reflexão crítica, essenciais na educação contemporânea.

## **Atividade 4: Analise os textos a seguir que discorrem sobre os nomes do município e as possíveis hipóteses para o nome “Ganchos”.**

### ***De “Ganchos” à “Governador Celso Ramos/SC”***

A história e a origem dos nomes de locais refletem aspectos importantes da cultura, memória e identidade de uma comunidade. O município de Governador Celso Ramos, anteriormente conhecido como “Ganchos”, é um exemplo significativo dessa dinâmica. A transição de “Ganchos” para “Governador Celso Ramos” em 1967, proposta sem consulta popular, carrega consigo narrativas e hipóteses que elucidam as razões e controvérsias em torno dessa mudança. Nos textos a seguir, serão exploradas as explicações para o nome “Ganchos” e o contexto da mudança para “Governador Celso Ramos”. Após a leitura, realize as atividades propostas para refletir sobre a importância dos nomes de lugares e a relação das comunidades com sua história e identidade.

### ***Texto 1: “Ganchos” é um lugar?***

Existem várias explicações para o nome “Ganchos”, que inicialmente designou uma localidade, depois um distrito e, posteriormente, um município. Segundo a lenda, o nome homenageia o “Capitão Gancho”, um pirata que, de acordo com antigos moradores, passou por aqui (SIMÃO, 1997, p. 15). Brenuvida (2016, p. 360-361) enumera cinco hipóteses para a origem do nome:

- 1ª)** O formato de ganchos das pequenas reentrâncias e enseadas da região.
- 2ª)** O formato de dois grandes ganchos na baía de Tijucas ou dos Tijucais.
- 3ª)** Os anzóis em formato de ganchos no antigo Porto de Ganchos, onde se arpoavam baleias até 1850.
- 4ª)** A percepção dos antigos pescadores, que ao chegar a Ganchos, avistavam três grandes ganchos nos morros de Ganchos, resultantes da sobreposição da sombra e do reflexo do sol.
- 5ª)** Galhos de árvores em formas de ganchos que os moradores usavam para transportar roupas ou outros materiais.

### ***Para Saber Mais***

Professor(a), recomenda-se a leitura “Ganchos/SC: a mudança na denominação do município e o reflexo sobre a memória e o patrimônio histórico” de William Wollinger Brenuvida (2016). Disponível em:

<https://nea.ufsc.br/livro-coloquio-nea-30-anos-de-historia-joi-cletison/>

Por meio dele é possível ler na íntegra as hipóteses sobre o nome “Ganchos” além de possibilitar o estudo dos aspectos históricos do município.



## Texto 2: De “Ganchos” à “Governador Celso Ramos/SC”?

A mudança do nome de “Ganchos” para “Governador Celso Ramos” ocorreu em 1967, sem consulta popular, proposta pelo vereador Patrocínio Manoel dos Santos, e oficializada para homenagear o ex-governador Celso Ramos. Celso Ramos, governador de Santa Catarina entre 1961 e 1966, fez significativos investimentos na agropecuária, educação e saúde, além de criar diversas instituições importantes para o estado. Ele também foi senador durante as 43ª e 44ª legislaturas (SANTA CATARINA, 2023). Celso Ramos contribuiu para trazer as primeiras linhas de transmissão elétrica para Ganchos e implementou o modelo de pesca industrial, impactando o cenário local. A mudança do nome do município está ligada a uma política favorável aos investimentos no setor pesqueiro (BRENUVIDA, 2016).



Emancipado em 6 de novembro de 1963, a mudança do nome de “Ganchos” para “Governador Celso Ramos” ocorreu em maio 1967, sem consulta popular, proposta pelo vereador Patrocínio Manoel dos Santos, quando a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprova resolução da Câmara Municipal de Vereadores para homenagear o ex-governador Celso Ramos. (BRENUVIDA, 2017, p. 24)



A mudança do nome de “Ganchos” para “Governador Celso Ramos” não foi amplamente aceita pela população, que ainda prefere o nome original. A adoção do novo nome é motivo de debate, com implicações turísticas e históricas, já que outro município em Santa Catarina é chamado “Celso Ramos” (BRENUVIDA, 2016, p. 341).

**a)** Entre as cinco hipóteses apresentadas para a origem do nome “Ganchos”, qual você considera mais plausível? Justifique sua resposta.

**b)** Por que será que a população local prefere o nome original “Ganchos” em vez de “Governador Celso Ramos”?

**c)** Como o debate sobre a mudança de nome reflete a relação da população com sua própria história e identidade?

**d)** Qual nome do município você prefere? Justifique sua resposta.





## Eixo 2

### Patrimônios Naturais e Arqueológicos: Manifestações das Culturas Indígenas

O município de Governador Celso Ramos apresenta evidências arqueológicas que atestam a presença humana há cerca de 5.000 anos. Essas evidências abrangem marcas em pedras, desenhos, esculturas de pedra, ossos e artefatos de cerâmica. Muitos vestígios encontrados foram documentados por João Alfredo Rohr em 1966, reexaminados por Fossari em 1988, Farias em 2011 e Salvador et al. em 2017. Eles confirmam que os moradores locais praticavam atividades como caça, pesca e agricultura, cultivando alimentos como mandioca, milho, amendoim, batatas, abóbora, entre outras espécies. Os habitantes também eram hábeis na fabricação de canoas esculpidas em troncos de árvores, em especial o guarapuvu. Eles ainda produziam redes usando fibras de tucum, gravatá, embira, entre outros materiais, para uso cotidiano. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2011, p. 21 - 22)

As escavações arqueológicas em sambaquis desvendam estruturas de habitação, sepultamentos humanos e uma diversidade de ferramentas e utensílios. Esses achados sugerem que os criadores dos sambaquis possuíam uma organização social complexa, além de um conhecimento avançado de técnicas de construção e subsistência. As características dos artefatos descobertos, que incluem pontas de flecha, instrumentos de corte e adornos, apresentam semelhanças com os objetos utilizados por sociedades indígenas já conhecidas. Isso sugere uma possível continuidade cultural ou influência direta. As inscrições rupestres, que são gravuras ou pinturas em rochas, podem ser encontradas em diversas regiões do Brasil. Geralmente, essas inscrições retratam cenas de caça, figuras antropomorfas e zoomorfas, além de símbolos abstratos. Essas representações são vistas como elementos do universo simbólico e religioso das sociedades que as criaram.



Leia a seguir um texto sobre Patrimônio Arqueológico e outro sobre as evidências arqueológicas dos povos indígenas.

#### *Texto 1: Patrimônio Arqueológico*

O patrimônio arqueológico é bem cultural acautelado em âmbito federal, faz parte do patrimônio cultural material e engloba os vestígios e os lugares relacionados a grupos humanos pretéritos responsáveis pela formação identitária da sociedade brasileira, representado por sítios arqueológicos, peças avulsas, coleções e acervos que podendo ser classificado em bens móveis e imóveis.

Esse patrimônio, objeto de estudo da Arqueologia, é formado pelos vestígios materiais e suas informações associadas, como, por exemplo, a disposição desses vestígios, as formas adotadas para ocupação do espaço, as relações e os contextos ambientais selecionados para tal, sendo que o conjunto dessas informações formam o sítio arqueológico

Dessa forma, diferentemente do que muitos imaginam, a arqueologia não é uma atividade de caça ao tesouro, não sendo comum o encontro de potes de ouros e afins. Ao contrário, é extremamente comum que os vestígios arqueológicos estejam fragmentados, demandando estudo para sua reconstituição e compreensão. Algumas das peças das coleções encontradas são cerâmicas utilitárias, como urnas funerárias, vasos e vasilhas diversas; instrumentos de trabalho ou de defesa, como pontas de flecha, machados, lascas; adornos, objetos utilitários com formas zoomórficas (formato de animais) ou antropomórficas (formato humano) etc.

**Fonte:** Iphan, 2024.

#### **Apresentação**

Este eixo busca explorar as Unidades de Conservação (UCs) e os bens arqueológicos de Governador Celso Ramos, com foco especial nas manifestações culturais das populações indígenas. Também é composto por três atividades principais utilizando documentos escritos, imagens, ilustrações e mapa interativo. As atividades são projetadas para desenvolver habilidades de pesquisa e análise; promover o engajamento com ferramentas interativas; fomentar a reflexão crítica. As atividades visam fortalecer e promover o conhecimento das tradições indígenas, contribuindo para uma memória coletiva inclusiva e representativa.

## *Texto 2: Sambaquis de Santa Catarina: Vestígios milenares dos primeiros habitantes*

No Brasil, os sambaquis estão vinculados a grupos pré-coloniais de pescadores, caçadores e coletores que se estabeleceram na costa há aproximadamente 6.500 anos. Eles deixaram rastros de sua existência, tais como frutos, sementes, restos de fauna, artefatos de pedra e osso, marcas de estacas, resquícios de fogueiras e sepultamentos humanos. O estado de Santa Catarina é notoriamente conhecido por abrigar sambaquis impressionantes, que incluem alguns dos mais vastos do mundo. No entanto, essas grandes estruturas são encontradas principalmente nas regiões norte e sul do litoral catarinense. A falta de grandes sambaquis no litoral central pode ser devido ao seu uso histórico na fabricação de cal, pavimentação de estradas e outras atividades. Portanto, é provável que grandes montes de conchas existiam nessa região, mas foram destruídos. (OPPITZ, 2011, p. 12-13)

Essas elevações foram intencionalmente formadas por populações pré-coloniais que viviam principalmente da pesca e que se instalaram na faixa litorânea há cerca de 6.500 anos atrás, no entorno de antigas baías e lagunas. Devido à presença frequente de sepultamentos humanos, muitos sambaquis vêm sendo entendidos como sítios funerários, resultantes de uma dinâmica ritual que envolveria deposições contínuas e organizadas de conchas e outros vestígios sobre os indivíduos sepultados, numa verdadeira arquitetura funerária que pode ser observada em meio à complexidade de seus perfis estratigráficos. (FLORIPAARQUEOLOGICA, 2024)

### **Atividade 1**

- a) O que é considerado patrimônio arqueológico segundo o texto?
- b) Quais tipos de bens compõem o patrimônio arqueológico, e como eles são classificados?
- c) Como a definição de patrimônio arqueológico apresentada no texto se relaciona com a formação identitária da sociedade brasileira?
- d) Como os sambaquis de Santa Catarina se enquadram na definição de patrimônio arqueológico descrita no primeiro texto?
- e) Qual é a importância de preservar os sambaquis como patrimônio arqueológico para a memória cultural brasileira?

#### **Para Saber Mais**

Professora(a),  
Recomenda-se a leitura da monografia "Vivendo a paisagem: Contribuições transdisciplinares para o estudo do contexto regional de sambaquis do litoral central de Santa Catarina" de Gabriela Oppitz (2011). Este estudo apresenta contribuições transdisciplinares para o estudo do contexto regional de sambaquis do litoral central de Santa Catarina. Nele, é contemplado uma análise dos sítios arqueológicos de Governador Celso Ramos. Disponível em:  
<https://leia.ufsc.br/tccs/>



A concepção de patrimônio natural originou-se no período pós-Segunda Guerra Mundial. Esse foi um momento de visar a globalização de valores ocidentais, particularmente em práticas de preservação desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos.

Patrimônio natural é formado por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas, além de sítios naturais. Nele a proteção ao ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial. Fonte: Iphan, 2024.

A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo se localiza ao longo do litoral central de Santa Catarina, estendendo-se desde o vale inferior do rio Itajaí até a região do município de Garopaba. Esta reserva abriga a ilha do Arvoredo, Galé, Deserta e Calhau de São Pedro, além de uma vasta área marinha que rodeia esse arquipélago. Especificamente na Ilha do Arvoredo, existem indícios de antigas ocupações, confirmadas por oito sítios arqueológicos que incluem um sambaqui, um abrigo sob rocha com cerâmica Taquara/Itararé, dois sítios de amoladores-polidores fixos e quatro sítios com inscrições rupestres. (MAARE, 2017, p. 133).

### Para Saber Mais

Professor(a),  
Recomenda-se a leitura do livro intitulado "Monitoramento ambiental da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e Entorno" (MAARE, 2017). "Este livro resume o estado atual da REBIO Arvoredo como uma 'fotografia' científica e artística do patrimônio que estas ilhas guardam", escreveu João Paulo Krajewski, biólogo e doutor em ecologia de peixes marinhos. Esta obra apresenta a ocupação da ilha do Arvoredo, trazendo aspectos históricos e registros da cultura material na ilha. Isso possibilitará o aprofundamento do assunto aqui abordado.

Disponível em:

<https://www.maare.ufsc.br/realizacoes/#o-livro>

## Atividade 2: Análise dos Sítios Arqueológicos da Ilha do Arvoredo

Observe as imagens a seguir sobre os sítios arqueológicos existentes na Ilha do Arvoredo.



Acesse o mapa da FloripaArqueológica <https://floripaarqueologica.com.br/mapa/>

Este mapa possui diferentes funcionalidades: Zoom: Para visualizar os sítios arqueológicos em diferentes níveis de detalhe. Filtros: Para selecionar sítios por tipo (sambaqui, sítio lítico, etc.), período histórico, ou outras categorias. Informações: Clique nos marcadores para obter descrições detalhadas dos sítios arqueológicos, incluindo imagens, histórico e relevância.

### Em Sala de Aula

Esta atividade permite que os estudantes utilizem ferramentas digitais para explorar e analisar os sítios arqueológicos da Ilha do Arvoredo, promovendo um entendimento mais profundo e detalhado sobre o patrimônio cultural. A atividade também incentiva a colaboração, a comunicação e a reflexão crítica sobre a importância da preservação cultural.

Navegue pelo mapa interativo e localize os sítios arqueológicos da Ilha do Arvoredo. Utilize as funcionalidades do mapa para explorar os detalhes de cada sítio, como imagens, descrições e informações históricas.

**Identificação Visual:** Compare os sítios arqueológicos encontrados no mapa com as imagens fornecidas a seguir. Tente identificar os sítios correspondentes com base nas descrições visuais e informações fornecidas no mapa.

**Exposição em Grupo:** Forme grupos e atribua a cada grupo a tarefa de focar em um sítio arqueológico específico da Ilha do Arvoredo.

Cada grupo deve coletar as seguintes informações:

- Nome do sítio.
- Descrição detalhada.
- Imagens e ilustrações.
- Importância histórica e cultural.
- Qualquer informação adicional relevante (por exemplo, descobertas arqueológicas, contexto histórico).

**Criação da Exposição:** Cada grupo deve criar uma apresentação digital (por exemplo, em PowerPoint) contendo as informações coletadas.

A apresentação deve incluir:

- Título com o nome do sítio arqueológico.
- Imagens do sítio e suas características visuais.
- Descrição detalhada do sítio, incluindo sua história e relevância.
- Qualquer dado interessante ou peculiaridades sobre o sítio.

Cada grupo apresenta sua exposição para a turma.

Após cada apresentação, promova uma **discussão** sobre os pontos mais importantes destacados, incentivando perguntas e comentários dos outros grupos.

Após todas as apresentações, peça aos estudantes que escrevam uma **breve reflexão** sobre o que aprenderam durante a atividade.





O texto a seguir aborda os saberes indígenas e seus patrimônios. Leia-o atentamente e, em seguida, realize as atividades propostas.

As ações de educação patrimonial que dialoga, direta ou indiretamente, com as questões indígenas é a Arqueologia. Na própria demarcação dos seus territórios, muitos povos fizeram uso de marcadores arqueológicos, que se encontram dentro de seus territórios tradicionais, a exemplo de furnas, cemitérios indígenas, entre outros.

O debate sobre educação patrimonial deve considerar, entre outros aspectos, não apenas as especificidades desses povos em relação aos demais grupos étnicos no Brasil, mas as diferenças sócio-étnico-culturais existentes entre os próprios povos indígenas. Pensamos ser este o primeiro desafio na promoção de políticas patrimoniais voltadas ao patrimônio indígena. Não há, por assim dizer, um patrimônio genérico, uni-identitário, mas práticas diversas, que se manifestam em uma multiplicidade de saberes, celebrações e modos de fazer próprios a cada povo. Assim, ainda que algumas práticas sejam comuns a diferentes grupos, elas tendem a apresentar idiosincrasias no que tange a sua realização e sentidos.

Embora reconhecendo a importância de ações que valorizem os saberes indígenas e seus patrimônios, como os inventários indígenas já realizados, é preciso ampliar os critérios empregados na seleção dos bens ou dos povos que devem ser priorizados no processo de patrimonialização, na perspectiva de contemplar a pluridiversidade dos povos indígenas. Em um primeiro momento, considerando que dos 41 bens registrados como patrimônio cultural brasileiro, sete são indígenas, e das sete línguas inventariadas no contexto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística seis são indígenas, o número de bens indígenas inventariados pode parecer significativo. Se levarmos em consideração, no entanto, a existência de mais de 305 povos e 274 línguas indígenas existentes no território brasileiro, esse número se mostra irrelevante.

O Estado deveria reconhecer, igualmente, seu patrimônio cultural. Caberia a esse povo, portanto, a definição do que seriam seus bens culturais, sobretudo por se tratar de aspectos ligados a sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual. Competiria ao Estado apenas a tarefa de cancelar esse patrimônio. (SALLES; FEITOSA; LACERDA, 2019)

### **Atividade 3**

- a)** Qual é o assunto do texto?
- b)** Em Governador Celso Ramos/SC, há bens culturais que podem ser considerados Patrimônios Arqueológicos?
- c)** Por que o debate sobre educação patrimonial deve considerar as especificidades e diferenças entre os povos indígenas?
- d)** Qual deve ser o papel do Estado no reconhecimento do patrimônio cultural indígena?
- e)** Por que o debate sobre educação patrimonial deve considerar as especificidades e diferenças entre os povos indígenas?

#### **Para Saber Mais**

Professor(a)

Recomenda-se a leitura do artigo "Patrimônio cultural indígena: desafios para uma educação patrimonial decolonial" de SALLES, FEITOSA, e LACERDA (2019). Este artigo apresenta uma reflexão crítica sobre a legislação e as políticas públicas nacionais sobre patrimônio e educação patrimonial. Disponível em:

<https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17415>

Acesso em: 24 jul. 2024.

#### **Aprofundando o Tema**

Professor(a)

Incentive os alunos a pesquisarem casos específicos de patrimônios indígenas, como os sítios arqueológicos mencionados. Essa atividade possibilitará uma análise detalhada e contextualizada do assunto. Por exemplo, ao estudar os sambaquis e as inscrições rupestres, os alunos podem explorar como esses vestígios refletem a vida e as práticas culturais das comunidades indígenas ao longo do tempo. Por meio de questões como "Qual é o papel do Estado no reconhecimento do patrimônio cultural indígena?" e "Por que o debate sobre educação patrimonial deve considerar as especificidades e diferenças entre os povos indígenas?", os alunos podem desenvolver uma compreensão crítica das políticas de preservação e das dinâmicas culturais.

## Eixo 3

### Armações e Fortalezas: Perspectivas Sobre Colonização e Escravidão

#### Apresentação

Este eixo aborda a colonização e a escravidão no contexto das armações e fortificações com foco no Patrimônio Cultural Material. Ele promove a compreensão dos estudantes sobre a importância histórica e cultural da Igreja Nossa Senhora da Piedade e da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, bem como a contribuição afro-brasileira na história de Santa Catarina. O eixo contém 13 atividades que incentivam a pesquisa, análise crítica, debates com foco no trabalho, escravidão e patrimônio edificado. A finalidade central deste eixo é proporcionar aos estudantes uma compreensão profunda e crítica sobre os impactos da colonização e da escravidão por meio das armações e fortalezas. Além disso, busca-se valorizar a diversidade de perspectivas históricas.

## Atividade 1: Analise os textos a seguir que discorrem sobre a Armação da Piedade e a Igreja de Nossa Senhora da Piedade.

As armações no litoral do Brasil eram projetos coloniais voltados para a pesca de baleias e ao uso econômico desses animais. O termo “armação”, comum em muitas áreas costeiras do Brasil, se originou da necessidade de se preparar para a pesca da baleia. A primeira armação foi provavelmente escolhida por sua proximidade com a Fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim. A Armação da Piedade estava localizada no continente, na entrada da barra norte, numa enseada calma, em frente à fortaleza, a cerca de 6 km de distância. Hoje, esse local é o município de Governador Celso Ramos. A localização era ideal para a produção, por estar na entrada da barra norte, perto da maior fortaleza de Santa Catarina, permitindo um rápido deslocamento para fora da baía para a pesca. (COMERLATO, 2010)

Os textos a seguir apresentam aspectos históricos e culturais relacionados à Igreja Nossa Senhora da Piedade, localizada no município de Governador Celso Ramos/SC. Após a leitura dos textos, realize as atividades propostas para aprofundar sua compreensão sobre esses temas.

### *Texto 1: Igreja Nossa Senhora da Piedade: Pedra, concha e fé no Coração de Santa Catarina*

A Igreja Nossa Senhora da Piedade foi a primeira edificada no Estado e começou a ser construída durante a colonização do município em 1738, sendo finalizada em 1745, e inaugurada no ano seguinte (18/11/1746). Os traços coloniais portugueses com características regionais das igrejas setecentistas com frontão triangular, transformam a igreja num ponto turístico imperdível aos amantes da história e da religião. A argamassa utilizada na construção conta com conchas, cascalho e óleo de baleia, como um tipo primitivo de cimento. Milhares de visitantes todos os anos encantam-se com a arquitetura histórica da igreja. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2011, p. 36)

### *Texto 2: Armação da Piedade: Memória e Resistência Afro-brasileira em Santa Catarina*

O negro escravizado trazido da África desempenhou um papel significativo na Grande Armação das baleias, principalmente executando tarefas físicas intensas nas construções, bem como na limpeza das baleias. Diversas estruturas foram erguidas, incluindo senzalas, dois armazéns, um hospital, uma botica, uma casa de tanques, uma capela, a residência do capelão, uma ferraria, as moradias dos feitores e a casa do administrador. (SIMÃO, 1997, p. 11)

A Armação da Piedade é mais um importante exemplo da presença de africanos e africanas na história de Santa Catarina. Esse lugar de memória desafia a narrativa racista que exalta a exclusividade da origem europeia da população do estado. Ele nos faz refletir sobre a fundamental importância dos negros e da diversidade étnica nos processos de formação da classe trabalhadora em Santa Catarina e no Brasil. A capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade é a única construção remanescente do que foi o primeiro e mais importante complexo fabril voltado para o processamento do óleo e de outros derivados de baleia no litoral de Santa Catarina, no período colonial. Nela foram batizados africanos trazidos jovens e adultos, e depois seus filhos e netos. No cemitério adjacente, foram enterrados os trabalhadores e trabalhadoras falecidos, acometidos por doenças traumáticas, fisiológicas ou infecciosas. (MAMIGONIAN, 2024)

#### Para Saber Mais

Professor(a)

Recomenda-se a leitura do artigo “A instalação das armações de pesca da baleia em Santa Catarina no século XVIII” de Fabiana Comerlato (2010). A autora identifica as armações não somente como espaços de produção de óleo de baleia, mas como espaço social marcado por uma sazonalidade nas atividades. Disponível em:

<https://nea.ufsc.br/artigos/artigos-fabiana-comerlato/>

Acesso em, v. 6, 2010.

#### Diálogos Metodológicos

A utilização de documentos históricos como fontes de pesquisa desafia os estudantes a questionar a veracidade e imparcialidade das informações, a considerar múltiplas perspectivas e a reconhecer a complexidade do estudo acerca do Patrimônio Cultural. Este eixo desenvolve habilidades críticas e analíticas, fundamentais para a formação de estudantes críticos. Ele também promove a inclusão de narrativas marginalizadas, proporcionando uma visão mais reflexiva e inclusiva dos bens culturais de Governador Celso Ramos/SC.

- a) Como cada texto aborda a importância da Igreja Nossa Senhora da Piedade?
- b) Quais são os principais pontos em comum entre os dois textos?
- c) Qual atividade econômica está associada a Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC?
- d) Em grupos, crie um folheto informativo para turistas sobre a Igreja Nossa Senhora da Piedade. O folheto deve conter informações dos dois textos, incluindo aspectos arquitetônicos, históricos e culturais. Inclua imagens, dados históricos e curiosidades para tornar o folheto atrativo.
- e) Em duplas, elaborem um projeto de pesquisa sobre a história da Armação da Piedade e sua relação com a presença africana em Santa Catarina. Pesquise mais sobre a importância dos africanos na economia e na sociedade do período colonial. Apresente os resultados da pesquisa em um seminário, utilizando slides e outros recursos visuais.

## **Atividade 2: Leia o texto a seguir sobre “patrimônio”.**

A palavra “patrimônio” tem suas raízes ligadas ao conceito de herança. No Brasil, o debate sobre a preservação do patrimônio ganhou corpo na Semana de Arte Moderna de 1922. Naquela época, modernistas criticavam a adoção de influências culturais estrangeiras, defendendo a valorização da cultura brasileira. Este tema alinhava-se aos interesses do Governo Vargas (1930-1945), que buscava estabelecer um sentimento de identidade nacional durante o processo de reorganização do Estado. Durante a Era Vargas, havia uma intenção evidente de destacar apenas os eventos que estivessem relacionados aos projetos nacionais defendidos pelas autoridades políticas. No entanto, a partir da década de 1980, vários grupos sociais começaram a questionar essas políticas patrimoniais, exigindo o direito de ter um papel significativo na formação da memória coletiva.

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2024)

Ressaltando que tombamento significa uma forma de tentar proteger e conservar os bens culturais de natureza material através do seu reconhecimento pelo Estado. O termo tem sua origem no Castelo de São Jorge, em Lisboa, Portugal, que, de 1378 a 1755, abrigou em sua Torre do Tombo o Arquivo Público Nacional onde eram guardados e arquivados os documentos considerados importantes. O Arquivo Público Nacional de Portugal atualmente ocupa modernas instalações mantendo o nome Arquivo Público Torre do Tombo. (FREITAS, 2020, p. 174)

### ***Em Sala de Aula***

Professor(a),  
Recomenda-se acessar o site “Lugares de Memória dos Trabalhadores: Armação da Piedade, Governador Celso Ramos/SC” de Beatriz Mamigonian. A autora apresenta a Igreja Nossa Senhora da Piedade numa perspectiva ligada ao trabalho e também associada a memória de africanos na região. Disponível em:  
<https://lehmt.org/lmt79-armacao-da-piedade-governador-celso-ramos-sc-beatriz-mamigonian/>

Observe as imagens a seguir:



### Aprofundando o Tema

Professor(a),

Essa atividade é uma excelente oportunidade para discutir movimentos recentes da patrimonialização do município, promovendo reflexões sobre: O que isso significa? Quem são esses grupos e instituições envolvidos? Objetiva-se entender criticamente as diferentes entidades envolvidas na preservação do patrimônio cultural, especificamente no contexto da restauração da Igreja de Nossa Senhora da Piedade. Nesse sentido, os estudantes irão aprofundar seu conhecimento sobre o papel das instituições na sociedade e seus interesses para a preservação histórica e cultural.

**a)** Anote os elementos arquitetônicos presentes em cada imagem (ex.: tipo de construção, materiais utilizados, estilo arquitetônico).

**b)** Liste os objetos visíveis em cada imagem e descreva suas possíveis funções.

**c)** Compare as imagens entre si, procurando identificar elementos comuns que possam sugerir que retratam o mesmo local ou período histórico.

**d)** Escreva um parágrafo sobre as possíveis relações entre as imagens, abordando se elas parecem retratar o mesmo local ou período histórico, justificando suas conclusões com base nos detalhes observados.

**e)** Quais imagens acima referem-se ao um bem cultural tombado?

### **Atividade 3: Leia a reportagem sobre a aprovação do projeto de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Piedade.**

#### *Uma conquista para o município: 100 mil reais para a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Piedade*

A Ação Social Paroquial de Governador Celso Ramos, entidade pertencente à Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, recebeu nesta segunda-feira (30/10) aprovação com nota máxima para elaboração de projeto de restauração, conservação preventiva e complementares da Igreja da Armação da Piedade e bens integrados.

*"Acredito que o mais difícil foi reunir a FCC, o IPHAN, a MITRA Diocesana e a Prefeitura, para que juntos, compreendessem que todos ganham com a restauração da igreja: a memória da comunidade, a religiosidade, o comércio e o turismo", disse Brenuvida.*

A revitalização beneficiará católicos, protestantes e evangélicos pentecostais, espíritas kardecistas, fiéis de crenças indígenas e africanas, e até mesmo ateus confessos. Diversos, esses grupos concordam, reverenciam, lutando para preservar a beleza arquitetônica e paisagística, bem como entendem a importância cultural, histórica e turística da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, que se destaca imponente, com praticamente 300 anos de existência e insistência, na belíssima orla da Armação da Piedade. (GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2023)

### Em Sala de Aula

Professor(a)

O vídeo é um recurso capaz de cativar e manter a atenção do público. Ele também favorece o desenvolvimento de habilidades interpessoais, e a expressão de elementos emocionais. Dessa forma, a aplicação do vídeo, como ferramenta, enriquece significativamente a criação e complementação do conhecimento dos estudantes. Há vídeos sobre o assunto. Eles podem ser exibidos juntamente com esta atividade.

Os vídeos são:

Comunidade pede reforma da Capela da Nossa Senhora de Piedade, em Governador Celso Ramos.

Balço Geral Florianópolis  
<https://www.youtube.com/watch?v=hwfs3tv6ANU>

Moradores da Armação da Piedade pedem revitalização imediata da igreja do bairro.

Balço Geral Florianópolis  
<https://www.youtube.com/watch?v=fgXCIs06vDo>

UMA DAS IGREJAS MAIS ANTIGAS DO BRASIL, EM GOVERNADOR CELSO RAMOS, SERÁ RESTAURADA (ENTREVISTA SOBRE A IGREJA)

<https://www.youtube.com/watch?v=WvvoZjJWe7Bo>



a) Liste os grupos e instituições mencionados no texto.

b) Pesquisa Detalhada:

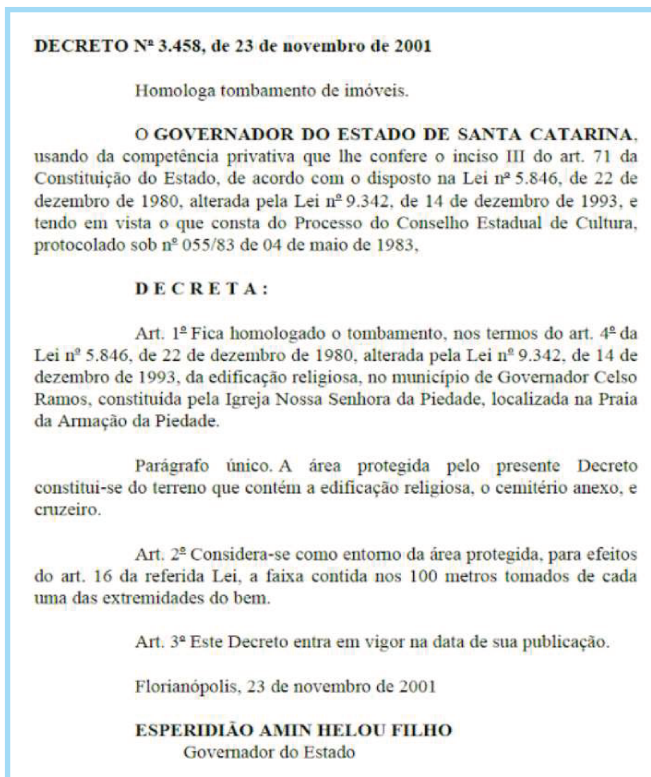
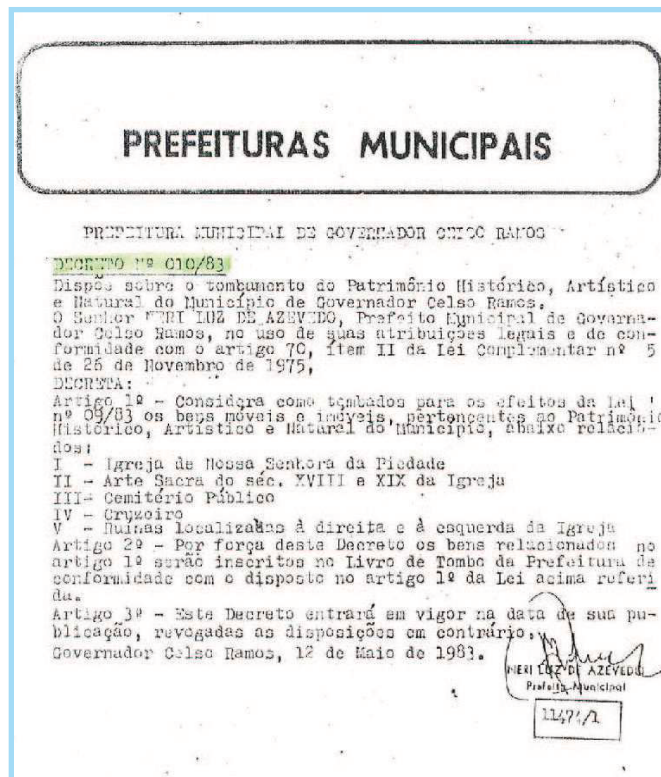
Divida a classe em grupos pequenos e atribua a cada grupo uma ou duas entidades para pesquisar.

Cada grupo deve pesquisar sobre suas entidades. As pesquisas devem incluir:

- O papel da entidade na sociedade.
- A importância da entidade no processo de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Piedade.
- Contribuições específicas que a entidade fez ou fará no projeto.

c) Apresentação: Cada grupo deve preparar uma apresentação para compartilhar suas descobertas com a classe.

### **Atividade 4: Observe os decretos que tratam do tombamento da Igreja Nossa Senhora da Piedade/SC, tanto em nível municipal quanto estadual.**



#### **Diálogos Metodológicos**

Ao trabalhar com fontes oficiais, os estudantes são incentivados a analisar dados de forma crítica, compreendendo o contexto em que foram produzidos. A familiarização com documentos oficiais, como decretos e leis, prepara os estudantes para interpretar e compreender textos não comuns em sua trajetória escolar. Sendo assim, trabalhar com fontes oficiais ajuda a conectar o aprendizado teórico com a realidade prática. Os estudantes podem ver como as políticas sobre o patrimônio cultural são implementadas. Por isso, a inclusão de fontes oficiais nos processos educacionais é uma prática indispensável para uma educação patrimonial crítica.

- a) Qual é o principal objetivo de cada decreto?
- b) Por que é importante proteger não apenas a igreja, mas também o cemitério e o cruzeiro?
- c) Qual é a importância de incluir uma faixa de 100 metros ao redor do bem tombado?

## **Atividade 5**

Discutam as seguintes questões em grupo e anatem as conclusões:

- a) Qual é a relevância de tombar bens culturais como a Igreja Nossa Senhora da Piedade?
- b) De que maneiras a preservação de um patrimônio cultural pode beneficiar a comunidade local?
- c) Como a legislação pode ajudar na preservação do patrimônio histórico e cultural?

## **Atividade 6: Simulação de Audiência Pública**

Organize uma simulação de audiência pública onde os estudantes representarão diferentes partes interessadas (governo, comunidade local, historiadores, etc.).

### **Debatam as seguintes questões:**

- A necessidade de proteção do patrimônio histórico.
- Os benefícios e desafios do tombamento.
- As medidas necessárias para garantir a preservação efetiva do patrimônio.

### **Papel dos Participantes:**

- Governo: Defende a importância do decreto e explica a base legal.
- Comunidade Local: Discute o impacto da preservação na vida da comunidade.
- Historiadores: Falam sobre a relevância histórica da igreja e a importância de sua preservação.
- Turistas: Descrevem como a preservação do patrimônio atrai visitantes e beneficia a economia local.

### **Questões para a Audiência:**

- Qual é a importância do tombamento de patrimônios históricos?
- Como o tombamento pode afetar positivamente a comunidade local?
- Quais são os principais desafios enfrentados na preservação de patrimônios tombados?



### ***Em Sala de Aula***

Professor(a)

Essa atividade mobiliza os estudantes para ações no presente visando a mudança de posturas e perspectivas para o futuro, afirmando assim, o potencial do Ensino de História para as transformações e mudanças. A simulação de audiência pública é uma atividade rica e multifacetada que beneficia enormemente os estudantes quando realizada de forma colaborativa e interdisciplinar. A participação de diversos docentes e o apoio da gestão escolar são essenciais para garantir o sucesso e a profundidade da atividade, proporcionando uma experiência educativa completa e integradora.

## *Fortaleza de Santa Cruz da Ilha de Anhatomirim*

A capitania de Santa Catarina foi estabelecida para proteger o sul do Brasil, particularmente após a formação da Colônia do Sacramento em 1680. A ilha de Santa Catarina, situada entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, era importante para Portugal devido à sua localização estratégica e características físicas. Sua criação foi motivada por fatores políticos e econômicos. (COSTA, 2011)



Então, para proteger a entrada norte da ilha, foram construídas as fortalezas de Santa Cruz (1739) na ilha de Anhatomirim; São José da Ponta Grossa (1740) ao norte da ilha de Santa Catarina; e Santo Antônio (1740) na ilha de Ratoes Grande, mais para o interior do canal. Essas três fortificações foram feitas para permitir a defesa cruzada em caso de ataque. Para proteger a entrada mais estreita do sul, foi construída a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (1742) na ilha de Araçatuba. (TONERA E OLIVEIRA, 2015, p. 29).

### **Para Saber Mais**

Professor(a), recomenda-se acessar o site:

<https://fortalezas.ufsc.br/fortalezasanhatomirim/>

Além de informações, relacionadas à fortaleza de Santa Cruz, pois há a possibilidade de fazer uma viagem virtual pela Fortaleza de Anhatomirim.

## **Atividade 7**

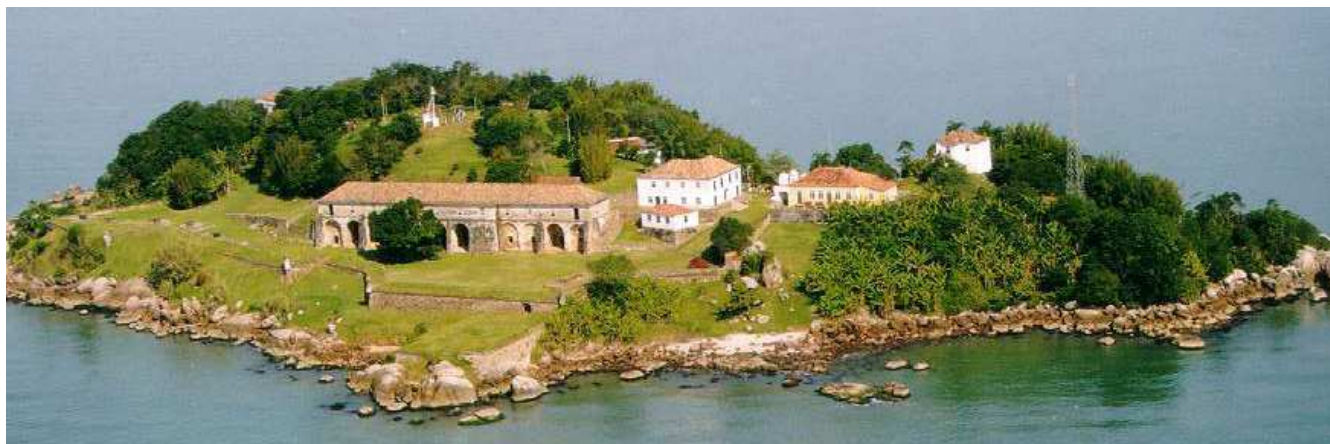
- a) Você já visitou alguma fortaleza?
- b) Você conhece alguma fortaleza mencionada no texto?
- c) Na sua opinião, é importante estudar sobre as fortificações de Santa Catarina?
- d) Será que existem outras razões, além das militares, para a construção das fortificações na ilha de Santa Catarina? Quais poderiam ser?
- e) Você consegue imaginar como era a vida das pessoas que construíam e viviam nessas fortificações? O que você acha que eles faziam no dia a dia?



A fortaleza é composta por uma série de construções diferentes que ocupam um largo espaço, e que não foram construídas no mesmo período. A maioria delas data da época colonial, no século XVIII, da construção da fortaleza como centro de proteção, treinamento de soldados e posto de observação de potenciais inimigos. A fortaleza fica na Ilha de Anhatomirim, que pertence ao município de Governador Celso Ramos, e fazia parte de um projeto colonial de sistema de defesa triangular, de entrecruzamento de tiros de canhões entre três fortalezas, para proteger a baía florianopolitana de ataques de navios estrangeiros. Este é tradicionalmente o primeiro grande momento histórico associado à fortaleza: sua construção e uso colonial, cuja narrativa normalmente termina no fracasso do projeto e na invasão espanhola em 1777. Temos ainda um segundo momento relativamente lembrado do uso da fortaleza, com a prisão e punição de diversas personalidades catarinenses que participaram da Revolução Federalista, fuziladas à mando do general-presidente da época, Floriano Peixoto. O imbróglio político resultante desse processo acabou por alterar o nome da capital do estado para Florianópolis. Por fim, temos um terceiro momento classicamente abordado, embora muito menos conhecido, de ocupação da fortaleza pelo exército para fins estratégicos de envio de mensagens telegráficas nas guerras mundiais. A seguir, temos um longo período de relativo abandono político e controle da região, até que uma parceria entre governo do estado e UFSC assumam a coordenação do espaço das fortalezas. (PEREIRA, 2021). Hoje, a atual coordenadoria das fortalezas da UFSC mantém um site com algumas informações sobre cada uma delas, entre história, curiosidades, fotos e afins. (SILVEIRA, 2023)

## **Atividade 8**

- a)** Na sua opinião, por que a fortaleza teve diferentes usos ao longo da história?
- b)** Como esses eventos históricos podem ter influenciado a vida das pessoas na região?
- c)** Qual é a importância de preservar e estudar locais históricos como as fortalezas?
- d)** Retire do texto os principais eventos associados à fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.
- e)** Crie uma linha do tempo cronológica dos eventos históricos associados à fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.



### **Para Saber Mais**

Professor(a),  
Recomenda-se a leitura da dissertação "O processo de patrimonialização da fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: discursos, restauro, usos (1970 – 1992)", defendida em 2016, e a tese "As dimensões educativas e o processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratonés e São José da Ponta Grossa", defendida em 2021, ambas de autoria de Pedro Mülbersted Pereira.

Estas publicações acadêmicas possibilitam o estudo sobre o processo de patrimonialização da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim a partir de três movimentos: o discurso sobre o patrimônio, o restauro e os usos.

Disponível em:

- <https://tede.ufsc.br/teses/PEED1586-T.pdf>
- <https://tede.ufsc.br/teses/PEED1227-D.pdf>

## **Atividade 9. Leia o texto a seguir sobre as diferentes perspectivas históricas relacionadas à fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim**

### *Texto: Patrimônio Cultural e histórias ocultas*

Qual passado está sendo mobilizado nesse contexto: é o passado sob a perspectiva dos vencedores ou o passado dos vencidos? A fortaleza, enquanto bem cultural, deve sua existência não apenas aos esforços dos grandes nomes que conceberam, como o brigadeiro José da Silva Paes e os arquitetos responsáveis pelos projetos de restauração nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Ela também está intrinsecamente ligada a uma multiplicidade de outros indivíduos, incluindo indígenas, africanos e afrodescendentes escravizados que as construíram, pedreiros que participaram das obras de restauro, soldados que serviram nessas unidades militares até 1955, prisioneiros executados em 1894, homens e mulheres enviados para os “depósitos de convalescentes”, bem como as 218 mulheres que se dedicavam à venda de renda para os soldados ou trabalhavam nesses espaços, entre outros. (PEREIRA, 2021, p. 149),

É notável que as fortalezas catarinenses sejam reconhecidas como patrimônio da humanidade. Mas, antes disso, precisam ser reconhecidas como patrimônio das comunidades locais, da comunidade universitária, da ilha de Santa Catarina; como bens que fazem parte da história brasileira, catarinense e ilhéu; como locais que abrigam histórias de José da Silva Paes, de invasão espanhola, de Revolução Federalista, de árvore dos enforcados, de assombrações, de soldados músicos e dramaturgos, de cozinheiras, de rendeiras, de pescadores, de guerras, tragédia, arte, cultura, barbárie, morte, vida. (PEREIRA, 2021, p. 327-328)

**a)** Qual perspectiva histórica está sendo mobilizada no texto: a dos vencedores ou a dos vencidos? Justifique sua resposta.

**b)** Quais são os grupos de pessoas mencionados no texto que contribuíram para a construção e preservação das fortalezas catarinenses?

**c)** Por que é importante reconhecer as fortalezas catarinenses como patrimônio das comunidades locais antes de serem reconhecidas como patrimônio da humanidade?



### **Em Sala de Aula**

Professor(a)

Pretende-se com esta atividade levar os estudantes a uma reflexão crítica sobre as diferentes perspectivas históricas relacionadas à fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, destacando a importância de reconhecer a contribuição de diversos grupos de pessoas na sua construção e preservação.

### **Diálogos Metodológicos**

As fontes acadêmicas proporcionam uma profundidade de análise, que raramente se encontra em outras fontes. Considerando que foram produzidas por especialistas em determinados campos de estudo, elas são reputadas como confiáveis. Isso significa que podem ser utilizadas para respaldar argumentações, de maneira eficaz.

### **Para Saber Mais**

Para conhecer mais sobre as fortificações da Ilha de Santa Catarina, visite os seguintes sites:

• <http://www.fortalezas.ufsc.br/>

• <http://fortalezasmultiplia.com.br/sa>.

• <http://www.fortalezas.org>

Esses sites apresentam fotos, vídeos, reportagem sobre a Fortaleza de Santa Cruz, além de trazer aspectos históricos e espaço educativo.

## **Atividade 10**

O Documentário “As Fortificações da Ilha de Santa Catharina” relata as Fortalezas projetadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes. O audiovisual completo contém 24 minutos (divididos em 3 vídeos). Ele foi produzido e dirigido por Tatiana Kviatkoski, realizado por iniciativa do Projeto Fortalezas da Universidade Federal de Santa Catarina/SECARTE/UFSC e teve grande apoio da AGECOM (Agência de Comunicação da UFSC), Projeto Fortalezas Multimídia, Associação de Empresas de Transporte Náutico de Canasvieiras e Polícia Civil de Santa Catarina. O documentário comemora o início da gestão das fortalezas da Ilha de Santa Catarina pela UFSC. Nele, é apresentada a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.

As Fortificações da ILHA DE SANTA CATHARINA - parte 1 de 3 partes

<https://www.youtube.com/watch?v=EY-8kJ4vzMI>

As Fortificações da ILHA DE SANTA CATHARINA - parte 2 de 3 partes

<https://www.youtube.com/watch?v=O115petZCy8>

As Fortificações da ILHA DE SANTA CATHARINA - parte 3 de 3 partes

<https://www.youtube.com/watch?v=nkEBoELBmkw>

**a)** Como a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim é retratada no documentário “As Fortificações da Ilha de Santa Catharina”?

**b)** Debate Crítico. Forme grupos de estudantes. Cada grupo deve discutir as seguintes questões e preparar suas conclusões para compartilhar com a turma.



## **Atividade 11: Criação de um Painel informativo sobre a Fortaleza de Santa Cruz da Ilha de Anhatomirim.**

### **Conteúdo do Painel:**

- Introdução: Breve descrição da fortaleza e sua localização.
- História: Contexto histórico da construção da fortaleza, incluindo o motivo de sua construção e seu papel estratégico.
- Arquitetura: Descrição das características arquitetônicas da fortaleza, incluindo o material de construção, o estilo arquitetônico e as estruturas internas (baterias de canhões, quartel, casa do comandante, etc.).
- Importância Cultural: Discussão sobre a importância da fortaleza como patrimônio histórico e cultural, incluindo seu papel na história de Santa Catarina e do Brasil.
- Personagens Históricos: Informações sobre personagens associados à fortaleza.
- Impacto Social: Reflexão sobre a vida das pessoas que construíram, viveram e trabalharam na fortaleza, incluindo a participação de indígenas, africanos e afrodescendentes escravizados.
- Atualidade: Situação atual da fortaleza, incluindo seu estado de conservação, visitas turísticas e eventos realizados no local.

**Apresentação Visual:** Inclua imagens históricas e atuais da fortaleza. Apresente um mapa mostrando a localização da fortaleza e sua relação com outras fortificações na região.

Utilize cartolina, papel pardo ou qualquer outro material adequado para a montagem do painel.

Cada grupo deve apresentar seu painel para a turma, explicando as informações pesquisadas e destacando os pontos mais importantes.

## **Atividade 12: Jornada Imaginativa na Fortaleza de Anhatomirim**

Uma experiência de educação patrimonial inspirada pela imaginação como categoria não implica em demolir o impacto da materialidade de um complexo arquitetônico como a fortaleza de Anhatomirim. Contudo, certas subjetividades são pouco acessadas via conhecimento científico [...] Estar presente, tocar, ver como uma semente para o devaneio é encontrar os encantos de uma educação patrimonial. Nesse sentido, a experiência é espiralada: o patrimônio seria um vetor para a imaginação criadora ou mesmo transformadora, que pode, em certos momentos, se afastar da factualidade (do uso histórico daquele espaço). Nessa busca de sentido, a imaginação do estudante pode retornar ao patrimônio e a sua inegável solidez, num ciclo que não se fecha, mas se retroalimenta numa espiral de dúvidas.

### ***Em Sala de Aula***

Professor(a)

O objetivo desta atividade é enriquecer o entendimento dos estudantes sobre a Fortaleza de Santa Cruz da Ilha de Anhatomirim. Ela promove a pesquisa colaborativa, a estruturação de informações e a apresentação de aspectos históricos, arquitetônicos e culturais. Interdisciplinaridade: Trabalhe com professores de Geografia para a criação de mapas detalhados e a compreensão da localização estratégica da fortaleza. Colaboração com professores de Artes para a criação de ilustrações, dioramas ou maquetes da fortaleza.

### ***Em Sala de Aula***

Professor(a)

O objetivo desta atividade é oferecer uma vivência de educação patrimonial que transcenda os fatos históricos. Pretendemos encorajar os estudantes a empregar sua imaginação, conectando-se de forma sensorial e criativa ao patrimônio da Fortaleza de Anhatomirim.

O contato com o patrimônio é a materialização ao mesmo tempo tangível e intangível das experiências humanas ao longo do tempo. Ao invés de repetir discursos da narrativa histórica tradicional enquanto se visita um patrimônio como a fortaleza de Anhatomirim, procurar outras alternativas. Uma abertura para a imaginação implica em não necessariamente pensar o patrimônio como meio direto para a aprendizagem histórica para as pessoas; e sim, em interagir com as pessoas em meio ao patrimônio, para proporcionar, a partir disso, uma disposição para a aprendizagem histórica. Antes de descrever, situar, contextualizar ou definir o patrimônio, é preciso entender que ele é constituído por uma constelação de relações que emerge num espaço específico, a partir da experiência. (SILVEIRA, 2023)

### **Para Saber Mais**

Recomenda-se a leitura do texto "Imaginação e Aprendizagem na Fortaleza de Anhatomirim" de Matheus Fernando Silveira (2023). Este texto discute o uso do conceito de imaginação para a educação patrimonial no ensino de história. Apresenta reflexões de observação direta e participante, durante visitas à Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Tais reflexões são inspiradas pela etnografia educacional, com produção de diários de campo do professor-pesquisador.

Disponível em:

[https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V\\_CBA/index/search/authors/view?firstName=Math&middleName=&lastName=Silveira&affiliation=UDESC&country=BR](https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/index/search/authors/view?firstName=Math&middleName=&lastName=Silveira&affiliation=UDESC&country=BR)

**a)** Uma saída de campo à Fortaleza de Anhatomirim permite conectar-se pessoalmente com o patrimônio histórico, indo além dos fatos para experimentar o local de maneira sensorial e criativa. Pense sobre o que a vida na fortaleza poderia ter sido durante diferentes períodos históricos. Reflita sobre como a imaginação pode ajudar a entender e conectar-se com lugares históricos.

**Durante a Visita:** Enquanto estiver na fortaleza, toque nas paredes, ouça os sons ao redor, observe o ambiente detalhadamente.

Imagine como seria o dia a dia na fortaleza. Pense nas pessoas que poderiam ter passado por lá, seus desafios e suas histórias.

**Coleta de Inspirações:** Anote, grave ou desenhe qualquer coisa que chame sua atenção e que possa inspirar sua história ou criação artística.

Com base em suas observações e imaginação, crie uma história de um personagem fictício que poderia ter vivido e trabalhado na fortaleza.

**Compartilhamento e Reflexão:** Prepare-se para compartilhar sua história com a classe.

Escreva um breve texto refletindo sobre a experiência. Como a atividade ajudou a expandir sua compreensão da história? O que você aprendeu sobre a importância da imaginação na aprendizagem histórica?

## **Atividade 13: Leia o texto a seguir que trata sobre a predominância da representação do passado a partir da memória do Estado e dos interesses ligados às classes dominantes.**

A predominância no conjunto dos patrimônios culturais do Brasil é a representação do passado por meio da memória do próprio Estado e dos setores e interesses intrinsecamente a ele vinculados. Casas de Câmara e Cadeia, alfândegas, fortes e fortalezas militares, palacetes, sedes de fazendas e engenhos, casarões, capelas, conventos e igrejas de várias ordens religiosas católicas. Também predominam os bens ligados a um determinado tempo-espaço. Assim, desenhou-se uma ação preservacionista concentrada em determinado período histórico, o da colonização, neste caso, o exemplo de patrimônio colonial militar. Mais tarde difundida e reproduzida pelo mundo, consolidou esses critérios de seleção de forma que eles aparecem como naturalizados e não produto de escolhas e de formas de ver específicas, gestadas em um determinado contexto. (SCIFONI, 2022, p. 20)

### **Diálogos Metodológicos**

As saídas a campo são um eixo metodológico desta proposta. Elas promovem a interação dos estudantes com o ambiente, incentivando a curiosidade e o desejo de aprender, além de fortalecer a relação entre professor e estudante. As saídas a campo sendo atividades práticas é uma potente estratégia de ensino para problematizar e explorar o estudo do Patrimônio Cultural de Governador Celso Ramos/SC.



Percebe-se com isso, de acordo com a autora, que “a preocupação com a herança portuguesa não foi abandonada, como atestam, por exemplo, os tombamentos de igrejas católicas situadas no litoral”. (GONÇALVES, 2016, p. 172)

**a)** Divida a turma em pequenos grupos. Cada grupo deve realizar uma pesquisa preliminar sobre Governador Celso Ramos, buscando informações sobre construções históricas, locais de importância cultural, tradições comunitárias e outros bens culturais que ainda não foram oficialmente reconhecidos como patrimônio.

A partir da pesquisa inicial, cada grupo deve listar pelo menos três construções ou locais que consideram dignos de preservação como patrimônio cultural.

Exemplos de locais a serem investigados podem incluir antigas escolas, praças históricas, casas tradicionais, locais de importância para comunidades indígenas ou afrodescendentes, entre outros.

Cada grupo deve documentar os locais identificados, incluindo fotografias, descrições detalhadas, histórias associadas e a importância cultural e histórica de cada local. Se possível, entrevistem moradores locais, historiadores ou membros da comunidade para obter mais informações sobre os locais escolhidos.

Compile todas as informações coletadas em um portfólio digital ou físico, organizado de maneira clara e visualmente atraente: introdução explicando o objetivo do trabalho; descrição detalhada de cada local identificado como potencial patrimônio cultural; fotografias e ilustrações; histórias e depoimentos coletados.

Cada grupo apresenta seu portfólio para a turma, destacando os locais identificados e justificando sua importância como patrimônio cultural. Debatam sobre as diferenças e semelhanças entre os locais apresentados pelos diferentes grupos.

Promova uma discussão em sala de aula sobre a importância de reconhecer e preservar uma variedade de patrimônios culturais, além daqueles oficialmente reconhecidos. Questione como a inclusão de uma diversidade de patrimônios pode enriquecer a compreensão da história e cultura local.

Cada grupo deve elaborar uma proposta formal para a inclusão de pelo menos um dos locais identificados na lista de patrimônios culturais do município.

Se possível, organize um evento ou sessão onde as propostas sejam apresentadas a representantes locais, como membros do conselho municipal, historiadores e líderes comunitários. Discuta com a turma a possibilidade de enviar as propostas para as autoridades competentes.



## Eixo 4

### Práticas Culturais e Festividades em Governador Celso Ramos/SC: Perspectivas sobre o Patrimônio Imaterial

#### Em Sala de Aula

Professor(a)

Nesta atividade, a ideia é apresentar as imagens sem identificação para vislumbrar diferentes respostas e sondar os conhecimentos prévios dos estudantes.

**Imagem 1:** Festa do Divino Espírito Santo em Governador Celso Ramos/SC.

**Imagem 2:** Prática Artesanal do Crivo em Governador Celso Ramos/SC.

### Atividade 1:

As manifestações culturais são expressões vivas da diversidade humana. Elas podem abranger formas variadas, como danças, músicas, culinária, literatura, artesanato e rituais. Essas manifestações contam histórias de povos, suas tradições, crenças e identidades.

Observe as imagens a seguir e, em seguida, responda às atividades.

Imagem 1



Imagem 2



- O que são as manifestações culturais representadas nas imagens?
- Essas manifestações culturais são específicas do município de Governador Celso Ramos/SC? Justifique sua resposta.
- Você já participou da festa representada na imagem 1?
- Você conhece alguém que pratica a arte mostrada na imagem 2?
- Você conhece outras festas e práticas culturais existentes no município? Se sim, cite-as e descreva brevemente.



### Apresentação

O Eixo IV aborda as práticas culturais e festividades em Governador Celso Ramos/SC, com um foco especial no patrimônio cultural imaterial. Explora a importância histórica e cultural de diversas manifestações, destacando a Festa do Divino Espírito Santo e a prática artesanal do crivo.

O eixo contém 13 atividades, cada uma projetada para aprofundar a compreensão dos estudantes sobre diferentes aspectos das práticas culturais e festividades no município. As atividades incentivam a pesquisa, análise crítica, debates e apresentações.

A finalidade central deste eixo é proporcionar aos estudantes uma compreensão profunda e crítica das práticas culturais e festividades em Governador Celso Ramos/SC. Além disso, busca-se valorizar a diversidade cultural e promover a preservação das tradições locais, incluindo práticas de grupos historicamente marginalizados.

## **Atividade 2:**

A seguir está um texto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que é o responsável por preservar o Patrimônio Cultural Brasileiro, sobre o Patrimônio Cultural Imaterial. Leia-o, e em seguida, responda às atividades.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.”

Fonte: Iphan, 2024

- a)** Faça um resumo explicando com suas próprias palavras o que é patrimônio cultural imaterial.
- b)** As manifestações culturais, mostradas nas imagens 1 e 2 do exercício anterior, são consideradas Patrimônios Culturais?
- c)** A Festa do Divino Espírito Santo é considerada patrimônio cultural imaterial de Governador Celso Ramos/SC. Qual é a importância desta festa para a identidade cultural do município?



## **Atividade 3: Leia os textos a seguir sobre a Festa do Divino Espírito Santo**

### *A festa do Divino Espírito Santo em Governador Celso Ramos/SC*

A primeira festa em honra ao Divino Espírito Santo foi realizada em Ganchos no dia 30 de maio de 1920, conforme registrou em seu caderno de anotações pessoais o senhor Manuel Januário dos Santos, responsável pela capela na época. As primeiras festas do Divino Espírito Santo em Ganchos espelhavam-se nas festas realizadas pelas capelas de Tijucas, São Miguel e Santo Amaro da Imperatriz, onde tal celebração já era tradicional. O padre era convidado pelos organizadores e vinha de Tijucas, Santo Antônio de Lisboa e Biguaçu. Os foliões, um grupo de entoadores de cânticos, eram da comunidade de Ganchos do Meio e Ganchos de Fora, além de outros que vinham de municípios vizinhos (MELO, 2012, p. 166-167).

A partir de 1970, foram introduzidas novas personagens ao cortejo imperial. Assim, outros membros foram sendo acrescentados no cortejo, possibilitando a participação de um número maior de festeiros. A partir de 1980, o custo do aluguel das roupas, pois os festeiros passaram a dividir todas as despesas, somados à quantidade de crianças que compunham o império, contribuíram para uma nova forma de organização. O luxo das roupas e o aumento do cortejo imperial elevaram a festa do Divino Espírito Santo a ser a mais importante de todas as festas da comunidade. A festa atrai além dos moradores dos bairros próximos, os turistas que vêm de outros municípios. Antes restrita aos moradores de Ganchos do Meio e Ganchos de Fora, com o crescimento populacional, ela se estende por todo o município. Em 8 de maio de 1983, quando a capela foi elevada à condição de paróquia sob a denominação de Nossa Senhora dos Navegantes, a festa adquiriu maior participação e destaque social. (MELO, 2012, p. 163-165)



### ***Em Sala de Aula***

Professor(a)

Esta atividade permite que os estudantes explorem visualmente e analisem criticamente os elementos simbólicos das Festas do Divino Espírito Santo, promovendo uma compreensão mais profunda do patrimônio cultural imaterial de Governador Celso Ramos. Além disso, a atividade incentiva habilidades de pesquisa, análise e apresentação, ao mesmo tempo em que envolve os estudantes em um processo ativo de preservação cultural.



### *Texto: A simbologia da festa do Divino Espírito Santo*

As festas do Divino Espírito Santo são celebradas anualmente, a partir do domingo de Páscoa e durante 50 dias até o domingo de Pentecostes. Ela podem aparecer como um mundo exuberante de formas e cores em movimento: coroas e cetros em prata, bandeiras vermelhas do Divino com uma pomba ao centro, de onde se irradiam raios dourados; longas mesas de jantar rica e cuidadosamente arranjadas onde se estendem numerosos pratos, talheres e garrafas de vinho; procissões guiadas por crianças vestidas de branco, carregando coroas, bandeiras e flores, seguidas por bandas de música; altares domésticos devotamente erigidos, onde permanecem ao longo do ano a coroa e o cetro do Divino. A celebração anual das festas do Divino Espírito Santo é parte importante da história da cidade. Na ideologia dos devotos, a festa é realizada para agradar o Divino Espírito Santo, a partir do momento em que se faz alguma “promessa” ou quando se pretende retribuir alguma “graça” recebida. (GONÇALVES; CONTINS, 2008)

A pomba simboliza a pureza, a paz e a representação do Espírito Santo entre os cristãos. A Coroa é um ornamento ou adorno de cabeça, símbolo de legitimidade, poder ou conquista. Além de representar o poder de quem a utiliza, faz alusão ao poder superior (daquele que está acima) e faz transcender o poder do coroado aos reinos celestes. Tradicionalmente utilizada por monarcas e outros nobres, assim como em representações figurativas de deuses e santos. A coroa é um dos símbolos mais importantes da Festa do Divino Espírito Santo, sendo o ritual da Coroação o ponto máximo da Festa, geralmente possui hastes, sendo que as mais antigas possuem quatro hastes, remetendo ao poder imperial, reconhecendo o Espírito Santo como o poder máximo. Na junção das hastes sempre há uma esfera, encimada por uma Pomba, que por sua vez, representa o domínio do Espírito Santo sobre a Terra e sobre o próprio poder imperial. As coroas do Espírito Santo possuem uma espécie de bastão chamado Cetro, que possui o mesmo nome do bastão utilizado pelos monarcas, destacando assim outro reconhecimento de autoridade real. O cetro também possui uma Pomba em sua extremidade superior, que remete ao simbolismo de realeza e hierarquia reconhecidos à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Algumas coroas ostentam também uma Cruz sobre suas hastes, sinalizando a ligação entre a fé em Cristo e a fé no Espírito Santo.

A bandeira é definida como símbolo representativo de um estado soberano, país, ou qualquer organização tradicional. Na celebração da Festa do Divino Espírito Santo, assim como a coroa é símbolo do poder real, outra simbologia bastante utilizada está na implícita no hasteamento de bandeiras e/ou estandartes, remetendo às conquistas realizadas pelos antigos reinados e às instituições religiosas em torno de uma devoção específica.

Os estandartes e as bandeiras do Divino Espírito Santo geralmente são confeccionados em vermelho, que simboliza o fogo, alusivo à forma pela qual o Espírito Santo de Deus se manifestou aos apóstolos e à Virgem Maria no cenáculo. Outra cor também muito utilizada é a branca, simbolizando a pureza do Espírito Divino. Em comum, todos possuem a representação da pomba, simbolismo do Espírito Santo, de onde frequentemente divergem vários raios de luz, em número de sete, representando os dons do Espírito Santo: Sabedoria, Entendimento, Conselho, Fortaleza, Ciência, Piedade e Temor de Deus. (MARIANO, 2012)

**a)** Discuta brevemente a importância histórica e cultural de festas na comunidade local.

**b)** Utilizando imagens relacionadas às Festas do Divino Espírito Santo, os estudantes devem identificar e analisar os elementos simbólicos descritos nos textos.

As imagens podem ser encontradas em livros, revistas, sites culturais, ou fornecidas pelo professor.

Cada estudante ou grupo de estudantes deve escolher uma imagem e identificar os seguintes símbolos:

- Coroas e cetros.
- Bandeiras vermelhas e brancas.
- Pombas.
- Procissões e cortejos.

Para cada símbolo identificado na imagem, os estudantes devem fornecer uma descrição detalhada e explicar seu significado com base nas informações dos textos.

#### **Criação de um Painel Visual:**

Em grupos, os estudantes devem criar um painel visual (físico ou digital) que combine as imagens escolhidas com as descrições e análises dos símbolos.

Cada grupo apresenta seu painel visual para a turma, explicando os símbolos e suas análises.

Após as apresentações, promova uma discussão sobre a importância da simbologia nas festas e como ela contribui para a identidade cultural de Governador Celso Ramos.

Peça aos estudantes que escrevam uma breve reflexão sobre o que aprenderam com a atividade.

### **Atividade 4: Leia a seguir trechos do Projeto de Lei do Legislativo nº 011/2022, que declarou como Patrimônio Cultural de Governador Celso Ramos, a Festa do Divino Espírito Santo.**

[...] Por ser esta celebração representativa da diversidade e da singularidade, na forma como se estrutura e se desenvolve, com elementos próprios, específicos, e da unidade, das expressões de religiosidade e de devoção ao Divino Espírito Santo.

Florianópolis e vários outros municípios do litoral realizam essa festividade que é registrada como patrimônio histórico, artístico e cultural de Santa Catarina pela Lei Estadual no 15.731/2012.

São diversas cidades no Estado de Santa Catarina que promovem a festa do Divino Espírito Santo, e na região da Grande Florianópolis, podemos destacar, além de Governador Celso Ramos, as cidades de Biguaçu, Florianópolis, Santo Amaro da Imperatriz, São José e Tijucas.

Por ser esta celebração, um elemento fundamental para a construção e afirmação da identidade cultural gancheira, dado os elementos que agrega e que legitimam suas práticas cotidianas, o reconhecimento por lei é de suma importância.

A festa do Divino Espírito Santo, se destaca como uma cultura dinâmica e de longa continuidade histórica, tendo ali, seu caráter cultural. E por está enraizada no cotidiano dos moradores, torna-se um forte elemento de identidade da cidade.

**a)** A Festa do Divino Espírito Santo é importante em todas as comunidades de Governador Celso Ramos? Justifique sua resposta.

**b)** Você concorda que a Festa do Divino Espírito Santo é um “elemento fundamental para a construção e afirmação da identidade cultural” do município de Governador Celso Ramos/SC? Justifique sua resposta.

**c)** Identifique e descreva outra festa importante que é realizada regularmente no município, destacando suas características e significados.

### **Atividade 5: Entrevista com moradores locais.**

Formar duplas ou trios de estudantes para a realização das entrevistas.

#### **Sugestão de perguntas:**

- Como a comunidade participa e se envolve nas celebrações?
- Qual é o papel das diferentes gerações (crianças, jovens, adultos, idosos) na festa?
- O que a Festa do Divino Espírito Santo representa para você e para a comunidade?
- Quais aspectos da festa mais destacam a sua importância cultural?
- O que a Festa do Divino Espírito Santo significa para você pessoalmente?
- Como você acha que a festa contribui para a identidade cultural da nossa comunidade?

#### **Relato da Entrevista:**

Após a visita, cada grupo deve escrever um relato sobre a experiência da entrevista, destacando as respostas dos entrevistados e a importância da festa para a identidade cultural local. Lembre-se de incluir citações diretas dos entrevistados para enriquecer o relato.

### **Atividades 6: Leia o texto a seguir que trata sobre diversas culturas e tradições em Governador Celso Ramos/SC.**

Assim, a preservação das festividades do Divino Espírito Santo, embora celebre o passado, deve ser acompanhada de um questionamento crítico sobre quais memórias estão sendo priorizadas e quais estão sendo esquecidas. É fundamental refletir sobre a inclusão de diversas culturas e tradições no processo de tombamento e valorização do patrimônio cultural. Quais são os critérios usados para decidir o que deve ser preservado? Estão sendo contempladas as tradições dos grupos indígenas e afrodescendentes, ou essas continuam marginalizadas? A celebração da Festa do Divino Espírito Santo pode se tornar mais inclusiva e representativa, reconhecendo e incorporando as contribuições de todas as comunidades que compõem a rica tapeçaria cultural de Governador Celso Ramos? Essas questões são essenciais para garantir que a preservação do patrimônio cultural não perpetue injustiças históricas, mas sim promova uma memória coletiva abrangente e justa.

### a) Debate em grupo

Divida a turma em pequenos grupos e discuta as seguintes questões:

- Quais memórias e tradições estão sendo priorizadas na preservação das festividades do Divino Espírito Santo?
- Quais critérios são usados para decidir o que deve ser preservado?
- As tradições dos grupos indígenas e afrodescendentes estão sendo contempladas ou marginalizadas?
- Como a celebração pode se tornar mais inclusiva e representativa?

Cada grupo deve compartilhar suas conclusões com a turma, destacando os pontos mais importantes discutidos.

## **Atividade 7: Jogo Educativo sobre Patrimônio Cultural**

Em grupos, crie um jogo de tabuleiro ou digital que inclua perguntas e desafios relacionados à preservação do patrimônio cultural e à inclusão de diferentes tradições culturais.

Inclua perguntas baseadas no texto e nos temas discutidos em aula.

Defina as regras do jogo, incluindo como os jogadores avançam, os desafios que enfrentam e as recompensas que ganham.

Organize uma sessão de jogo em sala de aula onde os estudantes possam jogar e testar os jogos criados pelos diferentes grupos.

Após jogar, peça feedback sobre o que aprenderam e como o jogo poderia ser melhorado.



### ***Em Sala de Aula***

Professor(a)

O Objetivo desta atividade consiste em desenvolver a compreensão dos estudantes sobre a preservação do patrimônio cultural e a inclusão de diferentes tradições culturais de uma maneira interativa e divertida. A criação de um jogo educativo sobre patrimônio cultural não só promove o engajamento e a interação dos estudantes, mas também facilita a aprendizagem de maneira lúdica e significativa. Ao integrar diferentes formas de realizar a atividade e dialogar com as culturas juvenis dos estudantes, é possível criar uma experiência educativa rica e envolvente sobre o patrimônio cultural.



## **Atividade 8: Leia a reportagem a seguir**

### *Praça da Amizade Calheiros Recebe 1ª Edição do Projeto Cultural Feira da Praça*

**Aberto à população, o evento realizado no Bairro Calheiros contou com exposição, roda de crivo e atrações musicais. A proposta foi dar visibilidade ao artesanato local e proporcionar geração de renda.**

A Praça da Amizade, no Bairro Calheiros, em Governador Celso Ramos, fez jus ao seu nome. No local, o sentimento de amizade esteve presente em meio à população, à cultura e ao artesanato, com a realização da 1ª Edição da Feira da Praça, projeto cultural promovido pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer. A proposta da feira foi dar visibilidade ao artesanato local e proporcionar geração de renda aos artesãos do município e às suas famílias.

A 1ª Edição da Feira da Praça aconteceu entre 9h e 17h. Nesse período, as pessoas que percorreram as 10 barracas montadas pela organização encontraram exposição de artesanato, atrações musicais e culturais do município. Bordados, peças de cerâmica e de madeira e uma diversidade de trabalhos manuais estiveram expostos para que os visitantes pudessem admirar e adquirir os produtos.



Um dos pontos altos do evento foi a roda de crivo. Encantados, os visitantes presenciaram a feição e o entrelaçar de linhas até o bordado de crivo estar finalizado e passar a ser uma peça de trabalho manual que carrega um pouco da história e da cultura do município, tradição que precisa ser preservada e fortalecida como o sentimento de amizade das pessoas que visitaram a feira.

Fonte: Empresa Biguaçuense de Notícias

Disponível em: <https://empresabiguacuensedenoticias.com/praca-da-amizade-de-calheiros-recebe-1a-edicao-do-projeto-cultural-feira-da-praca/>

### ***Diálogos Metodológicos***

A relevância do aprendizado da História no ambiente educacional é enfatizada por sua habilidade em estabelecer vínculos com o presente. Isso permite que os estudantes desenvolvam uma análise crítica de sua realidade. Por meio dessa atividade pretende-se levar o estudante a refletir sobre os eventos culturais e a visibilidade dos saberes locais evidenciado neles.

- a)** Você já teve a oportunidade de visitar uma feira de artesanato? Descreva sua experiência.
- b)** Explique o que sabe sobre a prática artesanal do Crivo;
- c)** Além de organizar uma feira, que outras ações poderiam ser realizadas para aumentar a visibilidade do artesanato local?



## **Atividade 9: Leia os textos a seguir sobre a Prática Artesanal do Crivo**

### *A prática Artesanal do Crivo*



Fonte: BRENUVIDA, 2018, p. 74.

O crivo pode ser conceituado como um artesanato que ganhou grande expressividade na comunidade gancheira e que consiste num minucioso trabalho manual, cuja origem é desconhecida (MELO, 2012, p. 69-70). O crivo surge a partir das sucessivas idas e vindas do movimento habilidoso de mãos da criveira que determina o caminho da agulha e da linha na crivação do pedaço de tecido. Este processo envolve uma série de etapas consecutivas. Inicialmente, é preciso construir o bastidor, que surge a partir de um pedaço de madeira que a criveira transforma em retângulos, de acordo com o tamanho da peça que será crivada. Depois, com uma tesoura, ela recorta o tecido; o passo seguinte, desfilar, é considerado o mais difícil, pois é ali que a atenção deve ser total, haja vista que qualquer erro pode colocar em risco a peça que está sendo elaborada. Esta é uma etapa que muitas criveiras não fazem, por ter medo de errar. Depois, seguem as etapas de tapar (criação dos desenhos), urdir (acabamento interno do que sobra das imagens) e casear (acabamento externo, por fora da estrutura que formou as figuras). Dependendo o tipo de acabamento que se quer, a peça ganhará ainda uma bainha aberta, que é o último acabamento do crivo. Por último, a peça deve ser engomada, isto é, submetê-lo a uma goma feita com água e maizena, que será utilizada quando passar a peça a ferro. Assim, ficará com uma textura endurecida e com os desenhos realçados. (GERBER, 2008, p. 4)

A seguir está o Projeto de Lei e a Lei que institui a prática artesanal do crivo como Patrimônio Cultural do Município de Governador Celso Ramos/SC.

#### **Para Saber Mais**

Recomenda-se a exibição da reportagem juntamente com esta atividade. Ela apresenta várias etapas da prática do crivo e destaca uma moradora da região com sua história de vida.

Conheça a tradição e a história do 'crivo.

<https://www.youtube.com/watch?v=uVuLXhrSgww>

#### **Para Saber Mais**

Recomenda-se a leitura da dissertação "Para além do crivo: circulação de sentidos na prática de mulheres em Ganchos/SC" de William Wollinger Brenuvida (2018). Ela analisa a circulação de sentidos através das conversas, diálogos e gestos de interpretação realizados pelas criveiras da comunidade de Ganchos/SC.

Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANI-MA/3416>

#### **Para Saber Mais**

Recomenda-se a leitura do artigo "Nas urdiduras do crivo, tramas de memórias femininas" de Rose Mary Gerber (2008). A autora descreve as mulheres criveiras de Ganchos no sentido de sua relação com o trabalho que realizam, além de destacar vários momentos da vida delas associado a prática. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.9333>

## *Exposição de motivos ao Projeto de Lei 044/2019*

Prezados senhores vereadores,

[...]

o Crivo é uma arte em bordado, herdada e que ainda praticada no Arquipélago dos Açores, e em municípios da região da Grande Florianópolis, teve seu desenvolvimento e aperfeiçoamento no atual município Governador Celso Ramos a partir da segunda metade do século XVIII.

CONSIDERANDO, que o Crivo atualmente configura a prática de mais de 100 pessoas, em especial mulheres bordadeiras, em várias comunidades do município de Governador Celso Ramos, constituindo uma herança cultural e também atividade econômica procurada por turistas de diversas partes do Brasil, e até por turistas estrangeiros.

[...]

CONSIDERANDO, que mais de 80% da ocupação e povoamento da antiga Freguesia da Armação da Piedade, antigo Arraial e Município de Ganchos, atualmente município de Governador Celso Ramos se deu por meio da instalação de migrantes (eram portugueses) do Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores, especialmente das Ilhas Terceira, do Faial, do Pico e São Miguel, lugares em que o Crivo ainda é praticado.

Solicitamos a essa egrégia casa legislativa que aprove o Projeto de Lei 044/2019, como um gesto de memória e importância aos nossos antepassados que auxiliaram a formação e desenvolvimento desta terra.

**Fonte:** Camara Municipal de Governador Celso Ramos/SC. Disponível em: <https://www.camaragcr.sc.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/3666>

## *Lei Nº 1350, de 4 de Junho de 2019.*

INSTITUI A PRÁTICA ARTESANAL DO CRIVO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL, MATERIAL E IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica instituída como Patrimônio Cultural, Material e Imaterial do Município de Governador Celso Ramos-SC, a prática artesanal do Crivo.

Art. 2º - Entende-se, para fins dessa Lei, que o Crivo é uma prática artesanal, realizada nas comunidades gancheiras, em todo território do município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Para efeitos dessa Lei, entende-se que o Crivo é uma arte em bordado, herdada e que ainda praticada no Arquipélago dos Açores, e em municípios da região da Grande Florianópolis, teve seu desenvolvimento e aperfeiçoamento no atual município Governador Celso Ramos a partir da segunda metade do século XVIII.

Art. 4º Fica instituído, para fins dessa Lei, o Dia 22 de fevereiro, como Dia do Crivo, data esta que marca a chegada dos primeiros açorianos a Santa Catarina.

**Fonte:** Camara Municipal de Governador Celso Ramos/SC. Disponível em: <https://www.camaragcr.sc.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/2019/2/0/4231>

- Por que é importante considerar as histórias dos indivíduos menos reconhecidos, como indígenas, africanos e afrodescendentes, na história das fortalezas catarinenses? Debata sobre a relevância de incluir essas histórias na narrativa histórica do município.
- Como a perspectiva dos vencidos apresentada no Texto 1 pode enriquecer a compreensão sobre o papel das fortalezas na história de Santa Catarina? Analise como a inclusão de múltiplas perspectivas pode oferecer uma visão mais completa e justa da história.
- Quais são os benefícios e desafios de preservar as fortalezas catarinenses como patrimônio cultural? Discuta os possíveis desafios na preservação e os benefícios desse processo para a comunidade e para o turismo cultural.

**a)** Qual dos motivos apresentados na lei para reconhecer a prática do Crivo como patrimônio cultural chamou mais sua atenção? Por quê?

**b)** Por que é importante reconhecer o crivo como patrimônio cultural de Governador Celso Ramos?

**c)** De que maneira o Projeto de Lei e a Lei promovem a preservação do crivo?

**d)** Você conhece outras práticas culturais no município de Governador Celso Ramos/SC? Liste e descreva algumas delas.

## **Atividade 10: Leia os fragmentos a seguir sobre a Prática Artesanal do Crivo.**

### *Fragmento 1: Trançando os fios - O trabalho das criveiras.*

Ao cair à tardinha com um tempinho ocioso, lá se sentavam as vizinhas para juntas traçarem as linhas na confecção do! crivo. Era também um momento de descanso das demais atividades rotineiras da casa. Assim, não só faziam o crivo, mas contavam anedotas, faziam pouco caso de outros, cantavam, colocavam as novidades da comunidade em dia. Quando criança, muitas foram as vezes em que vi minha mãe juntamente com outras mulheres sentadas à sombra de nossa calçada a fiar os fios no bastidor. Com o passar dos anos, minha mãe abandonou essa atividade, mas ainda assim cresci vendo outras mulheres da vizinhança a trançar seus fios. (MELO, 2012, p. 68)

### *Fragmento 2: Trançando os fios - O trabalho das criveiras*

Dos tempos de criança lembro-me que costumava brincar sob os grandes bastidores de crivo. Enrolado em um cobertor quentinho, adormecia sob as pernas de minha mãe que ficava até altas !horas da noite a entrelaçar os fios brancos e a ouvir música no velho rádio, a fim de controlar as horas da noite que se iam, enquanto dava forma aos muitos quadrinhos que pareciam nada ser, mas que no final de dias de trabalho diversificadas formas iam tomando. (MELO, 2012, p. 68)

### *Fragmento 3: Nas urdiduras do crivo, tramas de memórias femininas.*

Nos dias de hoje, a gente tá fazendo o crivo, principalmente eu, to fazendo o crivo, às vezes sozinha, to pensando no que eu já passei, choro, tudo, tudo. Começo a me lembrar de tudo que passei (choro, emoção, pausa) gosto mais de fazer sozinha (silêncio) eu fico fazendo, fico me lembrando, choro, tudo, mas não erro o meu crivo, não erro (Zeti). Minha mente, agora eu penso no crivo e sobre a vida da gente, mais nada né. O pensamento meu, porque se a gente tirar a idéia ali do crivo a gente erra. A gente não pode tirar a idéia dali, a gente tem que ficar concentrada... A gente pensa tanta coisa, o que a gente já passou, e o que a gente é agora. Então, a gente vai lembrar daquelas coisas lá de trás, quando a gente foi criada, como era, a gente lembra o passado. O crivo ajuda a lembrar o passado porque na mesma hora que a gente tá tapando ele, quando a gente tá concentrada, daí o pensamento vareia, vai longe (Darcira) (GERBER, 2008, p. 7)

**a)** Descreva o ambiente e as atividades realizadas pelas criveiras conforme descrito nos fragmentos.

**b)** Quais sentimentos e memórias são evocadas pelos narradores nos fragmentos?

**c)** Quais são as diferenças entre a prática do crivo nos tempos passados, conforme descrito nos fragmentos, e as atividades de lazer e socialização contemporâneas?

### **Atividade 11: Criação de Material Audiovisual**

Utilize as informações obtidas nas entrevistas e nos textos anteriores para criar um vídeo ou apresentação em slides. Inclua depoimentos das artesãs, imagens ou vídeos das práticas do crivo e explicações sobre a importância cultural dessa atividade.

#### **Elementos a Incluir:**

- Introdução: Apresentação da prática do crivo e sua relevância histórica e cultural.
- Depoimentos: Trechos das entrevistas com as artesãs locais.
- Imagens/Vídeos: Registro visual da prática do crivo e do ambiente em que ocorre.
- Conclusão: Escreva um breve texto refletindo sobre os principais pontos discutidos, os aprendizados adquiridos e as conclusões tiradas. Anote questões, dúvidas e resultados das etapas percorridas. Refletir sobre os desafios encontrados e as soluções aplicadas.

#### **Diálogos Metodológicos**

As atividades de pesquisa promovem a construção do conhecimento histórico de modo mais autônomo, instigando a formação crítica e autônoma dos estudantes. A pesquisa serve como ponto de partida para alcançar novas fontes de saberes, possibilitando a relação do educando com uma grande variedade de informações sobre um ou vários assuntos. Permite ainda ao aluno contextualizar e dar significados para os conteúdos abordados em sala.





## **Atividade 12: Leia o texto que trata sobre a reflexão de outras manifestações culturais em Governador Celso Ramos/SC**

No entanto, ao considerar a preservação de patrimônios culturais como o crivo, é importante refletir sobre o que está sendo deixado de lado nesse processo. Quais outras tradições culturais podem estar sendo negligenciadas ou esquecidas? A preservação do crivo como patrimônio imaterial inclui verdadeiramente todas as vozes e práticas da comunidade, ou apenas uma parte específica dela? Existe espaço para outras manifestações culturais, especialmente aquelas de grupos historicamente marginalizados, como indígenas e afrodescendentes, no mapa patrimonial de Governador Celso Ramos?

### **Pesquisa sobre tradições culturais marginalizadas**

- Divida a turma em grupos e atribua a cada grupo a tarefa de pesquisar uma tradição cultural específica de grupos indígenas, afrodescendentes ou outras comunidades marginalizadas.
- Realize pesquisas online, entrevistas com membros da comunidade e consultas a fontes bibliográficas para documentar a tradição cultural escolhida.
- Elabore um relatório que inclua a história, os principais elementos e a importância cultural da tradição pesquisada.

### **Apresentação:**

Cada grupo deve preparar uma apresentação multimídia (slides, vídeos, fotos) para compartilhar suas descobertas com a turma.

## **Atividade 13: Workshop de Criação Cultural**

Planeje um workshop que inclua diferentes oficinas culturais, como dança afro-brasileira, artesanato indígena, música tradicional, entre outras.

### **Execução do Workshop:**

- Convide representantes das diferentes tradições culturais para conduzir as oficinas.
- Divida os estudantes em grupos para participar de cada oficina, incentivando a experimentação e a apreciação das diferentes práticas culturais.
- Organize uma exposição dos trabalhos realizados durante o workshop e uma apresentação cultural para celebrar a diversidade cultural da comunidade.







***Produção:***

Tiago Nilson da Silva

***Orientação:***

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Martins da Silva

***Projeto gráfico e diagramação:***

Giovana Zanon

Matheus May de Paula

***Revisão de texto:***

Tiago Nilson da Silva

*Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina*

*Centro de Ciências da Educação/ Programa de Pós Graduação em Ensino de História - ProfHistória*

*Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços da Memória.*

